

AGOSTO ■ SETEMBRO ■ OUTUBRO/2001 N°62 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

ENTREVISTA
Milton Santos
UM FILÓSOFO
DA GEOGRAFIA

UM NOVO RUMO PARA O BRASIL

As propostas da oposição para mudar o País:
Renato Rabelo, Luís Inácio Lula da Silva,
Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Itamar Franco

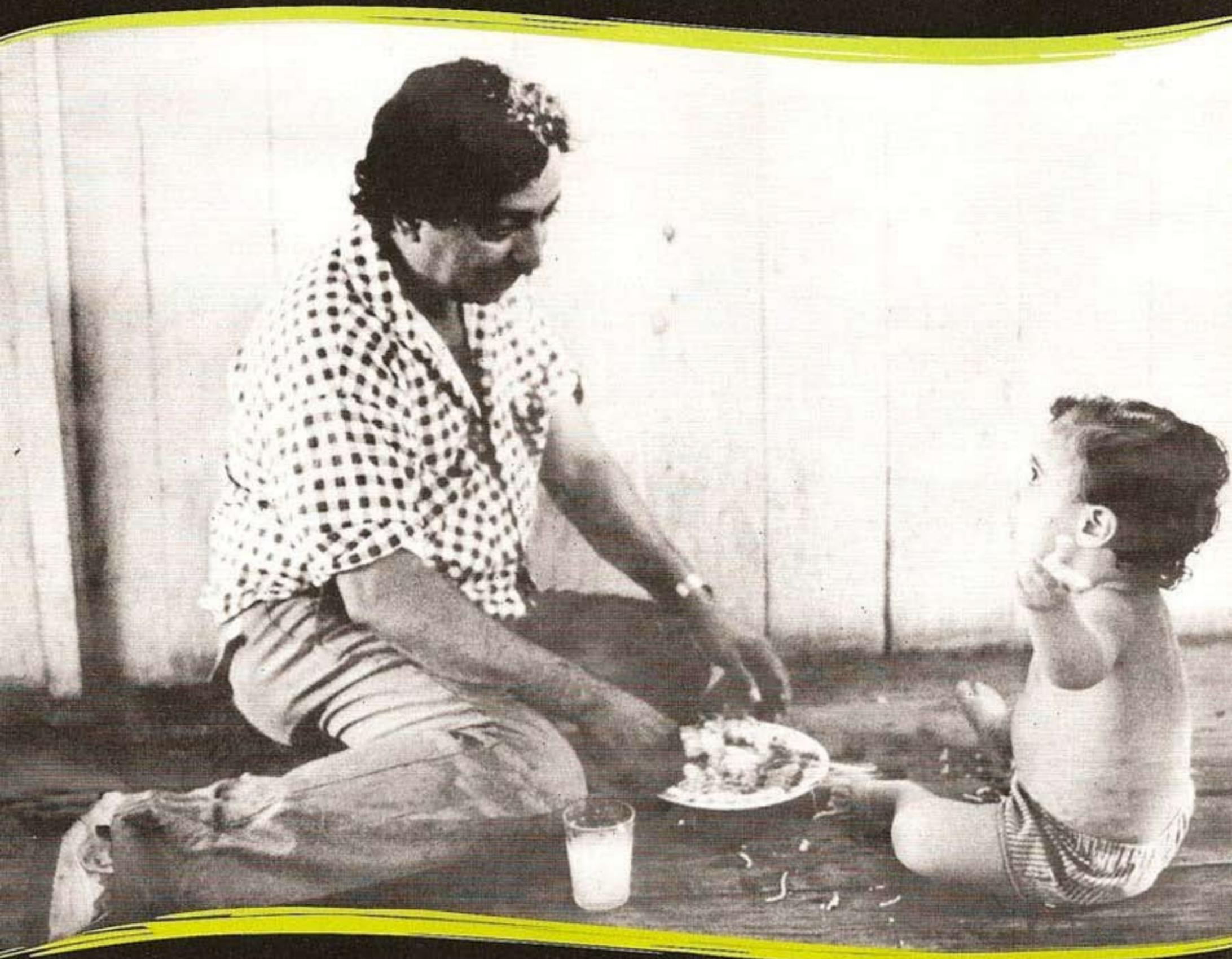
Crise Energética e
o Governo FHC
Haroldo Lima

Uma Nação Rica e
um Povo Pobre
Lejeune de Carvalho





adjunto
da
solidariedade



**Dignidade, trabalho
e florestania**



Sentimento antineoliberal

NÃO HÁ luta de classes no mundo moderno, e o Estado paira neutro, acima da sociedade, coordenando os interesses conflitantes. Esta ladainha, repetida à exaustão por conservadores e reformistas, foi mais uma vez desmentida no jantar do presidente Fernando Henrique Cardoso com parcela significativa da burguesia brasileira, organizado pelo banqueiro Olavo Setúbal, em 13 de julho de 2001. Além de FHC, do anfitrião e do ministro Andrea Matarazzo, da Comunicação Social, lá estavam empresários que, somados, representam cerca de 10% do PIB brasileiro. É significativo que a reunião não tenha sido uma iniciativa do presidente, mas que ele tenha sido convocado para ela; demonstração de que o Estado continua sendo, contra as alegações em contrário, o *comitê executivo* da burguesia, como Marx e Engels já haviam registrado no *Manifesto do Partido Comunista*, há mais de 150 anos.

A reunião deu o que falar, principalmente pelo texto distribuído com antecedência aos convidados, o estudo “Brasil ao quadrado? Democracia, subversão e reforma”, do professor mineiro Fábio Wanderley Reis, um cientista político para quem a governabilidade deriva de um pacto entre a burguesia e os trabalhadores, no qual os partidos que defendem a revolução precisam ser neutralizados. Nele, o prof. Reis diz que uma eventual vitória da oposição nacionalista e de esquerda (populista, como diz) na eleição presidencial de 2002, fará ressurgir na elite brasileira a *síndrome* de sublevação, podendo impedir que o governo de Lula e das forças populares chegue a seu término. A democracia brasileira ainda não passou pelo teste de ter um governo de esquerda, diz ele.

Para Reis, o problema do PT é a tensão entre a idéia de socialismo, que “ainda consta em seu programa”, e a adesão aos “princípios liberal-democráticos”. Constatando um sentimento antineoliberal na população, ele vê duas saídas possíveis: um amplo acordo entre as classes, de natureza social-democrata, como o que houve na Europa do pós-guerra, ou uma ditadura capaz de garantir a ordem e a segurança. Mesmo porque, diz, a crise atual atinge o povo tão profundamente que nem a retomada do crescimento nem a melhoria nos indicadores sociais seriam suficientes para produzir, “de imediato, alguma paz social”.

O estudo do prof. Reis é, por vias transversas, uma constatação dos profundos danos causados pelo programa neoliberal e de sua perda de legitimidade, que ameaça a própria manutenção do domínio da elite brasileira, defensora e beneficiária dele. Este temor é confirmado por duas outras notícias. Uma delas é o medo que FHC tem de ser responsabilizado criminalmente pelos atentados à Nação e ao povo cometidos por seu governo. Esse medo explica o esforço pela reintrodução do foro especial para ex-autoridades. O foro especial existe, restrito à área penal, para o presidente, ministros e parlamentares que, no exercício do mandato, só podem ser julgados pelo STF. Outra foi a divulgação do resultado da pesquisa sobre o socialismo feita pelo Ibope para a CNI: 50% dos entrevistados se declararam favoráveis ao socialismo; 55% acham que o Brasil precisa de uma revolução socialista; e 78% querem uma presença maior do Estado na economia.

São respostas ainda pouco claras, mas, após dez anos de experiência prática da “modernidade” neoliberal, elas registram – e este é seu sentido principal – a repulsa popular a esse programa atrasado e nefasto, a rejeição dos valores burgueses apregoados em todos os quadrantes, e a sensação da necessidade de um novo rumo.



Capa

Um novo rumo para o Brasil

A construção de um novo caminho para o país – capaz de romper com o modelo neoliberal imposto – exige um amplo movimento de salvação nacional.

Renato Rabelo

pág. 6

Programa e aliança necessários para ganhar em 2002

Para ampliar, neste momento, é necessário o diálogo em torno de um programa com todas as forças políticas da oposição.

Luís Inácio Lula da Silva

pág. 10

Dentro do atual modelo econômico não há saída

É urgente a criação de um novo paradigma, um novo plano econômico para o país, com fundamentos totalmente diferentes dos atuais.

Anthony Garotinho

pág. 15

Falta a batalha intelectual em torno da proposta alternativa

O modelo novo precisa ter clareza de que nosso esperado ciclo de desenvolvimento acelerado tem de se basear num nível alto de poupança doméstica.

Ciro Gomes

pág. 18

Itamar Franco: ênfase no nacionalismo

Um novo modelo para o país precisa ter como eixo a defesa da autonomia e da soberania.

José Carlos Ruy

pág. 22

Brasil

A crise energética e a pusilanimidade do governo

O Brasil levou mais de 50 anos para construir um dos melhores sistemas de energia do mundo; o governo FHC precisou de apenas 5 anos para destruí-lo.

Haroldo Lima

pág. 24

internacional

Erros e fragilidades do Império no início do século XXI

Recentes derrotas diplomáticas, históricas e inesperadas, chamam a atenção para a vulnerabilidade dos Estados Unidos.

Miguel Urbano Rodrigues

pág. 30

Oitenta anos do Partido Comunista da China: lutas, vitórias e lições

Assim como o marxismo precisa ser aplicado às condições concretas dos países, o Partido Comunista, de tipo leninista, também precisa encontrar suas formas para se desenvolver.

Haroldo Lima

pág. 34



Oitenta anos de PCCh

Brasil

Um país rico e um povo pobre

Estudos e dados recentes mostram o oposto do que o governo vem difundindo: concentração de renda e ganhos financeiros exorbitantes contrastam com aumento da miséria e da marginalidade.

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho **pág. 40**

teoria

Um partido proletário para construir o poder proletário

O presente e o futuro da humanidade dependem da construção do instrumento de direção da mudança revolucionária – o Partido Comunista.

José Carlos Ruy

pág. 49

Neoliberalismo e liberdade do capital (final)

Ele representa um retrocesso teórico e político com sérias conseqüências sociais; porém, já encontra forte resistência dos povos.

Aldo Arantes

pág. 54

cultura

A incivilização brasileira no pensamento de Mário de Andrade (final)

Como socializar uma nação empobrecida e desigual?

Luciano Santos

pág. 68

esporte

A CPI que tinha (quase) tudo para não dar certo

Seu relatório foi levado ao Ministério Público, à Receita Federal, Polícia Federal, ao Ministro do Esporte, e oferecido de subsídio à CPI do Futebol do Senado.

Carlos Azevedo

pág. 73

história do Brasil

Partido Comunista do Brasil (1930–1935)

Através da ANL, o Partido apareceu para amplas massas da população, tornando-se linha de frente no combate ao fascismo.

Diorge Konrad

pág. 57

Neoliberalismo e desregulamentação trabalhista: a investida contra os portuários de Santos

A crônica histórica das lutas no primeiro semestre de 2001.

Paula Beiguelman

pág. 63



entrevista

**Milton Santos:
um filósofo da geografia**
pág. 76

resenha **pág. 81**

cartas **pág. 82**

Capa: Flávio Nigro

Um novo rumo para o Brasil

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, por meio de sua Liderança na Câmara dos Deputados, tomou a iniciativa de ouvir as idéias que os postulantes à Presidência da República pela oposição defendem para a construção de um programa comum para

descortinar um novo caminho para o país. Princípios publica parte das intervenções iniciais de Luis Inácio Lula da Silva, Anthony Garotinho e Ciro Gomes no seminário 2002: um projeto para o Brasil e uma resenha das idéias do governador Itamar Franco



Lula, Inácio Arruda, Renato Rabelo e José Dirceu

Pontos fundamentais do programa de reconstrução nacional

Renato Rabelo

HOJE O BRASIL atravessa um período que expressa a tendência de declínio do governo, com o conseqüente crescimento da oposição. Vive-se uma situação de agravamento dos impasses gestados pela aplicação da política governamental, cujo desfecho torna-se imprevisível.

A economia mundial desacelera-se e a crise argentina se arrasta e se complica produzindo forte efeito sobre o Brasil que se tornou mais vulnerável às freqüentes turbulências financeiras internacionais. A crise energética provocou a volta à recessão e revelou mais um grande desastre produzido pelo modelo dominante – o sucateamento de toda a infra-estrutura do país. A crise atual brasileira desdobra-se por todos os terrenos. Ela é multiforme, sendo pior que as precedentes, segundo até mesmo enquete realizada entre empresários. O índice de credibilidade no governo despenca, e o país vai se tornando ingovernável. O Brasil se enreda ainda mais num círculo vicioso infernal de maior elevação dos juros, maior crescimento da dívida pública, mais corte de despesas e de financiamento para conseguir intempestivamente mais um pesado e custoso superávit primário. Em decorrência a marcha recessiva volta a prevalecer e a elevar o desemprego. A crise cambial adquire um ritmo persistente de desvalorização do Real. O curso da situação presente toma contornos de insustentabilidade e o país vai vivendo uma anormalidade crônica. A fim de tranquilizar o grande capital internacional, o governo volta ao FMI, para reeditar novo acordo elaborado com cláusulas mais restritivas, mesmo não tendo cessado a vigência do concertado em 1998.

Esse quadro em agravamento acirra a crise política que produz tensões e diferenciações nas forças governistas e também na oposição. Torna-se mais evidente a politicagem, a corrupção e a fraude praticadas pelo Planalto e por suas forças de sustentação. A opinião pública exige a apuração do

descalabro e das irregularidades praticadas pelos representantes do poder central. O Senado e a Câmara dos Deputados paralisam-se envoltos numa atividade permanente de CPIs e da Comissão de Ética. Diante da gravidade da evolução político-econômica e social é inevitável que cresça a resistência popular à política governamental e se estenda o movimento oposicionista.

A situação brasileira atual é marcada pelo caminho percorrido pelos dois governos de Fernando Henrique, o qual está determinado por crises, instabilidade, autoritarismo, corrupção, injustiça e, em última instância, pelo agravamento dos problemas estruturais do país. A nação brasileira vem sendo desestruturada, desmontou-se o Estado nacional, e chegamos a uma sociedade ainda mais pobre, desigual e deformada. Estancou-se o desenvolvimento, e mobilidade, que caracterizou nossa sociedade no século XX e a nação está cada vez mais dependente. Um sistema de dívidas que se agigantou comprova a verdadeira fragilidade dos fundamentos do modelo dominante. Nesse sentido, demonstrando a grave precariedade estrutural da economia, o déficit acumulado das contas externas do país atingirá 210 bilhões de dólares até o final do próximo ano.

As políticas liberalizantes que vêm sendo aplicadas pelo governo FHC revelam-se um fracasso como artífice do crescimento sustentado e, mais precisamente, como estratégia de desenvolvimento. Em quase um século o Brasil cresceu 5% em média ao ano. Nos dois governos de Fernando Henrique essa média cai pela metade. Pressionado pelos centros capitalistas mundiais, sobretudo os Estados Unidos, o governo federal adota uma estratégia e uma política submetidas à ordem mundial imperialista. A elite dominante brasileira pactua com a oligarquia financeira internacional o destino da nação, oferecendo ativos compensatórios, desde títulos da dívida pública de curto prazo a empresas e

bancos estatais e privados rentáveis. Desde final de 1998 o FMI e o Tesouro norte-americano passaram a ter o controle da economia brasileira. E para oferecer garantias a essas instituições de fora, o governo mudou as leis a fim de que o elevado superávit a ser gerado para pagar juros e tentar manter a pesada dívida sob controle se tornasse uma cláusula acima de todas as outras nos orçamentos públicos.

Como resultante do surto liberalizante a sociedade brasileira tornou-se mais desigual e sofreu profundas deformações. Cresceu o poder da oligarquia financeira internacional no país, acentuando a estratificação interna da burguesia local por um lado e, por outro, produzindo progressiva depauperização dos trabalhadores da cidade e do campo e a marginalização de parcelas maiores da população. A crise social assume grande dimensão. A taxa de desemprego dobrou (mesmo considerando-se os índices do IBGE) e, hoje, 54% da População Economicamente Ativa (PEA) integram o mercado de trabalho informal. A renda média dos assalariados caiu. A população considerada indigente passa dos 50 milhões. As revoltas das camadas marginalizadas se sucedem num ritmo crescente nas favelas, periferias das cidades e nos presídios. Nas regiões do Nordeste atingidas pela seca a população é levada a realizar saques a armazéns na busca desesperada por alimento. A criminalidade e os assassinatos atingiram níveis alarmantes nas cidades, semelhantes a um cenário de guerra civil. A gravidade da situação social se manifesta no próprio aparato policial, irrompendo por todo país sublevações das polícias militar e civil, por melhores salários, transformando capitais de estados em verdadeiras cidadelas sitiadas.

No caminho perseguido pela elite dominante brasileira a partir do início da década de 90, e sobretudo após a vigência do governo de Fernando Henrique, excluiu-se do horizonte qualquer perspectiva de projeto nacional e de desenvolvimento autônomo. Depois da etapa inicial de implantação do projeto neoliberal no país – o chamado consenso de Washington –, com a adoção da abertura, liberalização e “reformas” estruturais, sobrevem agora, o que podemos denominar a etapa do Consenso da Alca. Desse modo, a Alca significa a continuação de um grande plano de domínio das Américas, pelos Estados Unidos, com objetivos políticos, econômicos e militares de longo alcance, que visam apressar e consolidar o processo de dependência do país. Então, o Brasil se depara ostensivamente com a ameaça de neocolonização.

O Partido Comunista do Brasil tem como objetivo programático a conquista de um governo capaz de iniciar o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Entretanto, na atualidade, a fim de se contrapor a essa investida recoloniza-

dora e mudar o rumo imposto ao país, conduzido pelo atual pacto político dominante, o PCdoB tem afirmado que tal situação implica na necessidade incontornável da formação de uma ampla frente partidária e de um extenso movimento cívico – centrados nas correntes de esquerda, e capaz de unir a maioria da nação brasileira em torno de um programa de reconstrução nacional, de ampliação democrática e de defesa dos interesses populares. Portanto, trata-se de uma ruptura com o atual modelo e aplicação de um programa distinto, focado na reestruturação nacional, o qual somente se concretizará com a vitória de um novo governo democrático, constituído pelas correntes de oposição à política neoliberal, baseado nas forças populares. É evidente que o país, devido às suas dimensões, grande concentração de recursos naturais, e sendo uma grande nação com uma economia extensa e diversificada, reúne vasto potencial para um desenvolvimento próprio, sem cair evidentemente numa posição autárquica, podendo assim se desgarrar de sua atual posição subalterna. O Brasil pode sim aspirar a um rumo próprio e autônomo.

A batalha sucessória de 2002 se insere nesse embate, onde duas tendências fundamentais estão em luta: uma definida pelo anseio e a visão da defesa do desenvolvimento nacional e pelas aspirações democráticas e populares e, outra, definida no projeto em curso – desnacionalizante, autoritário e anti-social. O próximo pleito nacional representa uma possibilidade incomum de se derrotar o neoliberalismo e começar a inverter os rumos do país.

As correntes oposicionistas estão colocadas diante do desafio de buscar um novo rumo para o Brasil, tendo em vista responder ao crescente anseio da maioria da sociedade que clama por mudança. A resposta a esse clamor mudancista ganha mais força através de uma solução compreendida pela mais ampla unidade das tendências patrióticas, democráticas e populares. Por isso, o PCdoB tem reafirmado a necessidade imperativa de compor amplas forças, com base na união das correntes avançadas, mas acrescida de outros setores oposicionistas ao governo FHC.

O Partido não definiu ainda uma candidatura presidencial. Batemo-nos pelo propósito de elaborar uma plataforma mínima de ruptura, de nitidez oposicionista, com o atual modelo, e forjar a unidade das candidaturas de oposição em torno das bandeiras lançadas pelo Manifesto unitário de 1999, *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*. Dessa maneira, preparar o caminho para a unidade e vitória oposicionista nas eleições gerais de 2002. Nesse sentido, o PCdoB propõe seis pontos determinados para discussão que são divisores com o projeto dominante vigente e podem estabelecer os marcos de um novo caminho:

1 – Avulta a idéia de desmascarar os propósitos da Alca,

determinados pelos Estados Unidos. Nas condições da ordem mundial atual deve se rejeitar o plano Alca, novo “consenso” gestado pela potência hegemônica, que pretende transformar o Brasil em zona livre do capital transnacional e de domínio norte-americano, levando o país à condição de nova colônia. Hoje, não existe uma Alca vantajosa para o Brasil. O fortalecimento e extensão do Mercosul, e sua diversificação comercial com os diversos centros econômicos mundiais, tendo em conta os legítimos interesses dos povos dessa região sul-americana, correspondem mais aos verdadeiros objetivos nacionais, que requerem um desenvolvimento autônomo e sustentado;

2 – A privatização de empresas estratégicas para o desenvolvimento e a soberania nacionais, o sucateamento da infra-estrutura do país, manifestado no desmonte do complexo energético, perpetrados pela ação governamental, requerem uma firme posição contrária a qualquer privatização das grandes hidrelétricas e revisão das privatizações realizadas, tendo como objetivo o restabelecimento e atualização do sistema elétrico nacional. Essa é condição básica para o novo projeto de desenvolvimento;

3 – Os acordos estabelecidos com o FMI a partir de 1998, e as normas aceitas pelo Brasil na sua adesão à OMC (Organização Mundial de Comércio), foram celebrados na perspectiva da orientação liberalizante, negando a função do Estado nacional como artífice do desenvolvimento autônomo, chegando até mesmo a considerar o investimento estatal básico, na rubrica das despesas públicas; sendo por isso proibido. A luta pela construção de um rumo que garanta a independência do Brasil, exige a denúncia dos acordos firmados com o FMI e demanda a revisão de regras impostas no âmbito da OMC, lesivas aos interesses do país;

4 – A orientação seguida pelo governo FHC afundou o Brasil ao nível de dívidas gigantescas, multiplicando o valor das dívidas externa e interna, dobrando o passivo externo do país, elevando crescentemente o déficit nas contas externas, tornando a economia nacional altamente vulnerável e mais dependente. A retomada do desenvolvimento em grande escala requer uma nova postura visando à formação de elevada poupança interna e de novas prioridades e mecanismos de crédito. Portanto, a elucidação desse pesado contencioso e a sua resolução passa pela necessidade de uma auditoria e renegociação soberana das dívidas, garantindo a retomada do desenvolvimento e salvaguardando os direitos dos trabalhadores – “não pagar a dívida com a fome do povo”.

5 – Na atualidade em consequência da predominância de políticas sociais e trabalhistas regressivas, acentua-se a exigência do cumprimento de um direito humano básico: o trabalho para todo cidadão apto. A resposta a esse grave proble-

ma produzido pelo capitalismo contemporâneo, sem dúvida, está na questão essencial da retomada do desenvolvimento econômico em elevado ritmo. Mas, ao mesmo tempo, em virtude do crescimento da produtividade, com o incessante advento das técnicas modernas, a possibilidade de se ampliar os postos de trabalho reside na diminuição da jornada de trabalho, garantido-se o mesmo salário. A defesa de uma jornada de trabalho de 40 horas semanais e mais adiante de 35 horas é justa e condiz com o estágio do desenvolvimento econômico brasileiro e propiciaria a multiplicação de novos postos de trabalho, tendo presente enfrentar esse grave problema econômico-social.

6 – A questão democrática se insere dentre os fundamentos de um novo programa de reconstrução nacional. Com o inexorável processo de concentração e centralização do capital e da riqueza levado a cabo pelo capitalismo de nossos dias, este sistema vai se tornando mais antidemocrático em toda sua história. Um novo programa democrático tem de começar a edificar um modo de universalidade, que garanta o acesso igual a todos, à saúde, educação, moradia e terra para quem nela queira trabalhar; e recomposição do salário mínimo. Entretanto, compõe sobretudo a luta democrática, o alcance da mais ampla liberdade política pela maioria da população. A reforma política defendida pelo governo tem uma natureza fortemente autoritária, antiplural e antidemocrática, encontrando justas resistências até da própria base política governamental. Essa reforma procura impedir a representação parlamentar dos pequenos e até dos médios partidos. O PCdoB reafirma sua posição em defesa do sistema de eleição proporcional e do financiamento público das campanhas eleitorais, por serem mais democráticos. É contrário à volta do entulho autoritário ou da cópia de modelos elitistas de fora, expressos no sistema do voto distrital misto, na cláusula de barreira e na proibição das coligações nas eleições parlamentares.

7 – O governo de reconstrução nacional convocará uma Assembléia Nacional Constituinte que expresse um novo pacto político e social, preservando a soberania do país, ampliando a democracia.

A par do esforço de compor amplas forças políticas contrárias à política neoliberal, a situação atual reclama a crescente unidade e intervenção política do movimento opositor popular, em pequenas ou grandes manifestações, exigindo um novo governo, democrático, de reconstrução nacional e que atenda aos anseios populares, denunciando as privatizações em curso e a corrupção, instando o povo a desmascarar o modelo neoliberal e infundindo confiança em que é possível outro rumo para o Brasil.

Renato Rabelo é vice-presidente do PCdoB.

Programa e aliança para ganhar em 2002

Luis Inácio Lula da Silva

O nosso grande problema é político e estou convencido de que, tão grave quanto o quadro econômico em que vivemos, é o processo de degradação da nossa sociedade – degradação cultural; degradação do mundo do traba-

NÓS DO PT não temos nenhuma restrição sobre cada partido político co-irmão estar pensando e trabalhando o lançamento de candidaturas próprias a presidente. Pela primeira vez, na história de cem anos de República, a esquerda nunca teve tantas possibilidades de chegar ao governo deste imenso país como tem agora – e possivelmente pelo quadro político favorável, cada partido pensa em ter candidato. Nesse contexto, não podemos perder de vista que as portas das nossas discussões políticas, propostas e candidaturas devem sempre estar abertas para a construção da unidade, da qual tanto falamos e que é tão difícil construir. Se neste momento estivéssemos mais preocupados em trabalhar a construção de programas alternativos para o Brasil, possivelmente, um programa poderia significar um elo para levar os partidos políticos, num determinado momento, a escolher aquela candidatura com melhores condições para disputar as eleições de 2002.

Particularmente, **não faço parte do coro daqueles que acham que o governo acabou** – tem gente que age como se ele estivesse no fundo do poço. É importante não perder de vista o peso da máquina do governo em um país do tamanho do Brasil, na hora que as instituições entram no jogo político, e o poder do governo em cooptar forças políticas – que muitas vezes fingem ser oposição apenas para valorizar o seu passe diante das negociatas com o próprio governo. Também não parto do pressuposto de que a opo-

lho; perda de auto-estima do povo; corrupção... Todo esse quadro tem levado nossa sociedade a um processo de falta de perspectiva, que deve preocupar sobretudo os partidos de esquerda no Brasil.

sição já garantiu a vitória ou de que duas candidaturas da oposição vão para o 2º turno, pois ainda é cedo para darmos isso como certo; em especial se analisarmos o que aconteceu nas últimas eleições presidenciais (que pareciam “tão fáceis” como a eleição de 2002!).

Não podemos perder de vista a necessidade de questionar os equívocos que este governo está cometendo na condução da política econômica com resultados desastrosos na questão das políticas sociais e na defesa da nossa soberania – entretendo a possibilidade de construirmos uma nação soberana. Por isso, as oposições precisam evitar brigar entre si. As pesquisas, neste instante, não podem ser vistas como um fator determinante para nossa ação – porque ainda há vários meses até as eleições. O diálogo entre os partidos se daria de forma muito melhor se, ao invés de discutirmos pesquisas ou candidatos, discutíssemos **qual o Brasil que pensamos construir**. E construir o Brasil para os próximos anos, não apenas para o próximo mandato – equívoco dos programas e das práticas de quem tem governado este país.

A verdade nua e crua é que precisamos de três tipos de alianças políticas em três momentos totalmente distintos. O **ideal seria que a aliança política se desse no primeiro turno e que pudéssemos construir um programa unitário entre todas as forças que se opõem ao governo Fernando Henrique Cardoso**. Se isto não for possível, a segunda

opção ideal seria a construção de tal aliança no 2º turno e, se não for possível mudar um programa já aprovado no 1º turno, complementar o mesmo para ganhar as eleições. E, num terceiro momento, **precisamos de alianças para governar**. É ilusório imaginar que um partido sozinho, sem alianças políticas, vai governar este país – com seus problemas e sua heterogeneidade; com formações políticas, culturais e econômicas diferenciadas. Portanto, isso tem de ser levado em conta num projeto em que os partidos de esquerda estejam à frente. Precisamos construir um conjunto de forças políticas em torno de um projeto que possa garantir para a sociedade brasileira que podemos mudar nosso país.

Neste momento, antes de resolver o problema interno do PT, precisamos resolver algumas questões externas e criar as condições para conversar com todas as forças políticas da oposição. E nessa eleição vamos ter muito mais possibilidades, e muito mais necessidade, de alianças nos níveis estadual e federal, porque poucos partidos têm quadros suficientes para preencher uma chapa completa para o governo, dois senadores e de deputados federais. Assim, o conjunto das forças políticas se completa nos estados: nenhum partido político tem candidatos a governador em todos eles, mas a soma das forças políticas tem candidatos para ganhar na grande maioria deles. Portanto, não se pode deixar de conversar até esgotar os limites da possibilidade para construir essa aliança política.

Na hora que “começa o jogo e o time entra em campo” para disputar a eleição presidencial, percebemos que só ocupamos 1/3 do campo – ou seja precisamos ocupar os outros 2/3 dele. E temos de ocupar com outras alianças políticas. Com quem? Com quem for possível! Podemos determinar o campo das alianças que não queremos. Por exemplo, acho que não se deve fazer aliança com o PFL, o PPB e a turma do Jader Barbalho. Mas dentro do PMDB há setores que não estão no bloco governista – até mesmo no PSDB tem gente percebendo que é preciso cair fora do governo. Então, qual a política que faremos para tentar trazer essa gente? Estou convencido de que não podemos repetir em 2002 o que já fizemos em 89, 94 e 98. Em política não dá mais para trabalhar com a idéia do que “eu quero”. Hoje temos meios científicos para analisar várias questões e, em função dessa análise científica, colocar em prática uma estratégia para ganhar as eleições. Possivelmente se eu não estivesse vendo a possibilidade de ganhar, o meu discurso seria outro: um discurso mais pão, pão, queijo, queijo, como a gente fazia em 89. Mas acho que temos também chances de ganhar e há setores da sociedade que ainda não conseguimos atingir. Em 1994 e 98 praticamente 1/3 da população brasileira (25 a 28%) não compareceu para votar – não

votou no governo, mas também não votou em nós. As eleições no Brasil estão praticamente divididas: 1/3 vota no governo, quase um 1/3 vota nas oposições e 1/3 não vota em nada. Ou seja, vamos ou não convencer essas pessoas a votar conosco? Por isso precisamos qualificar melhor as nossas propostas, o nosso discurso, e estabelecer uma estratégia nesse próximo ano e meio, porque é possível descobrir onde estão esses votos e o perfil dessas pessoas para poderemos atuar com o discurso correto.

Iniciativas programáticas

Criamos o Instituto Cidadania na perspectiva de iniciar a construção de propostas alternativas que poderão ou não ser assumidas pelos partidos políticos. É muito difícil fazer um programa de governo neste país, principalmente quando se convoca uma reunião de economistas ou de sindicalistas. Sempre elaboramos um pré-projeto, ele passa por um processo de aferição por diversas entidades, partidos e forças políticas até ser possível obter uma síntese que, se não for ideal para um partido individualmente, possa ser boa para um conjunto de forças políticas. Então, consideramos elaborar um programa que pode ser assumido por uma candidatura, ou por um partido político. Assim, lançamos um esboço de projeto de economia e que agora queremos debater. A primeira coisa era termos o mínimo de afinidade entre os economistas – nada é mais difícil do que essa unidade – e queremos ver se neste trimestre finalizamos essa discussão.

Estamos trabalhando também em seminários para discutir a **questão energética**. Em torno desse tema há propostas construídas por diversas forças políticas – o movimento sindical tem produção rica e as bancadas dos partidos têm propostas a respeito – e vamos tentar sistematizar isso para oferecer para um debate nacional com todas as forças políticas. Poderemos, então, perceber que é grande a possibilidade de nossa unificação em torno de projetos concretos. Todos os pré-candidatos de oposição podem, por exemplo, assumir o compromisso de dizer para o governo e para os investidores estrangeiros: “Estamos alertando para não privatizar Furnas. Se privatizá-la a toque de caixa, os candidatos da oposição assumiram o compromisso de recuperar Furnas para o Estado brasileiro e transformá-la em instrumento de políticas públicas!”. Esse é um compromisso que os partidos podem assumir, para não permitir que se faça o que foi feito com as telecomunicações nas vésperas da eleição de 1998.

Estamos também trabalhando num projeto chamado **“Fome Zero”**. Ele envolve especialistas brasileiros sobre a questão da fome, de políticas como Bolsa Escola, Renda Mínima, Banco do Povo e afins. A idéia é lançá-lo em

Brasília com a presença de muitos governadores, deputados e prefeitos, pois temos a obrigação moral de garantir que nas cidades em que governamos nenhuma criança durma com fome. É possível mapear, cadastrar e ter políticas públicas para garantir que essas pessoas comam.

Vamos lançar também uma **proposta de segurança para o Brasil**. No lançamento desse debate com os prefeitos das cidades com mais de 200 mil habitantes, dissemos que a esquerda tinha que fazer uma autocrítica. Isso porque a idéia que passamos quando discutimos segurança pública é que, em nome da defesa dos direitos humanos, defende-se mais os presos do que o povo. A mensagem de que preso tem de estar na cadeia parece uma bandeira do Maluf, quando, na verdade, todo mundo quer que ladrão esteja na cadeia. Queremos fazer um debate que saia do âmbito da discussão do Poder Judiciário, do sistema carcerário e da polícia. Ao começar a se discutir por esse tema, já está se discutindo o crime cometido. Um projeto de política de segurança pública tem de pensar isso, mas tem de pensar também como evitar que o país produza futuros ladrões e futuros delinquentes – e aí entra o papel das nossas prefeituras e dos nossos governos. Ou seja, a única possibilidade que temos para fazer com que as nossas crianças de hoje não sejam os delinquentes de amanhã é garantir a elas alguma perspectiva. Isso depende de dinheiro sim, mas também depende muito da definição de políticas públicas arrojadas que possamos implementar. Uma delas, todo mundo sabe, é o emprego – a maior perspectiva. Mas precisamos também fazer políticas nas questões cultural, educacional, do lazer e esporte, como formas de evitar o surgimento de novos delinquentes. É preciso ocupar o tempo dessa juventude, dando a ela alternativas de espaços para fazer alguma coisa e não permitir que fique em casa se remoendo, com o pai e a mãe desempregados. Vamos debater o projeto também com as instituições policiais. Porque no Brasil perde-se tempo discutindo muitas coisas, como desmilitarizar e fazer uma única polícia. Mas por que ao invés de se ficar pensando em fazer uma única polícia, não se faz uma única política de segurança e obrigar todo mundo a cumpri-la. Esse talvez seja o projeto mais difícil, porque sabemos que a polícia é um aparelho do Estado dentro do próprio Estado. Mas, de qualquer forma, se não enfrentarmos esses desafios não serão os governantes conservadores que irão enfrentar.

Questões econômicas

No projeto de proposta econômica que fizemos, tentamos nos livrar das “casca de banana” em que, historicamente, pisamos. Sabemos tratar-se de “casca de banana”

que as elites jogam, mas estamos ficando mais espertos também. Agora, por exemplo, inventaram mais uma: a independência do Banco Central. Neste país, passamos por 23 anos do regime militar, 5 de Sarney, 2 de Collor, 3 de Itamar e já estamos há 6 de Fernando Henrique Cardoso e ninguém nunca falou de Banco Central independente. Agora, que está na hora de eles perderem, ou pelo menos as possibilidades para isso são muitas, os governistas **começam a tentar fazer uma blindagem para amarrar um futuro governo**. Mais independente do que já é o Banco Central!, que decidiu emprestar 20 bilhões para o PROER – e o ministro da Fazenda disse que não sabia que havia emprestado 2 bilhões aos bancos Marka e Fonte Cimdã!... E ele ainda teima em dizer que não sabia de nada, enquanto que se um estado como Pernambuco precisar de quantias muito mais modestas tem de passar pelo Senado. Agora mesmo a *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria dizendo que 9 bilhões de reais do PROER já são dados como perdidos, pois não tem como recuperar. E o ministro da Fazenda vem prestar depoimento aqui no Congresso dizendo que não sabia; o presidente da República diz que não sabia. Então, que raio de independência eles querem? Um banco que não ouve o presidente da República para gastar esse dinheiro, ouve quem? O FMI? O Malan quer fazer o Banco Central independente para nós, mas por que não fez para ele? **Um governo sério não pode abrir mão de ter papel importante na definição da nossa política monetária. A moeda, para nós, não é uma quinquilharia qualquer, é um patrimônio de uma nação e queremos que seja parte da política de governo e não apenas submetida à vontade dos credores.**

Estamos vendo o que está acontecendo com a Argentina, onde estive no ano passado. A imprensa me questionava e eu dizia que o problema do Mercosul não é a desvalorização feita do Brasil ou supervalorização vigente na Argentina. O problema do Mercosul é que o real e o peso nunca valeram um dólar – fruto de políticas erradas do governo FHC e do governo Menem. Eles mentiram sobre o valor e a importância da nossa moeda e agora temos de arcar com as conseqüências. Essa é mais uma “casca de banana”.

Outra “casca de banana” que o governo federal jogou para nós é a **lei de responsabilidade fiscal**. Como se fosse papel deles a responsabilidade pela moralização administrativa deste país. Muito mais do que uma lei, nós inventamos um orçamento participativo que pode cuidar melhor disso. O que não podemos é aceitar a forma que arranjam para que algumas prefeituras brasileiras ficassem amarradas, como a de São Paulo – que o ex-prefeito Pitta saiu do governo, deixando um rombo e um acordo fraudulento; e a

prefeita Marta Suplicy é que tem de arcar com as consequências. Em nome de um acordo feito com o governo anterior, o governo federal não quer renegociar.

Uma outra ainda é a **questão da dívida externa e da dívida interna**. Os nossos economistas estão com muito cuidado dizendo para “a gente necessariamente não ter de ficar repetindo discurso velho e chavão em torno de uma coisa que sabemos ter compromisso firmado, tem dívida pública, dívida privada e que nós não vamos ficar naquela loucura que ficamos em 89 discutindo isso”. Uma outra é o câmbio: que fazer com o câmbio? Se nem eles sabem, por que somos obrigados a saber se não ganhamos ainda nem temos as contas nas mãos.

Por último, uma outra “casca de banana” é a questão da política tributária. Quem brigou mais neste Congresso nacional do que nós, todas as forças de esquerda, para fazer uma reforma tributária? Quem tinha base suficiente para aprovar a reforma que bem entendesse? Agora, eles tentam jogar em cima de nós. Então, não temos de assumir a tarefa de ter resposta para isso, porque ninguém vai exigir resposta de quem ainda não é governo para coisas que nem quem está no governo sabe.

Assim, como já fui candidato três vezes, já trabalhei com três programas e os três muito iguais (nas campanhas de 89, 94 e 98); muitas daquelas bandeiras certamente serão bandeiras de um novo programa de governo nosso.

Força para vencer as eleições

Agora, antes de se definir um programa mais completo, precisamos definir se vamos teimar em construir um leque maior de forças do que já temos ou não. E temos de mapear cada estado. Como é que está a situação do PCdoB, do PT, do PPS, do PDT e do PSB em cada estado brasileiro? Porque uma coisa temos de ter clara: a esquerda brasileira não tem o direito de se deformar para chegar ao governo. Quando digo se deformar é que tem alguns princípios que têm de balizar nossa candidatura e governo. Temos de levar em conta que para ganhar não podemos nos prostituir, senão faremos como muitos já o fizeram: ganham e depois não fazem absolutamente nada daquilo que prometeram. E temos experiências disso por esse país afora. Então, o momento está exigindo de nós uma reflexão com a maior seriedade que já fizemos em algum momento da nossa vida política. Precisamos nos transformar nesses próximos meses em pessoas que estejam levando a sério a possibilidade de ganhar essas eleições, e, ao mesmo tempo, se transformar em pessoas capazes de construir a engenharia política que nos permita ganhar, senão ficaremos reféns de políticas menores – por exem-

plo, de um candidato a deputado no estado tal que achará que o nosso projeto termina com a sua eleição e o que vale é ele se eleger, dificultado-se assim qualquer política de aliança e de acordo com outras forças que podem complementar o que nos falta. E se as direções dos partidos não jogarem pesado em torno disso, vai prevalecer a política da tribo local. É lá no estado que a pessoa fala “bom, eu aqui não posso fazer aliança com fulano, o que vale aqui é me eleger deputado”. Temos a obrigação de quebrar essas barreiras e chamar esses companheiros a fazer política que nos permita ganhar, porque a transformação que queremos só será possível se ganharmos o governo deste país.

Certa vez fui chamado para um debate no qual a grande discussão era “a gente não tem que pensar no poder agora, tem que construí-lo para 30 anos, porque agora eles não vão deixar a gente ganhar. Temos que trabalhar para daqui a 30 anos e a gente vai ter pelo menos 30% da sociedade socialista e então ganha as eleições”. Respondi: “e o que é que faço com os nossos candidatos a governador? Peço para eles não concorrerem agora e esperar 30 anos? Eu não vou viver mais 30 anos; por que vou esperar?” Quero ganhar agora! Precisamos ganhar logo, se quisermos começar a reverter o processo em curso. Porque a continuar do jeito que está, daqui a 30 anos nem sei quais serão as cores da bandeira brasileira, se eles continuarem vendendo o país do jeito que estão. Nem sei se isto aqui será um parque industrial ou uma zona de livre comércio para receber produtos importados. Por que, então, vou esperar tanto tempo?

O desafio colocado para nós é o seguinte: outra vez o “cavalo está passando, encilhado”. Precisamos saber se vamos ter competência para “montá-lo” ou se vamos deixá-lo passar e, depois, ficar lamentando o nosso erro de tática e de estratégia.

O projeto programado por nós pode ser um plano de metas a serem executadas ao longo de um tempo, valendo por décadas, mas temos de ter em conta o que pode ser feito em 4 anos. Aí é que entra a correta definição das principais prioridades para se poder fazer o que é mais urgente, mais necessário para o nosso povo. Tenho consciência que o povo brasileiro não pode ter uma decepção com a esquerda; pois somos sua última esperança política. Se chegarmos lá e falharmos, sinceramente, temo o que possa acontecer ao país. Por isso, a gente tem de ter a clareza da construção desse programa e da construção das alianças políticas para sustentá-lo. Ter muita lucidez e portas abertas para não sermos encurralados – e a direita tem competência para isso, sobretudo através da mídia, para quem toda e qualquer tipo de aliança que eles fazem é sempre normal.

Quando a gente vai discutir alianças, por exemplo, lá

em São Paulo com o PMDB, a primeira coisa que a imprensa fala é “vai fazer aliança com o Quéricia?” Como se o PMDB se resumisse nisso. Porém, tem centenas de prefeitos e vereadores de ótima qualidade com os quais muitas vezes, por inibição, a gente não conversa. Então, precisamos vencer essa barreira. O Célio de Castro me mostrou uma imagem um dia desses que não consegui retratar para vocês: “Lula, nós precisamos romper a barreira de 1/3 do campo de futebol”. Ou seja, nós, e o PCdoB e mais algumas forças de esquerda, jogamos apenas 1/3 do campo. É preciso jogar o campo inteiro para ganhar. Precisamos ultrapassar esse limite de 1/3. Precisamos saber onde estão essas pessoas. E em muitas cidades pequenas há gente boa que não é de esquerda, são evangélicos, católicos, não são de partidos políticos ou são de partidos que não são do nosso campo, mas são pessoas de bem e que estão querendo ajudar; e não abrimos espaço para essa gente nos apoiar. Então, num projeto de ganhar as eleições, temos de levar em conta isso. E nenhum partido político tem de abrir mão das suas convicções. Há pessoas que falam ainda “ah, mas se você ganhar vai ser obrigado a fazer que política?” Ora, uma coisa é separar a política de Estado da política ideológica de um partido político, que pode continuar fazendo o seu discurso. Sempre fui contra os partidos políticos virarem capacho do administrador e não fazerem mais nada depois que se ganha uma eleição qualquer. O partido tem de continuar sendo partido. Ele vai criticar mais ou menos quem está no governo se este tiver abertura para discutir as políticas a serem colocadas em prática, com os partidos. Se não, não dá certo.

Precisamos, na construção da nossa proposta, sem abrir mão das coisas que acreditamos, ter um sentido de realismo muito grande. E já temos experiências acumuladas em municípios e governos de estado, em que sabemos o que pode ser feito ou não. Se não tivermos esse realismo, podemos enveredar por um caminho desastroso depois de ganhar. Confesso que **não podemos ter “vocaçào de De La Rua”!** É um desafio que está colocado para nós. A coisa que mais me incomoda na política é que uma vez eu acreditava que, se dissesse “trabalhador vota em trabalhador”, já ganharia as eleições. Achava que quando fosse candidato como torneiro mecânico, milhões de operários votariam em mim. Depois, conheci gente que achava que mulher vota em mulher, negro vota em negro, evangélico vota em evangélico, católico vota em católico. O voto não é assim. E mais grave é que tem uma parcela mais pobre da população que ainda não conseguimos atingir. Fico olhando o movimento sindical e fico assustado. O movi-

mento sindical é a representação mais legítima dos movimentos sociais que conhecemos; mas no Brasil temos em média 25% dos trabalhadores filiados em seus sindicatos. Significa que 75% ainda não vêem o sindicato como seu órgão de representação. Se essa pessoa não dá o salto de qualidade para ver sua entidade como órgão de luta, imagina dar o salto ideológico para ver a gente como os representantes deles!

Então, é esse realismo que precisamos entender e aproveitar. Temos tempo ainda para discutir isso com muita clareza. Não precisamos abrir mão de nenhuma das coisas em que acreditamos, das nossas crenças, nem das nossas opiniões programáticas ideológicas. Precisamos saber se vamos continuar acreditando em tal coisa; se queremos o mundo perfeito. Mas, enquanto não podemos construir esse mundo, o que é que podemos fazer hoje – o que podemos fazer em quatro anos?

Só começamos a pensar nisso quando estamos certo de que podemos chegar lá. A coisa mais fácil do mundo é ser candidato sem perspectiva de vitória, porque você atira para todos os lados, numa metralhadora giratória; ou seja, você não tem muita responsabilidade. Mas, quando você vira alternativa, com certeza tem, então, de ter essa concepção de um programa exequível em quatro anos de mandato.

As contribuições que estamos tentando dar para as forças políticas de esquerda podem contribuir para não se dar como fato consumado a idéia de que não tem unidade e de que não podem haver afinidades. Até o último minuto, vou acreditar que é possível e espero que os dirigentes do meu partido e os outros partidos trabalhem para que isso aconteça. Tenho dito para os meus companheiros de partido que me contentarei em ser cabo eleitoral se construirmos uma unidade para vencermos as eleições de 2002. É verdade que o PT não pode conversar com nenhum partido político já tirando candidato do bolso do colete. Mas é verdade também que ninguém tem o direito de vetar que o PT tenha candidato, porque é desagradável um candidato que tem 5% achar que você, que tem 30%, não pode ter a mesma intenção. A pessoa, assim, quer construir a unidade em torno do nome dela; não em torno de um projeto. **Vamos trabalhar um projeto para ver se conseguimos construir a aliança necessária e depois vamos ver quem é que tem condições de ganhar as eleições** – é essa a fórmula que podemos adotar para chegar lá. 

Luis Inácio Lula da Silva é presidente de honra do PT e pré-candidato à Presidência da República. Este texto reproduz parte de sua intervenção do Seminário 2002: um novo projeto para o Brasil – no dia 26 de junho de 2001.

Dentro do atual modelo econômico não há saída

Anthony Garotinho

O Brasil precisa conhecer a visão dos candidatos, que precisam abrir para a opinião pública aquilo que pensam para a população não votar em quem tem uma proposta que não corresponda à necessidade do nosso país.

EM PRIMEIRO lugar, como qualquer outro, o governo de Fernando Henrique Cardoso serve a alguém. Então, a pergunta que devemos fazer é: **a quem serve o governo FHC?** É uma pergunta didática, porque poderemos tirar algumas dúvidas da nossa cabeça. A atual política econômica implantada em nosso país capta recursos da população através do sistema financeiro, remunera através da caderneta de poupança – algo em torno de 0,5% – e esses mesmos recursos são emprestados em seguida ao próprio governo, à taxa que os próprios mandantes do Executivo estabelecem, hoje em torno de 17%. Isso significa uma extraordinária transferência de recursos. Talvez nunca na história econômica do país tenha havido uma transferência de recursos para um setor da economia, como nesta era do governo Fernando Henrique Cardoso. Os levantamentos preliminares, que estamos terminando agora, dão conta de que na era FHC, até o início deste ano, o sistema financeiro ganhou 500 bilhões de reais apenas com o pagamento dos juros da dívida interna. Então, **o governo FHC serve essencialmente ao sistema financeiro**, que acumulou uma quantidade de recursos jamais alcançada em outro governo, nem mesmo no período da inflação – em que se tinha a correção monetária e as taxas de juros

Vou falar aqui sobre a minha impressão da situação atual do Brasil; aquilo que tenho percebido e discutido com alguns companheiros, economistas, políticos, sociólogos, antropólogos e outros.

reais não eram absurdas como as que são praticadas na atual administração.

Para enfrentar essa situação – com esse modelo implementado – nossa única possibilidade está em **constituirmos uma ampla frente de oposições, que vá além dos partidos políticos**. Uma frente de oposições composta por todos aqueles que perderam e perdem com o modelo econômico vigente no país. Se os bancos ganham, quem perde é a indústria brasileira, que ficou sem financiamento, ficou sem crédito; quem perde também é o comércio brasileiro, que ficou estrangulado, também sem financiamento ou crédito; quem perde ainda é a agricultura brasileira, que ficou sufocada, sem crédito e foi perdendo competitividade; quem perde, e não é o último setor a perder, é a classe média brasileira – dentre outras coisas, quando estoura seu cartão de crédito e tem de pagar juros extorsivos. **Somente uma aliança ampla será capaz de ganhar, mudar e sustentar as mudanças necessárias para implantar um novo modelo econômico no nosso país**.

Dirijo frontalmente dos pensamentos que têm a ilusão de que é possível remodelar o atual modelo econômico. Tentar remodelar o atual modelo econômico é fazer com que o Brasil, depois da eleição, rapidamente vire uma

Argentina, não só do ponto de vista econômico, mas principalmente do ponto de vista político. Naquele país a oposição se uniu, ganhou a eleição e depois, porque acreditava ingenuamente que seria possível remodelar o atual modelo econômico do país, entrou num buraco tão frio que teve de chamar o adversário para gerir a economia argentina. Não podemos ter essa ingenuidade, porque se seguirmos a linha de raciocínio de pensar ser possível, com pequenos ajustes – como ouço alguns economistas ligados a candidatos de esquerda –, fazer a economia do Brasil melhorar, vamos para o buraco. **Temos de estabelecer um novo paradigma, um novo plano econômico para o país, com fundamentos totalmente diferentes dos atuais.** Quando ouvimos o ministro Pedro Malan dizer que os fundamentos da economia brasileira são sólidos, sabemos que isso é uma mentira: a dívida interna multiplicou por dez e os déficits nas contas correntes e na balança comercial são permanentes. O Brasil pratica a segunda maior taxa de juros do mundo e tem, cada vez mais, necessidade de ingresso de capital especulativo. Então, que fundamento de economia é esse? **Os fundamentos da nossa economia atual são extremamente frágeis.** Tanto que a economia brasileira, a todo momento, encontra-se vulnerável a qualquer tipo de especulação, seja uma variação na Argentina ou uma pequena instabilidade em qualquer outra parte do Continente.

Por isso devemos, nesse momento, construir uma candidatura ampla, que seja capaz de dialogar com todos os setores da sociedade, e trazer para essa discussão esses setores que têm sido excluídos neste modelo para que sejam parceiros na construção do novo modelo econômico, que deve ter um caráter nacional e de desenvolvimento a partir dos interesses nacionais.

Por outro lado, não podemos também ter a ingenuidade de que o Brasil deva se negar a participar do processo de globalização. O Brasil deve participar, mas com a lógica do interesse nacional – como estamos vendo agora a China, que vem se esforçando para participar da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas segundo os interesses chineses e não os da OMC. **O Brasil da mesma forma deve buscar, acima de tudo, se inserir no mercado internacional buscando garantir uma visão dos interesses nacionais.** O governo atual cometeu um equívoco brutal, ou seja, entrou no processo de globalização não com a visão dos interesses nacionais, mas com a visão dos interesses daqueles que vendem mercadorias, serviços e capital para o Brasil. O Brasil ofereceu a sua grande riqueza que é o seu mercado interno, e o que ganhou em contrapartida? Nada! E todas as tarifas brasileiras foram derrubadas, todas as tari-

fas de importação também, o mercado brasileiro foi escancarado de uma forma irresponsável, a indústria brasileira sofre um processo de desnacionalização numa velocidade impressionante, como nunca viu na sua história.

Na minha opinião, esse é o grande diferencial da visão que tenho para outros candidatos que têm se colocado nessa questão da discussão nacional. É a nossa visão do PSB: não queremos reformar o atual modelo econômico; não temos a ingênua pretensão de acreditar que há saída dentro do atual modelo econômico. Até me surpreende que alguns políticos de esquerda tivessem sugerido que houvesse a permanência do ministro Pedro Malan e a de Armínio Fraga, à frente do Banco Central. Isso é um equívoco total. Queremos partir de um caminho diametralmente oposto a esse: unir todo mundo que perdeu, e que perde, com o atual modelo econômico, juntar para construir uma alternativa. Chamar inclusive o setor que hoje ganha e repactuar com ele a sua participação dentro da nova política que queremos implantar dentro do nosso país.

É bom também que fique claro que o governo FHC – além de multiplicar para dez a dívida interna brasileira; além de deixar o país com déficit nas contas correntes e déficit na balança comercial; impor a segunda maior taxa de juros do mundo; gerar a necessidade cada vez maior de captar o capital especulativo para manter a nossa balança, de uma forma artificialmente regular... – está deixando algumas armadilhas para o seu sucessor que são graves, e que é dever da oposição denunciar desde agora.

O próximo presidente que vai tomar posse no dia 1º de janeiro de 2003 vai assumir sem a Desvinculação de Recursos da União (DRU), vai assumir sem o CPMF, vai assumir sem o COFINS, vai governar, em resumo, com menos 40 bilhões de reais de receita. Além dessas restrições orçamentárias, muito provavelmente, terá de governar em meio a uma situação política complicada, porque o discurso do governo – que usou durante seis anos e meio, as medidas provisórias –, agora, é de que está na hora de acabar com a medida provisória.

Então já se tiram 40 bilhões de um presidente que vai tomar posse; com capacidade limitada para poder resolver as coisas com uma certa urgência; e com um Congresso que, por mais que nos forcemos, ainda será de um perfil bastante conservador. Assim, essas bombas de efeito retardado que vão sendo deixadas pelo governo FHC precisam ser, desde já, pensadas pela oposição em como desmontá-las e denunciá-las à população.

Há também na reforma bancária uma outra bomba sendo colocada: a questão da “eleição” para a direção do Banco Central. Imagine se tirar dos instrumentos políti-

cos do próximo presidente 40 bilhões de reais, e ainda se colocar um presidente do Banco Central “eleito”, o futuro presidente, além de não ter dinheiro, estará impedido de fazer política monetária.

É uma situação muito complexa, difícil e precisamos atentar para essas questões para que evitemos caminhar duas vezes para a Argentina: em primeiro, já exposto, ter de recorrer aos antigos adversários – será triste para a oposição, daqui a seis meses ter que chamar Malan de volta... (como está acontecendo na Argentina, onde o presidente eleito teve de chamar o seu adversário para implantar uma política econômica totalmente diferente daquela que havia defendido durante a campanha). Em segundo, a frustração causada na população da Argentina: não podemos frustrar o povo brasileiro com mais uma decepção. Uma decepção que seria fatal para as oposições brasileiras, que depois de tanto tempo, e de uma oportunidade tão grande de ganhar a eleição, ganhariam, mas de uma forma estreita – sem um programa claro, sem uma aliança política necessária e respostas rápidas para responder às demandas atuais da economia brasileira, frustrando a população do país, provocando nela um sentimento de enorme descrença. Caso isso ocorra, certamente vai levar o povo brasileiro, confuso, a reclamar, como última alternativa, a volta daqueles que levaram o Brasil a essa situação terrível, que tentamos ora combater.

É necessário também atentar para o discurso correto. Quando estamos tratando de política é preciso que coloquemos no centro da discussão o elemento principal e não o acessório; e principal, nesse momento da vida do país, é mudar o modelo econômico. Vejo alguns companheiros que têm bandeiras importantes, mas que o governo federal, sabiamente, vem, aos poucos, capturando-as. Não adianta achar que o problema do Brasil é um problema social – **o problema do Brasil é um problema econômico com conseqüências sociais gravíssimas**. Achar que vamos resolver o problema do Brasil com médico de família, com bolsa escola, isso é uma ingenuidade. É melhor então, deixar o Paulo Renato que já está fazendo bolsa escola, ou seria melhor deixar o José Serra que já está fazendo programa de saúde da família. A questão central no Brasil, que precisa ser combatida e que precisa ser enfrentada, é **a questão do modelo econômico, que não tem remendo, que precisa ser mudado e costurado na nova aliança de forças políticas e sociais para ganhar e transformar a sociedade brasileira**. E implantar um regime que não só produza renda. Aqui, outro equívoco é dizer que o problema do Brasil é geração de riqueza. O Brasil é a oitava economia do mundo,

produz riqueza em quantidade. O problema do Brasil é distribuição de riqueza. O Brasil precisa implantar mecanismos concretos de distribuição de riqueza – estamos atrás de Trinidad Tobago no ranking social da distribuição de salários e distribuição de renda média do mundo.

O ministro da Fazenda deveria vir a público e justificar como uma dívida de 50 bilhões de dólares foi parar em 550 bilhões (e só de juros pagamos 500 milhões de dólares); como o déficit de contas correntes está cada vez maior; como temos a segunda taxa de juros do mundo; como é que os nossos índices sociais pioraram durante esse governo?

Precisamos reafirmar claramente que qualquer tentativa de remendar o atual sistema econômico é inviável. Não podemos remendar aquilo que certamente nos levará a uma crise política, a uma crise econômica, e uma crise social sem precedentes – como está vivendo hoje a Argentina. Temos de mudar de paradigma – não estamos aqui para pegar o paradigma dos nossos adversários para tentar maquiá-lo e dar a ele uma nova roupagem.

A questão da crise que estamos vivendo agora no Brasil da falta de energia elétrica foi muito oportuna para desmascarar qualquer possibilidade de reafirmação da competência do governo para qualquer coisa. O governo Fernando Henrique Cardoso demonstra irresponsabilidade com o país, ao não ter preocupação sequer em investir em linhas de transmissão – e não digo nem no sistema como um todo, porque eles agora querem botar a culpa em São Pedro por não chover. Na verdade, esse problema no Brasil não decorre da falta de água: há água em abundância no Sul e há água em abundância no Norte. O país não investiu em linha de transmissão e isso desmascara, num momento muito apropriado, a falácia do discurso da eficácia do governo FHC, que foi incompetente para resolver os problemas sociais e que foi incompetente para resolver os problemas econômicos brasileiros.

Essa história de dizer que a equipe econômica é competente é falsa; é incompetente, despreparada, trabalhou apenas dentro de uma lógica para favorecer apenas um setor da economia, foi incompetente para resolver os problemas de infraestrutura do nosso país. Está aí o país passando por esses momentos difíceis que conturbam ainda mais a vida da população, cada vez mais ansiosa. E incompetente para resolver muitos outros problemas que aqui não citamos. 

Anthony Garotinho é governador do Rio de Janeiro e pré-candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Este texto reproduz parte de sua intervenção no *Seminário 2002: um novo projeto para o Brasil*, promovido pela Liderança do PCdoB na Câmara Federal, no dia 15/5/2001.

Falta a batalha intelectual em torno da proposta alternativa

Ciro Gomes

O pano de fundo do problema brasileiro contemporâneo é o cenário internacional. A globalização exige uma reflexão para além da ciência política e das premissas com que se

A GLOBALIZAÇÃO não é aquilo que os conservadores desse país, com forte propaganda oficial do poder – infelizmente, com grande resultado – quer que creiamos. O anúncio do fim do sentido das mediações de um Estado nacional, com a idéia de que o fato econômico (leia-se trocas financeiras e tecnológicas, processos produtivos, comerciais) deve ter absoluta liberdade, e que qualquer obstáculo nacional a essa livre circulação desses fatores de produção seria uma impertinência ou anacronismo organizacional, é absolutamente falso, interesseiro e preconceituoso – embora tenha virado quase uma verdade definitiva, nos tempos presentes que estamos vivendo no Brasil.

Há certos setores da esquerda que imaginam a globalização como o outro nome de imperialismo, porque todo mundo percebe que a ordem internacional permanece sob o estigma da injustiça, com um punhado de países ultrapoderosos militar, tecnológica, financeira, comercial e esteticamente. Isso é imperialismo – uma relação selvagem ainda presente nas relações internacionais, a exploração colonial. Porém, parece que globalização é um fenômeno diferente. Se imperialismo é uma coisa intrinsecamente má, injusta, perversa; globalização não necessariamente o é. Tanto mais se lembrarmos a questão do domínio tecnológico – em que, por exemplo, a conquista do

examinou o fato político ao longo do século XX. Na verdade, a tecnologia transformou as relações internacionais, especialmente a divisão internacional do trabalho.

princípio de cura da AIDS pode ser disponibilizada quase em tempo real, de onde quer que tenha acontecido esse domínio, para o planeta inteiro. Isso é um aspecto que põe em relevo a necessidade de compreendermos mais complexamente o que é mesmo essa tal globalização para entendermos o que nos implica.

Esse não pode mais ser um tema opcional, pois da inserção internacional do país deriva um constrangimento que mexe com tudo o que há de concreto na vida do nosso povo.

Nessa nova divisão internacional do trabalho e com esse fenômeno da globalização o mundo está dividido entre tipos de empreendedores. A velha divisão internacional respeitava o mapeamento geopolítico do planeta entre trabalho de alto valor agregado e trabalho de baixo valor agregado. Hoje, o critério de divisão é pela forma de empreender em oposição aos modos tradicionais da retaguarda produtiva do mundo: há uma vanguarda produtiva em oposição a uma retaguarda produtiva. E essa vanguarda produtiva tem três características centrais, não importa onde ela esteja produzindo, pois desconsidera a fronteira política do mundo e se apresenta à competição financiada em padrão internacional na ponta do processo tecnológico e em mega escala. Outro elemento característico do vanguardismo produtivo mundial é a disputa da ponta tecnológica de setor a setor. O terceiro

componente: para empreender globalmente, o empreendedor se apresenta para a competição em mega escala – custos fixos, relativizados, custo de produção muito baixo e lucro reduzido a uma fração de centavo, podendo (por exemplo) vender um produto no mundo por um centavo de lucro, pois seu ganho é do volume planetário. Ora, de ponta tecnológica, mega escala e financiamento dramaticamente barato sai um produto necessariamente bom, bonito e barato.

Qual é o padrão de produção médio brasileiro, concretamente? É assim: sob o ponto de vista financeiro, a maior taxa de juros do mundo (2,5% ou 3% de desconto a uma duplicata por mês); no componente tecnológico, três gerações tecnológicas de defasagem em média, ainda sendo verdadeiras as conclusões do Congresso Nacional; e sete em cada dez empregos no Brasil têm origem em pequena e média empresa, por definição a economia é caracterizada pela pequena escala.

Se o desmonte das mediações do Estado nacional for levado a cabo, o espaço mercadológico brasileiro assistirá a uma competição que não existe: a vanguarda produtiva mundial financiada de forma barata, na ponta do processo tecnológico e em mega escala; por outro lado o desmonte completo da estrutura produtiva brasileira – que vale lembrar é de pequena escala defasada tecnologicamente e estrangulada em seu financiamento. A porta disso é a assimetria competitiva; a maior estatística de falências e concordatas (já ocorrendo); a maior estatística de inadimplência; a maior estatística de desnacionalização da economia – e não coloco como argumento por xenofobia, pois advogo a idéia da integração internacional. Entretanto, advogo a integração ativa, não subordinada.

Esse processo gera em todos os países onde esse experimento foi levado a cabo, com mais velocidade ou com mais radicalidade, a instabilidade política imediata. Quem duvidar passe os olhos na América do Sul, lembrando que o processo de desmoralização das ditaduras militares teve um coadjuvante poderoso que foi a crise internacional da dívida externa. Isso explodiu em seguida como um fenômeno da hiperinflação no primeiro momento das democratizações e replicou na estabilização, que depois virou a prostração ao dogma neoliberal. Nos países mais afoitos, o processo transformou-se simplesmente em crise e instabilidade política absoluta. A Argentina, que fez absolutamente tudo que determinava a cartilha do bom moço internacional, está destruída como nação: desindustrializou-se, está fragilizada, com o maior desemprego da sua história, com a malha de seguridade social (que era modelar na América Latina) se desmanchando a cada dia. O povo argentino elegeu uma coalizão de forças de centro esquerda que recusou-se – e

participei das discussões – a qualificar essa unidade, pelo mérito do que queria propor; e aceitou apenas a negação do que denunciava, como argumento catalisador da vitória, o que deveria ser uma lição importante.

Ganhamos a batalha moral da crítica no momento em que o real se desvalorizou na seqüência da eleição de 1998 – quando sua mitologia simbólica se desfez. O consenso já houvera se desfeito, porque a plataforma industrial nacional brasileira começou a experimentar conseqüências negativas; o próprio privilegiado sistema financeiro está começando a se assustar; apareceram problemas de infraestrutura, que agora chegaram ao colapso da energia elétrica; enfim, o consenso se desfez e a batalha moral da crítica foi ganha pela oposição.

Porém, falta-nos a batalha intelectual do que representamos e o que devemos colocar no lugar do que aí está. Não temos traduzido isso, pelo menos de modo eficaz, e quando permitimos que todas as nossas energias derivem-se para essa agenda criminal da política.

Teríamos de ter um diagnóstico retrospectivo e prospectivo.

Primeiro qual é a solução do problema? As dispersões no diagnóstico são cruéis. Por exemplo, o Brasil é a décima quinta economia industrial do mundo; temos as mais sofisticadas plataformas siderúrgica; petroquímica; de telecomunicações; de energia; e de transporte; a melhor comunidade tecno-científica; a melhor burocracia (visto como fator estratégico de manejo de operação do Estado) do mundo em desenvolvimento. Tudo isso se encontra desmantelado, meio decadente, mas não duvidem que são fatores estratégicos que contam para o Brasil.

Breve histórico

Em 1945, após a II Guerra Mundial, este era um país rural, que produzia uma economia simplória de subsistência ou retirava as suas riquezas, “excedentes”, em monocultura de café e cana de açúcar. Essa era a economia brasileira – com o povo que morava 80% no campo. O Brasil foi buscar um projeto no estrangeiro – é assim que faz a elite brasileira – e apropriou-se de uma modelagem de economia política, o nacional-desenvolvimentismo. Propunha a industrialização como caminho. Como conseqüência prática, satanizou-se a agricultura, a economia rural. Os movimentos de 1930, 35, 32, 37 e 46 foram confrontos de uma burguesia urbana que nascia com essa visão liberal-democrática vitoriosa na guerra, em oposição a uma oligarquia rural que dominava – como ainda domina, desproporcionalmente – a nossa superestrutura representativa na política. Como fazer essa industrialização? Substituindo importações – o que exigia capitalistas

que pagassem esse negócio. Ora, os capitais privados não existiam e os poucos que existiam eram rurais, ariscos a novidades. Nasce daí a idéia de fazer o Estado brasileiro o empresário capitalista que não tínhamos, que assume, com capitais públicos, a tarefa de fazer indústrias e a infra-estrutura correlata. Com isso elege uma fração da burguesia com dinheiro público, renúncia fiscal, crédito não retornado; ou seja, instrumentos que se criaram de cessão de riquezas públicas a uma fração da burguesia privada. O Estado também não tinha o dinheiro e daí nasce a idéia de montar-se matricialmente um Estado deficitário.

Assim, industrialização substituindo importação; Estado empresário gastando mais do que arrecada, afundado numa dívida de longo prazo e barata; a economia protegida para essa indústria nascer sem contestação e com um esforço de capacitação tecnológica completa – disso deriva o nosso modelo universitário e boa parte de sua agonia e perda de identidade contemporânea.

Diagnóstico da crise

Por que esse modelo morreu? A resposta envolve três condições. Primeiro, a variável financeira: todo o modelo dependia de capital externo de longo prazo e barato; e isso não existe mais. Lá fora, na academia internacional, por exemplo, todo mundo tem como certo de que esta casa vai cair. Aqui, meio que está proibido de se discutir esse assunto, pelo menos nos mecanismos abertos de discussão e mesmo a nossa universidade não o discute com despudor. E trata-se apenas de descobrir se vamos impor um regulamento, se vamos impor um tributo internacional, se vamos, enfim, fazer restrições nacionais, transitórias; mas, todo mundo tem como certo de que não é possível mais conviver com uma matriz de desenvolvimento que depende, para respirar, de ciclos voláteis de capital. Se não, vamos ficar eternamente nessa enganação de que temos uma crise acidental acontecendo – um dia no México, um dia na Rússia, um dia na Coréia, um dia na Turquia, um dia na Argentina – e nós sempre pagando o pato aqui.

O modelo novo tem de ter clareza de que nosso ciclo esperado, desejado, de desenvolvimento acelerado tem de se fundar num nível alto de poupança doméstica; porque o nível de poupança de uma nação não é obra do acaso, é consequência de arranjos institucionais. No caso brasileiro, estamos com essa matriz, morta em 82/83 quando o país quebrou, e que passou a funcionar inflacionariamente de forma criminosa como uma espécie de tributo anti-social em cima do povo, sem consentimento do Congresso Nacional. O Plano Real apenas fecha a porta desse modo de financiar; é vendido para a população como um

fim, em si mesmo, quando todos nós que o fizemos (eu participei) sabíamos que aquilo era sério, mas precário. E para usar por pouco prazo, porque as seqüelas do remédio seriam mortais se usadas continuamente. Por isso, eu rompo em janeiro de 1995, vou embora, e passo a escrever publicamente quando farei isso. Dessa dinâmica de dependência externa deriva o juro mais alto do mundo.

O modelo morreu também pelo componente tecnológico – a segunda razão de seu esgotamento. A defasagem tecnológica vem do seguinte fato: a tecnologia no passado se sucedia com grande paciência. Uma geração tecnológica passava décadas para outra sucedê-la. Então, tinha sentido um modelo que partia atrasado para tentar replicar as tecnologias já dominadas e, algum tempo depois, chegar à última geração tecnológica. Mas de uns tempos para cá os ciclos tecnológicos se sucedem com grande volatilidade. Estávamos com a economia fechada, fizemos de conta que não era conosco.

A terceira razão é uma inteligência muito delicada do papel da proteção do mercado interno. Com a proteção do passado, fizemos nascer a 15ª economia industrial do planeta. É verdade. Mas na seqüência, essa indústria cartelizou-se totalmente. De maneira que mais de 2/3 dos preços relativos da economia brasileira, no princípio da década de 90 eram formados por cartéis, que se reuniam para assaltar a sociedade e estabeleciam os seus preços. Os preços relativos tornaram-se muito mais caros que o sucedâneo internacional – porque a proteção sancionava isso; além da acomodação tecnológica.

Como resultado a inflação, a baixa competitividade, o desemprego de massa, a incapacidade de manter infraestrutura, o super endividamento e o colapso.

Condicionantes do projeto futuro

O neoliberalismo já está denunciado e é meio comum entre nós a percepção de seu equívoco. Mas, a solução para a atual perversão não é uma volta ao passado, reexperimentar o nacional-desenvolvimentismo, porque ele não é mais praticável. Isso nos põe a pista do que seria projeto a futuro.

O motor do neoliberalismo não é algo que a gente possa pura e simplesmente resolver na satanização do termo – se você fizer uma pesquisa de opinião entre setores médios da sociedade brasileira e perguntar o que é neoliberalismo, as pessoas não sabem o que significa. Se a batalha fosse por adjetivo, pode se perguntar: “você é contra ou a favor do neoliberalismo?”, dá 80% contra. Mas nem o mais ortodoxo dos neoliberais neste país se reconhece como tal. Pergunte ao FH se ele se reconhece como neoliberal; ele diz para todo mundo categoricamente que não é e que

quem diz isso dele é um neobobo. Porque o neoliberalismo, na verdade, é uma perversão absolutamente grave; mas não deixa de ser por isso um marco de economia política, que ganhou as eleições em toda a Europa Ocidental. É um marco da economia política extraordinariamente complexo na sua simplicidade; e entra na nossa alma – estou dizendo da nossa, de todos nós – não nos consultando a inteligência por três motores poderosos.

Seu motor um é a cultura do consumo. Não adianta fazer de conta que a cultura prevalente – embora isso seja de ser criticado – não seja a cultura do consumo. O que é isso na prática? É a predisposição das sociedades modernas de massa a encontrar felicidade no saciar da sua plataforma na sua expectativa de consumir. Se for assim essa população pede às organizações uma engenhoca que lhe garanta a alternativa de escolha do bom, bonito e barato. Se isso vem de ponta tecnológica, mega escala e financiamento dramaticamente barato (e se a nossa economia de micro escala, defasada tecnologicamente e estrangulada no financiamento), aqui está a grande sociedade se vulnerando pela cultura do consumo. Pedir à sociedade que não faça essa opção não é tarefa simples e não se resolve com a satanização de adjetivos.

Motor dois – a brutal assimetria da despoupança doméstica do país (cheio de apetites frustrados) e o excedente brutal de poupança no dito Primeiro Mundo. Concretamente, ano passado, no Brasil, sobrou 18% do PIB como taxa bruta de poupança. Se quisermos crescer apenas à suficiência para incorporar os ganhos de produtividade, que troca gente por máquina, e os jovens que chegam à razão de um milhão e 800 mil por ano ao mercado de trabalho, precisamos crescer 5,5% para começar a conversar. O estoque fica sem solução e vamos, pelo menos, empatar no fluxo. Para crescer 5,5% precisamos de uma taxa bruta de investimento que equivale à taxa equivalente de poupança de 33% do PIB. Nós temos 18%. Então, o Brasil está proibido de crescer; e estamos sendo iludidos, engambelados, de que vamos ser salvos da tragédia coletiva em que estamos mergulhados, pela poupança dos outros. Não há precedente empírico: **nunca nenhuma nação do mundo cresceu com base na poupança dos outros.** A poupança de risco, aquela que se associa por investimento, preferencialmente se reinveste na sua praça de origem – 93% da poupança de risco do mundo reinveste na sua praça de origem e apenas 7% migram. E os 7% migram na direção de países que têm nível de poupança doméstica alto. Porque a finança internacional funciona como o banco: se você tem um saldo médio alto, o gerente se lembra do seu aniversário, manda cesta de natal; se você está com cheque especial furado e ligar para ele, está em

reunião. Como é que isso funciona como motor na nossa alma, da prática neoliberal? Está com despoupança, faltando energia, estrada esburacada, quer uma saúde melhor, uma educação melhor, melhorar centros universitários? Todos os apetites frustrados que temos por despoupança: “olha, aqui está sobrando dinheiro, quer um pedaço? Quero.” Vai aí, o manual do bom moço internacional levado pelo meu aditor, por nome FMI, que vai ver se você está disposto a cumprir tal manual. Qual é a cartilha? Desregulamentar, privatizar, liberalização comercial etc, e políticas sociais compensatórias. Está escrito no consenso de Washington: “políticas sociais compensatórias. Tipo: bolsa escola, renda mínima, etc”. Não é que não seja importante. Mas não vamos alimentar ilusão – porque este país vai cair na nossa mão para governar – que bolsa escola muda estruturalmente a sorte de uma nação como o Brasil, deste momento dialético adiante. Não muda. Claro que vai ajudar na macro mudança do futuro, mas não muda dialeticamente do ponto onde estão os problemas para o futuro.

Terceiro motor – e aqui, veja bem, é complicado porque, antes, nós construímos uma dívida, como tentei descrever, para fundar um Estado nacional de industrialização. É um projeto nacional de industrialização. Agora, este endividamento maluco provoca o déficit – ou seja, o rabo passou a balançar o cachorro e é absolutamente antinatural. E esse problema não se resolve com aquela prática da frase “Fora FHC. Fora FMI”, “Moratória Já.” Ela me faz bem ao fígado também, mas é bom lembrar que o problema é muito mais complexo. Por quê? Porque a poupança é capturada pelos bancos, que emprestam ao governo. Se o governo praticar essa frase, os bancos, como intermediários – e as pessoas nem conhecem, aquela letrinha dos contratos que a gente assina, quando abre conta, conta remunerada, renda fixa, caderneta de poupança – é o seguinte: o risco, mesmo na caderneta de poupança, é do cliente. O banco afasta a barriga, você esteriliza a poupança popular, lesa o crédito público, que é um patrimônio intangível, sabe-se lá por quantas épocas futuras. Em cima disso, essa gente conservadora reina dizendo “tem que pagar com casca e tudo, tem que fazer o manual do bom mocismo, se não vamos ser proscritos.” Isto é mentira! Há um terceiro ponto, nesta linha, que é **reconhecer o crédito e conseguir uma dinâmica para alongar os prazos de vencimento dessa dívida, não compulsoriamente, mas negocialmente, compatibilizando.** 

Ciro Gomes é ex-governador do Ceará, ex-prefeito de Fortaleza, ex-ministro da Fazenda. Este texto reproduz parte de sua intervenção no *Seminário 2002: um projeto novo para o Brasil* – no dia 22/5/2001, em Brasília.

Itamar Franco: ênfase no nacionalismo

José Carlos Ruy

O único entre os presidenciáveis do campo oposicionista que não pôde comparecer ao seminário 2002: *um novo projeto para o Brasil*, organizado pela bancada do PCdoB na Câmara Federal, foi o governador Itamar Franco, de Minas Gerais. Foi uma ausência importante naquele fórum, onde os candidatos oposicionistas à sucessão de FHC puderam apresentar suas idéias para o país, pois Itamar junta ao ideário nacionalista e ao sentimento antineoliberal o

fato de ser, entre os postulantes, o único que já passou pela Presidência da República, tendo cumprido a metade final do mandato de Fernando Collor de Mello, eleito em 1989 e varrido da chefia do governo em 1992 pela campanha do Fora Collor. Itamar cumpriu o tempo restante do mandato, até 1994, quando passou o bastão para Fernando Henrique Cardoso, que foi seu ministro da Fazenda e, como tal, um dos arquitetos do Plano Real.

AS AÇÕES do governador mineiro e suas manifestações públicas, desde janeiro de 1999, quando assumiu o cargo, são a indicação mais segura das idéias que Itamar levará à Presidência, caso seja eleito em 2002.

São idéias que o puseram em confronto com Fernando

Henrique já na primeira semana de seu governo, quando Itamar Franco anunciou que, entre o cumprimento de obrigações financeiras do Estado e o pagamento do funcionalismo público, faria a segunda opção. Naquela semana, entrou em verdadeira guerra financeira contra o governo federal ao

anunciar a suspensão do pagamento da dívida de Minas Gerais com a União. “Não se pode pagar o impossível, e não vou permitir o caos social”, disse, sinalizando o caminho opositor de seu governo.

Desde então, seu afastamento em relação ao governo federal se aprofundou, traduzido em uma permanente adjetivação condenatória – FHC é um vendilhão da pátria, disse em certa ocasião. Em maio de 2000, acusou o governo de estar “totalmente alienado em relação ao sentimento popular, ao sentimento de brasilidade”. E criticou, então, a crescente repressão policial contra movimentos populares de reivindicação dizendo que o governo federal “pensa que por meio de forte aparato policial, de repressão violenta, vai conter o problema. Está enganado”. Em junho de 2001, voltou ao assunto dizendo que FHC “perdeu o sentimento de Brasil”. Acusa também o presidente de romper a tradição republicana ao insistir na reeleição e transformar o Congresso brasileiro em um balcão de negócios para chegar a ela. “Foi uma vergonha neste país. Deputados venderam seus mandatos e ninguém se lembra disso”, diz ele.

Estas posições decorrem da marca forte de Itamar: seu nacionalismo. O sociólogo mineiro Otávio Dulci chega a compará-lo ao presidente Artur Bernardes (1922 a 1926), que se tornou campeão do nacionalismo nos anos 20 ao resistir contra o domínio da siderurgia nacional pela norte-americana Itabira Iron. Esse nacionalismo o torna atraente para expressiva parcela da burguesia brasileira, principalmente para os empresários que não aceitam a participação do Brasil na Alca e têm restrições contra o programa de privatizações de Fernando Henrique Cardoso. Entre esses empresários está Roberto Nicolau Jeha, um dos vice-presidentes da FIESP. Dizendo que Itamar vai apresentar proposta para uma nova política industrial, sem “privatizações predatórias”, Jeha disse, em março de 2001, que tem “muitas convergências: o governador sempre defendeu juros baixos e eu também, e acho que ele tem razão quando observa que houve falhas estratégicas nas privatizações”.

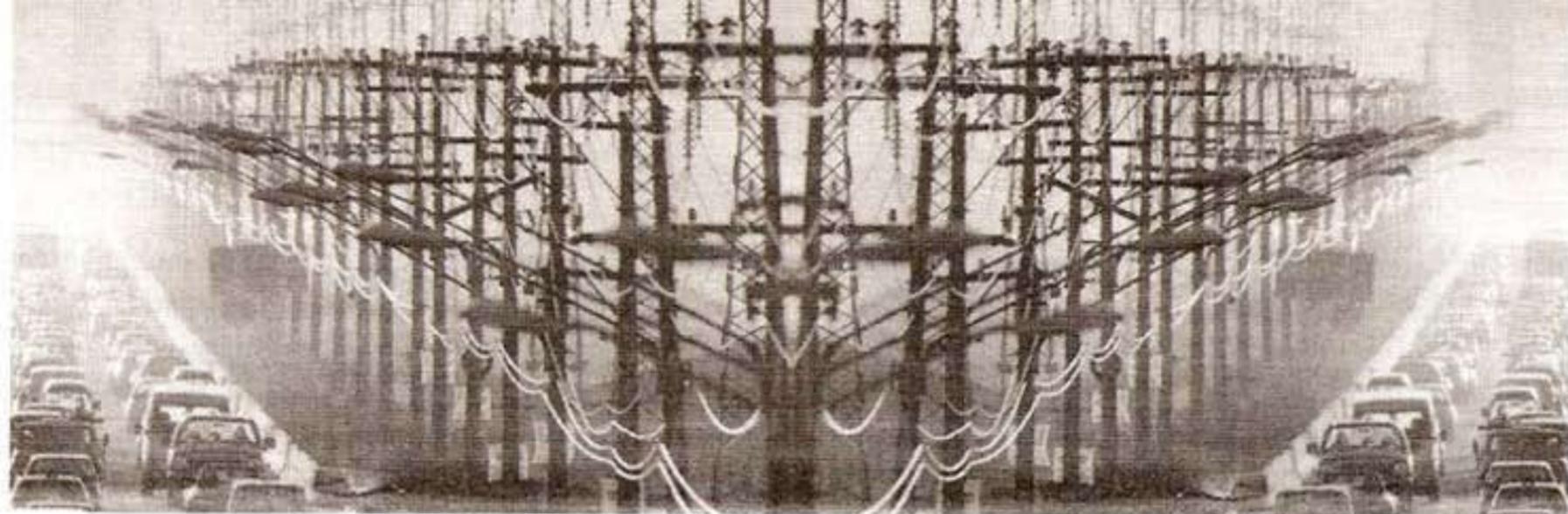
Uma garantia desse nacionalismo aceitável para a burguesia industrial é o fato de Itamar ter sido o único governante do país a rever um processo de privatização, o da Cemig, da qual afastou os sócios norte-americanos. Seu governo iniciou um programa de investimentos de R\$ 2,7 bilhões no setor elétrico, com a parceria de empresas privadas e de grandes consumidores de energia elétrica, como a Cia Vale do Rio Doce, a Cia Suzano de Papel e Celulose, a Votorantin, a Coteminas etc, gerando 25,7 mil empregos diretos. Ainda nesse sentido de afirmação nacional e repúdio das privatizações promovidas pelo governo de FHC,

seu governo voltou a ser pioneiro e criou, em junho de 2001, a Comissão de Apuração de Irregularidades do Sistema Financeiro Estadual, para investigar o saneamento e a privatização do Bemge (Banco do Estado de Minas Gerais) e do Credireal, ocorridas em 1998.

Outro setor da vida nacional sensível a esse nacionalismo são os militares, a quem Itamar tem feito acenos constantes. Em março de 2001, ele defendeu o uso das Forças Armadas no combate à corrupção no governo federal dizendo que as privatizações “tem servido de biombo a negócios escusos e à corrupção no Brasil”; para ele, todo mundo deve discutir o assunto, “estudantes, operários, políticos e militares da reserva, que são cidadãos comuns, não são párias”. Em junho de 2001, outro aceno. Ele acusou o Partido dos Trabalhadores de falta de patriotismo por exibir, em seu programa na televisão, ratos roendo a bandeira brasileira. Tratava-se, é claro, de uma alegoria representando a pilhagem do Brasil por interesses privatistas. Mas, como o zelo pelos símbolos nacionais, particularmente pela bandeira, é forte entre os militares, Itamar não deixou passar a ocasião de manifestar sua diferença em relação ao PT nessa questão.

Além do nacionalismo, e decorrente dele e da sua formação jurídica, a outra marca daquilo que seria o programa de Itamar para mudar os rumos do país é sua defesa da necessidade de convocação de uma Constituinte Nacional Exclusiva, formada por constituintes com mandato de um ano e inelegíveis para a legislatura do Congresso Nacional seguinte à Constituinte. A idéia surgiu no final de 2000 e, desde então, é repetida por Itamar. A ela caberia reordenar o país, consertar o estrago que o governo de FHC fez na Constituição de 1988 ao desfigurar principalmente os capítulos referentes às ordens econômica e social. Ela vai rever, pensa Itamar, principalmente as privatizações, a ação das multinacionais sem a contenção de órgãos fiscalizadores, a crise energética, a defesa ambiental. Com a atual Constituição, diz, “o país é ingovernável”. “Mexeu-se tanto na Constituição que com a ordem econômica que aí está, nenhum presidente vai conseguir governar”.

Assessores próximos de Itamar sonham com a possibilidade de ele vir a ser o anti-Lula de 2002. E trabalham nesse sentido, procurando aproximá-lo principalmente da burguesia brasileira e de militares descontentes com o desastre provocado no país pela implantação da “modernidade” neoliberal. E contam, para isso, com sua imagem de nacionalista, com sua defesa de uma nova Constituinte e, principalmente, com a imagem de honestidade pessoal que mesmo as campanhas mais sórdidas e venais da imprensa chapa branca não conseguem comprometer. 



A crise energética e a pusilanimidade do governo

Haroldo Lima

A suspensão dos investimentos em eletricidade foi imposta pelo FMI

O núcleo do sistema elétrico brasileiro – suas grandes hidrelétricas – começou a ser estruturado em 1945, quando o presidente Getúlio Vargas criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Chesf, para construir Paulo Afonso. A usina, inaugurada em 1955, foi a maior obra da engenharia brasileira na época e produzia 180 MW. Desde então, o sistema elétrico do país se expandiu e se integrou.

VIERAM INÚMERAS hidrelétricas. E vieram Furnas, Itaipú e Tucuruí, que com a Chesf, passaram a formar o núcleo do sistema, um dos mais avançados do mundo. Tudo isso tem mais ou menos cinquenta anos.

Há pouco mais de cinco anos, o presidente Fernando Henrique iniciou o dismantelamento desse conjunto. A crise energética que assola o país é resultado desse processo, e também a expressão mais acabada e de maior alcance popular do neoliberalismo imperante. Poder-se-ia dizer que Fernando Henrique vem destruindo nesses cinco anos o que foi construído em cinquenta.

A nossa epopéia da construção de um sistema exemplar

Grande extensão territorial, proximidade da Cordilheira dos Andes, maciços no Norte e Planalto no centro; tais são as condições geofísicas que propiciaram a formação de uma vasta rede fluvial no Brasil. Os Andes impediram que os rios fossem ao Pacífico e jogaram para cá, entre outros, o maior rio do mundo, o Amazonas. Os maciços do norte propiciaram o surgimento dos grandes afluentes da esquerda do Amazonas. E o Planalto Central foi a ampla cabeceira de rios portentosos que demandaram o sul (Paraná-Paraguai), o

norte (Tocantins-Araguaia) e o nordeste (São Francisco).

Surgiram, assim, no Brasil oito grandes bacias hidrográficas; cinco principais – as do Amazonas, do Paraná, do São Francisco, do Paraguai e do Uruguai –; e três secundárias – as do Nordeste, do Leste e do Sudeste. Diferenças no regime das chuvas fazem com que períodos de cheias em uma região correspondam a períodos de seca em outra e vice-versa, havendo rios de planície e de planalto, estes com muitas corredeiras e cachoeiras.

Naturalmente que essas condições excepcionais influenciaram, há muito tempo, no rumo que seguiu a cons-

trução da base elétrica do Brasil.

A eletricidade por aqui chegou mais ou menos na época em que os primeiros utensílios elétricos eram introduzidos nos EUA. E não tem muito tempo. A primeira experiência de iluminação elétrica entre nós foi feita em 1879, sob os auspícios de Pedro II. Seis lâmpadas, alimentadas por dois dínamos, iluminaram, por sete anos, a estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi ainda Pedro II quem inaugurou a primeira iluminação pública da América do Sul, em 1883, na cidade de Campos, também no Rio. Trinta e nove lâmpadas lá estavam, com uma máquina a vapor. No mesmo ano, em Diamantina, Minas Gerais, no ribeirão do Inferno, embora com pequena potência, entrava em operação a primeira hidrelétrica do Brasil, e a primeira linha de transmissão, com dois quilômetros de extensão. Em 1887, Porto Alegre se transformou na primeira capital do país a ter luz elétrica, proveniente de uma termelétrica particular, da Fiat Lux. Ainda em 1887, foi criada no Rio de Janeiro a Companhia de Força e Luz, primeira empresa do ramo no Brasil, e com capital nacional. No ano da proclamação da República, em 1889, pouco antes da queda do Império, entrava em operação a primeira usina hidrelétrica brasileira de maior porte, a de Marmelos, em Juiz de Fora, Minas Gerais, obra do industrial mineiro Bernardo Mascarenhas.

Já com a República, o século XX começou, no Brasil, com 12 MW de potência instalada e poucas usinas em operação, termelétricas em sua maioria. Momento esse em que chegaram as "Light", a São Paulo Light and Power, organizada em Toronto, em 1899, e a Rio de Janeiro Light and Power, constituída também no Canadá, em 1904. Comprando empresas nacionais que já existiam, as duas grandes canadenses monopolizaram

em suas regiões o serviço de força e luz, de bondes, de gás e de telefonia. E começaram a investir em hidrelétricas. A hidrelétrica de Parnaíba, na cachoeira do Inferno, no rio Tietê, em São Paulo, inaugurada em 1901, inicialmente com 2 MW de potência, foi a primeira hidrelétrica da Light no Brasil. (1) A Rio Light construía, depois, a hidrelétrica de Fontes, no ribeirão das Lages, no Rio, que em 1909, com 24 MW, era a maior do Brasil e uma das maiores do mundo. Delmiro Gouveia, um arrojado empresário brasileiro em luta contra um grupo têxtil inglês, fez o primeiro aproveitamento elétrico da cachoeira de Paulo Afonso, poucos anos antes de ser assassinado.

Nas décadas que se seguiram, várias empresas de eletricidade se organizaram no Brasil, e outras vieram do exterior. Novas usinas foram construídas a um ritmo acelerado. Muitas pequenas, de alcance municipal, termo e hidrelétricas. E nesse início dos anos 20 chegava ao Brasil a American and Foreign Power Company, a Amforp, empresa estadunidense, que se implantou no interior paulista, em cidades importantes do Sul e do Sudeste e em algumas capitais do Nordeste, como Recife, Salvador, Natal e Macaé. Um processo de centralização foi sendo feito em torno de algumas grandes empresas estrangeiras, de tal maneira que, quando a década de 30 chegava, quase todo o setor elétrico em funcionamento no Brasil era dominado por empresas estrangeiras. Mais do que isto. O setor elétrico de todas as áreas mais desenvolvidas do país, ou que tinha expectativa de desenvolvimento, era controlado por duas empresas estrangeiras, a Light e a Amforp. Nessa época ocorria a Revolução de 1930.

Um pensamento nacional tomava corpo no país, com a Revolução de 30.

A mística do desenvolvimento passou a nortear os novos planos. Para viabilizá-los, iniciou-se a formação de um novo aparato estatal e institucional.

No terreno da eletricidade, até então, regulamentos e controles eram fluidos, as empresas aí estabelecidas tinham ampla autonomia. Em julho de 1934, foi promulgado o Código de Águas para regulamentar o uso das águas e o setor de energia elétrica. Todas as fontes de energia hidráulica se transformaram em patrimônio da Nação e o aproveitamento da energia elétrica para uso público passou a depender de concessão a ser assinada pelo presidente da República.

No período de 30 a 45 muitos estados começaram a elaborar planos estaduais de energia elétrica e a organizar companhias para implantá-los. A industrialização cresceu bastante com a política da substituição das importações, enquanto a importação de materiais de geração elétrica ficou difícil, no ambiente da II Guerra Mundial. Tudo isso fez com que, no período, a demanda crescesse mais que a oferta de energia elétrica, o que ocasionou um primeiro racionamento velado.

O ano de 1945 já terminava quando Vargas deu um passo decisivo para a constituição do moderno sistema elétrico brasileiro. Criava a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Chesf, com a incumbência principal de construir a usina de Paulo Afonso, no rio São Francisco. Essa criação significou o início de um novo período de desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, com projetos de grandes usinas e grandes represas. No ano de sua inauguração, 1955, Paulo Afonso já produzia 180 MW.

Em 1952, Juscelino Kubitschek, governador de Minas, criava a Cemig, as Centrais Elétricas de Minas Gerais, que iria construir muitas hidrelétricas, entre as quais Três

Marias, no rio São Francisco, outro marco importante na história da eletricidade brasileira. Três Marias entrou em operação em 1962, com uma potência de 130 MW.

Ainda na década de 50, São Paulo começava a ter suprimento deficiente de energia elétrica, por conta da falta de investimento por parte das duas grandes empresas estrangeiras que lá concentravam as concessões. O governo de São Paulo tomou então a iniciativa de intervir no setor, criando, em 1953, a Uselpa, que construiu a hidrelétrica do Salto Grande, no rio Paranapanema; em 1955, a Cherp, Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo; em 1961, a Celusa, Centrais Elétricas de Urubupungá, todas elas construindo grandes hidrelétricas, como Jupia e Ilha Solteira. O conjunto dessas empresas, com diversas outras, inclusive privadas, formaram, em 1966, a Cesp, Centrais Elétricas de São Paulo, que surgiu com uma potência instalada de 626 MW.

A organização do setor elétrico no âmbito federal elevou-se a um novo nível a partir do segundo governo Vargas quando, sob inspiração de Rômulo Almeida, tomou a iniciativa de criar, entre outros instrumentos, em 1953, o Fundo Federal de Eletrificação (FFE) e, em 1954, a Eletrobrás, Centrais Elétricas Brasileiras. Vargas foi levado ao suicídio quatro meses após ter apresentado ao Congresso o projeto de criação da Eletrobrás.

Com Juscelino na Presidência, o governo federal fez sua segunda investida na construção de grandes usinas, fundando, em 1957, a Central Elétrica de Furnas, para construir a grande hidrelétrica do mesmo nome, no rio Grande. Foi a resposta do governo à crise de energia elétrica, que naquele momento atingia a região mais desenvolvida do país, o Sudeste. Furnas começou a funcionar em

1963, e já em 1965, estava com 900 MW instalados. Com Furnas, foi iniciada também a transmissão de energia elétrica na elevada voltagem de 345 KW, com o que integraram-se os sistemas de São Paulo, Rio e Minas.

Em 1962, a Eletrobrás, proposta por Getúlio em 1954, foi finalmente organizada por João Goulart, com as características de uma holding, que controlava inicialmente a Chesf, Furnas e outras. Já no regime militar, a holding adquiriu, embora a um preço extravagante, as onze empresas do grupo Amforp. E o Estado brasileiro, em 1965, já era o maior produtor de energia elétrica do Brasil.

Sob o comando da Eletrobrás, e com o fortalecimento que o setor estatal teve no regime militar, ocorreu então nova e significativa expansão do parque elétrico brasileiro. A Light foi comprada, em 1979, aliás por outra quantia extravagante, após o que o setor passou a ser basicamente estatizado. Quase todas as hidrelétricas foram ampliadas. E entre 1966 e 1980, quadruplicou-se a potência instalada no Brasil, atingindo-se a marca de 31 mil MW.

O sistema elétrico brasileiro transformou-se, assim, em um grande sistema, baseado na produção hidrelétrica. Algumas lacunas persistiam. E estas foram supridas com a construção de duas hidrelétricas portentosas, Itaipú, a maior do mundo, e Tucuruí, a maior da Amazônia. Itaipú, inaugurada em 1984, atingia, em 1991, a potência de 12.600 MW. E Tucuruí, inaugurada em 1984, tinha, em 1992, 4.200 MW, com previsão de chegar a 8 mil MW.

Esse sistema magistral foi interligado por extensas linhas de transmissão, que trabalhavam, em geral, com tensão até 500 KW (alta voltagem) em corrente alternada, mas que, em alguns casos, transportava energia a 750 KW, em cor-

rente alternada, e 600 KW em corrente contínua (extra alta voltagem). (2) A Eletrobrás pôs-se, então, a organizar os Grupos Coordenadores para Operação Interligada, os GCOI, que passaram a coordenar, em escala nacional, a operação do sistema, especialmente o uso controlado dos grandes reservatórios. Se um sistema, por exemplo, do Nordeste, estivesse com pouca água em seus reservatórios, notadamente em Sobradinho, o GCOI diminuía a produção no sistema Chesf e despachava carga de outro sistema, onde naquele momento tivesse folga de água. Em setembro de 1989, a Eletrobrás inaugurou, em Brasília, o Centro Nacional de Operação de Sistema, o CNOS, ampliando e aperfeiçoando o controle das operações de conjunto, permitindo-lhe administrar racionalmente a diversidade hidrológica do país. (2)

Assim, o sistema elétrico brasileiro passou a ser um sistema exemplar, de alta confiabilidade, admirado no mundo inteiro; barato por ser baseado na hidreletricidade; moderno por ser integrado e coordenado segundo suas exigências de otimização; e grande, pelas características agigantadas que ostentava. O sistema tinha 63 mil MW instalados; dos quais, 91,1% (55.857 MW) provenientes de hidrelétricas; 12% da hidreletricidade em operação no mundo; mais 100 mil MW já inventariados e não usados; outros 100 mil MW estimados e não inventariados. Tinha, portanto, 260 mil MW de potencial hidráulico. Um portento!

A participação da hidreletricidade na produção elétrica do país, da ordem de 91%, é ultrapassada em poucos lugares do mundo, como a Noruega, com 100% de sua energia elétrica de origem hídrica. Países como os EUA têm só 15%, Canadá 25%. Mas, o dado mais importante é que talvez nenhum país tenha possibilidade de dobrar sua potência hidrelé-

trica, enquanto o Brasil tem condições de quase quadruplicá-la.

Como muito bem lembrou o centro de estudos Ilumina, em potencial elétrico – por conta da base hidrelétrica já instalada, e da que pode vir a ser –, o Brasil é como a Arábia Saudita em petróleo.

A destruição do sistema exemplar

Com tributos vinculados à expansão do serviço, e com a venda da energia produzida, o sistema se auto-sustentava, financiando seu desenvolvimento até o fim da década de 1970. A partir dos anos 80, problemas financeiros sérios começaram a aparecer.

Não que o sistema elétrico descrito tenha provocado esses problemas. Mas, o Brasil começou a ter avultados problemas financeiros nessa década de 80, por conta da política neoliberal que lhe era crescentemente imposta. Todos os setores da sociedade foram por eles atingidos, e o setor elétrico pagou caro. É parte da história da década perdida de 80; a primeira, pois a de 90 também o foi.

Para pagar juros e dívidas, o governo precisava de moeda forte e passou a apelar para os endividamentos. Estes, contudo, tinham de ser feitos em nome de empresas prestigiadas, com vasto patrimônio e crédito. Aí entraram as nossas empresas elétricas, que começaram a assumir dívidas vultosas, não para prover suas necessidades mas para passar o dinheiro para o governo pagar dívidas. Por outro lado, na luta contra a inflação, o governo começou a usar o expediente mais fácil e à mão, de limitar as tarifas de energia elétrica. Num quadro em que todos os custos subiam, as estatais de eletricidade não podiam aumentar o preço de seu produto, o quilowatt/hora, e assim ficavam cada vez mais descapitalizadas.

A década de 90 chegava sob a égide do neoliberalismo dilapidador das riquezas nacionais. E foi constatado que nossas ex-robustas estatais de eletricidade estavam com dívidas cruzadas que chegavam a 50 bilhões de dólares. E pronto. Estava posto o argumento “irrespondível” para justificar o assalto ao setor, ou, em outras palavras, sua privatização. Para preparar o bote foi contratada uma empresa inglesa, especialista em assaltos “juridicamente corretos”, a Coopers & Lybrand, com a orientação de que tudo deveria ser privatizado, e rápido. Como na Inglaterra não existe hidreletricidade, o relatório da Coopers foi uma lástima e, em parte, afastado. Mas a decisão de privatizar de qualquer jeito, continuava, iniciando-se ao tempo em que se criavam novos órgãos para conformar o novo modelo elétrico que queriam formar no Brasil.

Como vimos, o ponto alto do sistema era o seu planejamento integrado, coordenado nacionalmente pela Eletrobrás. Esse planejamento tinha caráter terminativo e as diversas unidades do sistema obedeciam ao plano da economia e eficiência máximas. Pois, em 1999, o Governo resolveu extinguir o planejamento integrado e terminativo, criando em seu lugar um órgão a que apelidaram de Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos, o CCPE, cujo objetivo seria o de fazer um “planejamento indicativo”. E criou-se ainda um canhestro organismo privado, o Operador Nacional do Sistema, com poderes de controlar a parte estatal e privada da geração elétrica do país. Ao mesmo tempo, começaram a esquarterjar as empresas e privatizá-las por partes. (3)

As primeiras privatizações começaram pelas empresas distribuidoras, que César Benjamin chama de a “bilheteria” do sistema, a parte que

recolhe dinheiro vivo do contribuinte. E a propósito, três observações podem ser feitas: a primeira, que as vendas começaram antes da constituição da Aneel, que seria o novo órgão regulador, o que mostra que quem comprava as distribuidoras não sabia de suas obrigações; a segunda, que negociatas prosperaram na fixação dos preços, nos compromissos perante os ágios, na diferença enorme que se permitia entre o preço da energia vendida pela produtora estatal e a vendida ao consumidor pelo novo comprador privado; (4) e a terceira, que as privatizações efetuadas, que alcançaram também usinas hidrelétricas, foram levando para mãos estrangeiras o controle do sistema elétrico brasileiro, que ainda não se consumou, pelas resistências e pelos desastres que têm surgido. E o fato é que a Eletrosul virou belga; a Cerj (RJ), chilena; a Cee-NNE (Norte e Nordeste), a Cee-CO (Centro-Oeste), a Eletropaulo, a Elektro e a Cesp-Parapanema, todas estas viraram norte-americanas; a Coelce (CE), a Coelba (BA) e a Celpe (PE), tornaram-se espanholas. (5)

Caminha-se ao encontro da situação que existia antes de 1930, quando o negócio da eletricidade no Brasil era das empresas estrangeiras, o que, aliás, muito está de acordo com o juramento feito por Fernando Henrique de que acabaria com a era Vargas. Esqueceu-se de dizer que acabaria com o que de nacional trouxe a Revolução de 30, e também com suas conquistas trabalhistas.

Esse caminho, brutalmente lesivo aos interesses nacionais, foi agravando-se devido a fenômeno correlato extremamente grave – a submissão do Brasil ao FMI – que levou Celso Furtado a dizer: “O que se passa é que o governo é dependente na sua capacidade de fazer política, pois o Fundo Monetário Internacional tutela o país”. (6) E o

FMI, com sua política de reduzir os déficits públicos a qualquer custo, para que não falte dinheiro para as obrigações financeiras, levou o governo de Fernando Henrique Cardoso a assumir o compromisso de não permitir às estatais investirem em infra-estrutura. Na linha desse comportamento, o BNDES ficou proibido, pela Resolução 2.668 do Banco Central, assinada em 1999, de fazer empréstimos a estatais brasileiras – ele, que empresta a estatais estrangeiras para comprar as nacionais. Como tinha sido feito, há alguns anos, um ajuste de contas entre essas estatais e o Tesouro, para saneá-las, para serem vendidas, ocorreu que as grandes empresas, ao cabo de algum tempo, passaram a ter muito dinheiro em caixa, que poderia ser usado para investimentos, se o FMI deixasse. Como este não deixava, as estatais foram, e estão sendo, orientadas a investir cerca de 30 bilhões de reais em títulos do Tesouro, na compra de papéis.

Criou-se então a seguinte situação: mesmo com o pequeno crescimento econômico do país, a demanda por energia elétrica cresceu e os investimentos no setor diminuíram. Enquanto isso, na década de 90, o consumo cresceu 49,3% (4,1% ao ano) e a capacidade instalada 33% (2,9% a.a.). Desde 1995, quando o setor elétrico começou a ser efetivamente aberto ao setor privado, os investimentos reduziram-se em quase 50% por ano. Eram de 13,1 bilhões de reais em média anual, nos anos 80, e passaram a 6,7 bilhões. Os reservatórios passaram então a ser usados, em excesso, para suprir a demanda crescente. As reservas de água começaram a diminuir. Percebia-se a crise energética no horizonte. Se o país crescesse um pouco mais, haveria aumento da demanda a um nível que, sem novas usinas, ou sem novas linhas de transmissão, resultaria no esvaziamento dos reser-

vatórios. Se não chovesse bem acima da média, também os reservatórios não agüentariam, mesmo com baixo crescimento do país. E não deu outra.

O governo insiste em dizer que há falta de água nos reservatórios devido à falta de chuva. Não é verdade. Nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999 choveu no Brasil entre 10% e 18% acima da média. E, apesar disto, os reservatórios, desde 1997, baixavam gradativamente seus níveis. É que o consumo de água era cada vez maior. Quando, em 1968, choveu apenas 66% da média, os reservatórios voltaram aos níveis normais, exatamente porque o consumo não havia sido aumentado. No ano de 2000, e neste de 2001, as chuvas escassearam, e os reservatórios, já esvaziados, chegaram ao ponto crítico. Era a crise!

No enfrentamento da crise, a mesma pusilanimidade

Em primeiro lugar, logo que a crise energética apareceu, com o espectro do “apagão” a todos atemorizando, o presidente adiantou-se perante a Nação para dizer que não sabia da existência do problema. Afora a incompetência que esta declaração revela, técnicos mostraram ter escrito, ao presidente, há anos, sobre o assunto. E receberam dele respostas assinadas!...

Sabendo ou não da evolução do problema, medidas urgentes precisavam ser tomadas, seja para a correção radical dos problemas, seja para diminuir as conseqüências imediatas da crise.

Há algum tempo, o governo havia lançado, como sempre com alarde, o seu Plano Prioritário de Termelétricas, o PPT. A idéia seria construir, até 2002, usinas térmicas em um total de 56, que produziriam, juntas, algo como 16 mil MW; uma Itaipú. O Plano, como tanta coisa nesse governo, não andou. Com a

chegada do “apagão”, o PPT foi transformado em PET, Plano de Emergência das Termelétricas, e os problemas do mesmo continuam mal tratados. Um deles é o do gás que alimentará as térmicas, vindo da Bolívia, em gasoduto construído pela Petrobrás para transportar o gás das multinacionais, a ser pago em dólar. O problema cambial daí surgido inibia os famosos investidores estrangeiros, que nunca aparecem para correr risco ou implantar algo novo. O certo é que, na emergência, o governo levou a Petrobrás a assumir o risco cambial na compra do gás da Bolívia. E apesar disso, das 56 usinas a serem construídas apenas 13 ou 14 estão adiantadas, as que tiveram o concurso da Petrobrás. Fica ainda uma questão básica: no novo modelo em gestação, voltando a chover, como ficarão estas 56 usinas, produzindo energia mais cara que a das nossas hidrelétricas?

Verdadeira operação montou o governo para promover o corte dos gastos em energia, o racionamento. O povo, ante o risco do “apagão”, não teve outro jeito senão contribuir. A meta foi um corte de 20% nos gastos, sem o que nível dos reservatórios ficaria abaixo do crítico, e o “apagão” viria. Curioso como o governo parece satisfeito com esses 20% de corte alcançados, quando, na verdade, isso significa queda da produção, queda da tributação, aumento do desemprego, etc.

As “providências” que o governo encaminha para enfrentar a crise têm características paliativas, além de causarem deformação no sistema. Encaminham-se mudanças não meditadas na matriz energética. Espanta também a incapacidade do governo tratar dos problemas de fundo que provocaram a crise, em particular de três problemas cruciais.

Primeiro, a questão das privatizações do sistema elétrico, notadamente das suas hidrelétricas. O governo

insiste em fazer do Brasil cobaia das experiências neoliberais no que respeita a privatizações de hidrelétricas. Porque é isto que está acontecendo, posto que hidrelétrica de grande porte, com grande reservatório a montante, não existe privatizada no mundo. São públicas, estatais. Inclusive todas as dos Estados Unidos. Isso porque o controle de uma grande hidrelétrica não só interfere no estratégico fornecimento de energia para uma região, ou ao país, como também dá, a quem a controla, o poder de decisão na gestão da água, bem público por excelência, e cada vez mais raro.

As privatizações ocorridas, ademais, em nada contribuíram para o país. O tão sonhado e reverenciado investimento estrangeiro que veio comprou o que já estava pronto, o que já existia, o que já estava em operação altamente lucrativa. Não trouxe um KW a mais para o país. E comprou com dinheiro fornecido pelo BNDES, em condições vantajosas, retirado do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Uma vergonha. Finalmente, o que seria deste país se a loucura de Fernando Henrique tivesse sido feita e, vendidas aos estrangeiros, estivessem Furnas, a Chesf e Tucuruí? Nem mesmo o controle do "apagão" poderíamos estar fazendo.

Por isso, é de uma irresponsabilidade gritante a insistência do governo de FHC em querer continuar o processo de privatização do sistema elétrico brasileiro. E chega às raias do crime de lesa-Pátria sua reiterada ameaça de privatizar Furnas, Chesf e Tucuruí. A primeira medida que era de se esperar de um governo sério brasileiro seria anunciar que as privatizações das hidrelétricas estariam suspensas.

Em segundo lugar, a suspensão dos investimentos em eletricidade decorreu das imposições constantes de acordo firmado com o FMI. Quando a crise estourou, o governo brasileiro

despachou para Washington, na última semana de maio, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, com o objetivo de voltar a pedir ao FMI para mudar os critérios, segundo os quais, investimento em sistema elétrico é um gasto que o Fundo não aceitava. O Fundo já havia recusado esse pleito. Mas agora o funcionário do Ministério estava animado, pois na diretoria do Fundo estava Teresa Ter-Minassian, que quando estivera aqui em missão do Fundo, diz ter ficado amiga do Brasil. Mas a Teresa disse não. E o governo brasileiro, que já se prestara às humilhações das súplicas ao FMI, ante o "não" do Senhor, portou-se como um vassalo, concordou. O Bier declarou que qualquer outra posição seria uma "bravata", coisa sem sentido. (7) Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada no final de junho para orientar o Orçamento de 2002, não se prevê nada de investimento na área energética em crise. A pusilanimidade dá braços à irresponsabilidade. A segunda medida que se deveria esperar de um governo sério brasileiro seria anunciar a retomada imediata de investimentos na área energética, independente de quem quer que seja. E o dinheiro em caixa das estatais seria usado prioritariamente para tais investimentos.

Em terceiro lugar, é sabido que para prestar vassalagem ao FMI e às suas decisões de tudo fazer para que o sacrossanto equilíbrio fiscal seja assegurado no Brasil, o Banco Central, através da Resolução 2.668/99, proibiu o BNDES de financiar estatais brasileiras, podendo, como já vimos, financiar estrangeiras. Pois, a terceira medida que se deveria esperar de um governo sério brasileiro seria a revogação da Resolução 2.668/99 do Banco Central.

Por último, a eventualidade da crise energética é oportunidade para se voltar a pensar, ou se pensar seriamente,

em desenvolver nossa matriz energética no caminho da utilização de combustíveis limpos e renováveis, que tanto abundam em nosso país tropical. Destes, realça a importância do uso da biomassa, potente como produtora de energia, versátil pela multiplicidade de alternativas que encerra, limpa por estar destituída de resíduos tóxicos, além de incorporadora de mão-de-obra. O uso programado da biomassa, até em caráter emergencial, pode ser um recurso eficaz para a complementariedade da produção elétrica necessária. Ademais, a energia eólica, a solar e outras formas alternativas, devem ser aproveitadas, para, na emergência, melhorar a nossa capacidade de geração e, a prazo, melhorar nossa própria matriz energética. É claro que o gás também aí se incorpora, mas é preciso não submeter seu uso a interesses de multinacionais, levando-se em conta, por exemplo, que a Petrobrás também tem muito gás.

Haroldo Lima é membro do Comitê Central do PCdoB, cumpre seu quinto mandato como Deputado Federal (PCdoB/BA) e é Engenheiro Eletricista pela Politécnica da UFBA.

Notas

- (1) Hoje essa usina se chama Edgarsd de Sousa.
- (2) É mais ou menos aceito como alta voltagem, a tensão de até 500 mil volts, e a extra alta voltagem, a tensão superior a 500 mil volts. Linhas de 750 KV em corrente alternada e 600 KV em corrente contínua saem de Itaipú.
- (3) Os dados relativos à evolução do sistema elétrico no Brasil foram colhidos em "Energia Elétrica no Brasil", organizado pelo Centro de Memória da Eletricidade, Rio de Janeiro, 2000.
- (4) Esse processo está bem descrito em texto de César Benjamin, "Foi loucura, mas houve método nela: gênese, dinâmica e sentido da crise energética brasileira".
- (5) César Benjamin, em texto referido, mostra que a Light privatizada compra energia de Furnas a US\$ 23 o Kwh e vende ao consumidor residencial a US\$120. Na França a mesma empresa vende energia a US\$75.
- (6) Dados sistematizados por César Benjamin, texto citado.
- (7) Celso Furtado critica falta de Planejamento no País, *Valor*, 31/05/01
- (8) "Brasil pede para FMI liberar investimentos nas estatais", *Folha de S. Paulo*, 1/6/01



Manifestante queima bandeira norte-americana em protesto contra a Alca

Erros e fragilidades do Império no início do século XXI

Miguel Urbano Rodrigues

Muitos dos fenômenos e situações que assinalam o declínio da hegemonia dos EUA são ainda pouco perceptíveis. A mídia oculta ou deforma seu significado; mas não pode apagá-los

De repente tudo começou a mudar. Sabíamos que isso aconteceria, mas não quando.

Os cérebros do sistema de poder dos Estados Unidos repetiam insistentemente que o primeiro século do novo milênio seria também norte-ameri-

cano e que a hegemonia planetária do seu país estava vocacionada para se eternizar. Isso, apesar de o crescimento galopante e torrencial da República Popular da China coincidir com indícios da decadência do Império.

E, CONTUDO, o que parecia quase impossível esboça-se num horizonte de esperança.

A eleição nos EUA de uma série de presidentes medíocres (alguns de uma incultura chocante) não foi ocasional. Resultou da lógica da engrenagem. Custa a perceber que um político truculento e ignorante como o filho do ex-diretor da CIA, também presidente, possa ter sido o candidato republicano escolhido para dirigir o mais poderoso Estado contemporâneo. E, contudo, foi selecionado precisamente por carcer das qualidades mínimas que supostamente deveria ter.

O sistema, confiado no imenso poder da República imperial, desconfia dos políticos talentosos. Mas não soube extrair lições do comportamento dos últimos presidentes. Por mais incapaz que seja, um presidente dispõe sempre no exercício das suas funções de uma margem de poder que pode fazer dele um estorvo e até, eventualmente, um perigo para o próprio sistema que o controla.

Os 100 dias de Bush foram calamitosos. Os próximos não deixam entrever alegrias para o establishment.

Os postos-chave da nova Administração foram, com raríssimas exceções, confiados a homens que estão agindo como se o mundo fosse um gigantesco protetorado dos EUA.

George Bush cometeu em primeiro lugar o erro de atacar em muitas frentes. Iniciativas desastradas resultaram de concepções estratégicas contraditórias perfilhadas por homens que não se entendem (caso de Colin Powell com o vice-presidente Cheeney e o secretário da defesa Rumsfeld, ambos falcões agressivos).

Atuações prepotentes, amorais e até insensatas criaram situações conflituosas graves. Algumas conduziram a impasses; outras tiveram como desfecho derrotas humilhantes.

Todas contribuíram para piorar a imagem dos EUA.

Washington entrou em choque com a China; permitiu que a extrema-direita israelense intensificasse o genocídio na Palestina; gerou tensões com os aliados europeus e com países do Terceiro Mundo ao negar-se a assinar o Protocolo de Kyoto sobre a defesa do Ambiente; dirigiu veladas mas repetidas ameaças à Rússia, tratando-a como potência de segunda classe; exibiu o seu desprezo pelo Islã ao bombardear Bagdá; desafiou o mundo com a retomada do projeto do chamado escudo espacial.

O paiol latino-americano

Na América Latina, que durante a campanha fora contemplada com uma cascata de promessas, o Governo Bush consegue o prodígio de decepcionar até aqueles governos que Fidel Castro define como "os lacaios e lambe botas"; por exemplo, os da Argentina, do Uruguai, da Costa Rica, da Nicarágua e de El Salvador. Recebem ordens, por vezes pelo telefone, como ocorreu durante a reunião da Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra.

A chamada Cimeira das Américas, em Quebec, confirmou que Washington ainda não percebeu que pela vastidão do Continente estão ocorrendo mudanças complexas que expressam a tendência dos povos latino-americanos para situações de confronta-

ção com os EUA; sem data no calendário, mas inevitáveis.

A declaração aprovada no Canadá foi imposta a martelo. Somente se tornou possível porque Washington concordou com o adiamento para 2005 da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Será então uma realidade? Os próprios homens do presidente são os primeiros a duvidar. Aos obstáculos externos somam-se os internos. As reservas formuladas por Chávez e a posição assumida por Fernando Henrique (insuspeito por atuar hoje como um neoliberal) deixaram transparente que a América Latina perderá muito com a Alca e ganhará pouco ou nada. A integração concebida pelos EUA seria na prática uma recolonização.

Na Casa Branca as manifestações de indisciplina de alguns governos latino-americanos, habitualmente submissos, suscitam preocupação. Colin Powell não conseguiu que o Equador votasse contra Cuba na Comissão dos Direitos do Homem. Mais surpreendente foi o voto da Colômbia na ONU a favor do envio para a Palestina de uma força de interposição internacional que contenha o genocídio ali praticado por Israel. O gesto de Pastrana foi considerado intolerável.

No Equador, no Paraguai, na Bolívia, na Argentina, no Uruguai, a contestação às políticas neoliberais aumenta. No Brasil as iniciativas desafiadoras do Movimento dos Sem Terra diversificam-se, contri-

Os postos-chave da nova Administração foram, com raríssimas exceções, confiados a homens que estão agindo como se o mundo fosse um gigantesco protetorado dos EUA

buindo para o aumento da tensão social em muitos estados.

Não seria correto afirmar que a pressão dos povos ameaça fazer saltar a tampa da panela. Não. A situação que se vive no mundo latino-americano não é pré-revolucionária. Mas a participação crescente das massas nas lutas contra as políticas impostas por Washington através de governos títeres é uma realidade.

A relação de forças está a mudar aceleradamente em desfavor do imperialismo.

Revolução e contra revolução

A década de 60 e o começo dos anos 70 ficaram marcados pela esperança. A vitória da Revolução Cubana assinalou o início de um período de ascensão dos movimentos revolucionários. Em quase toda a América Latina, partidos e forças muito diferentes desafiaram a dominação imperialista. Ditaduras e democracias de fachada, oligárquicas, foram contestadas pelas armas, através da luta de massas ou de mecanismos institucionais. A contra ofensiva dos EUA ocorreu num contexto contraditório. Enquanto no Brasil e na Argentina, golpes de Estado (com a mão da CIA) assinalavam a resposta imperial à fome de liberdade e independência dos povos, noutros países desenvolviam-se impetuosamente experiências inéditas. Na Bolívia e no Peru militares patriotas, perante o espanto de Washington, usaram as Forças Armadas para garantir transformações sociais e económicas de carácter progressista. No Chile, Allende, elei-

to presidente, lançou com a Unidade Popular o desafio romântico da via pacífica para o socialismo.

O desfecho dessas tentativas é conhecido. A aspiração dos povos da América Latina a serem senhores do seu próprio destino não se concretizou. Por todo lado, o imperialismo, intervindo direta ou indiretamente, conteve, recorrendo à violência ou a outros meios, a grande vaga de insubmissão que varria o Sul do Continente.

As guerrilhas, rurais ou urbanas, foram esmagadas numa orgia repressiva sem precedentes que golpeou a sociedade civil no seu conjunto.

Em meados dos anos 70, o imperialismo concluiu que a luta armada contra a ordem vigente fora definitivamente erradicada da América Latina.

Engano. No final dessa década, inesperadamente, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, recorrendo a uma estratégia que fundia múltiplas formas de luta, tomou o poder na Nicarágua, após uma luta heróica, até então mal acompanhada pela opinião pública mundial.

Em Washington soou o alarme. O imperialismo percebeu que as sementes da Revolução haviam germinado na América Central.

Dez anos transcorreram antes que Reagan e Bush conseguissem, utilizando com frequência meios criminosos, destruir a Revolução Sandinista e recolocar no poder em Manágua gente sua.

A vitória imperial foi incompleta. Em El Salvador e na Guatemala, a incapacidade de esmagar militarmen-

te os movimentos revolucionários forçou Washington a compromissos reveladores das limitações do seu poder na Região.

Novos desafios

Com o desaparecimento do campo socialista na Europa e particularmente a implosão da URSS, fortaleceu-se no sistema de poder dos EUA a convicção de que, agora sim, terminara definitivamente na América Latina a era das revoluções.

A capitulação dos intelectuais de esquerda em grande parte da Europa contribuiu para reforçar a ilusão de que Fukuyama estava certo ao anunciar o fim da história e o advento do neoliberalismo globalizado como ideologia definitiva.

Nas grandes universidades norte-americanas e europeias, ideólogos do sistema mascarados de liberais de esquerda (alguns ex-marxistas) entregavam-se a exercícios retóricos. A tarefa que apontavam era a humanização do capitalismo, porque a idéia de revolução social se tornara arcaica por ser incompatível com as conquistas da revolução tecno-científica.

Esses fogos de artifício foram mais uma vez prematuros.

O século findou mal para o imperialismo.

Bush tomou posse numa atmosfera anunciante de tempestades.

A sua instalação na Casa Branca ocorreu no rescaldo de uma eleição desacreditada por fraudes e escândalos que abalaram a confiança do povo norte-americano na fiabilidade de uma democracia que lhe era apresentada como quase perfeita.

As repetidas intervenções da Reserva Federal baixando a taxa de juro teriam atenuado os efeitos da chamada desaceleração da economia (a palavra recessão assusta) mas não evitaram a vaga de dispensas maciças

*O imperialismo percebeu que
as sementes da Revolução haviam
germinado na América Central*

nas transnacionais. O sonho de que as novas tecnologias abririam ao país as portas de uma prosperidade eterna ruiu quando ficou claro que os setores mais atingidos são precisamente os ligados à revolução informática.

Em todo o mundo sobe a maré de protestos contra a globalização neoliberal; ou seja, o novo imperialismo. Seattle teve continuidade em Melbourne, Praga, Davos, Porto Alegre, Quebec.

Na Europa cresce a contestação ao arrogante hegemonismo da Otan como instrumento imperial dos EUA. Em Paris, o chefe do Estado Maior, General do Exército francês, numa declaração polêmica, afirmou que a futura força de intervenção rápida da União Européia não precisava da tutela da Otan – declaração que suscitou imediata e nervosa resposta do secretário-geral daquela organização e do secretário de Defesa norte-americano.

Na América Latina, o binômio Colômbia-Venezuela tira o sono dos estrategistas do Pentágono e dos assessores de Bush. O imperialismo acompanha com preocupação o que se passa nos dois países. Na Venezuela, o esmagamento eleitoral dos partidos da direita tradicional coincide com o enorme prestígio de Chávez, um presidente que assume os ideais revolucionários de Bolívar e defende uma democracia participativa na qual o povo seja o sujeito da história. Na Colômbia, a guerrilha das Farc-EP emerge hoje como um invencível exército popular.

O imperialismo sente o perigo. Na Venezuela manobra e conspira na esperança de que a sabotagem das forças da oligarquia crioula desgaste o governo de Chávez e conduza o país a uma situação de caos. Na Colômbia desejaria transformar a intervenção indireta numa intervenção militar

Duas votações fizeram os Estados Unidos sentar no banco dos réus

direta. Mas esta, sem a cooperação dos países vizinhos, não é viável. O Plano Colômbia, em vez de trazer a solução desejada, agravou a crise em toda a Região. A síndrome do Vietnã permanece viva na memória dos generais do Pentágono.

Derrotas

Um vento de contestação, repito, sopra pela América Latina. Já não é somente Cuba que demonstra, com o seu combate exemplar, que é possível resistir.

O entusiasmo que envolveu as visitas de Fidel Castro à Argélia, ao Irã, Malásia, Síria e Líbia e os discursos ali pronunciados confirmam que a contestação à arrogância imperial se alastra, manifestando-se em diferentes áreas do Terceiro Mundo.

Duas derrotas que merecem o qualificativo de históricas, ambas inesperadas, vieram chamar a atenção para a vulnerabilidade do colosso imperial.

A primeira foi a não reeleição dos EUA para a Comissão dos Direitos do Homem da ONU, da qual havia sido membro permanente desde a sua fundação em 1947. A segunda foi a não reeleição para o organismo também da ONU incumbido de acompanhar o combate ao narcotráfico.

Ambas resultaram de votações secretas. Foi quase histórica a reação da direita norte-americana a esses merecidos bofetões.

O significado dessas exclusões é muito mais profundo e complexo do que afirmam os analistas do New York Times, empenhados em subestimá-los.

Representantes de países europeus aliados dos EUA e do Terceiro Mundo somaram votos para negar àquele país autoridade moral para intervir em organismos ligados à defesa dos direitos humanos e ao combate à droga.

Um Estado que se comporta hoje como o campeão mundial da violação dos direitos dos povos e calca aos pés o Direito Internacional (Palestina, Iraque, Panamá, Somália, Granada, Bósnia, Kosovo, bloqueio a Cuba, etc) não reúne condições mínimas para integrar a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Um Estado que se arroga unilateralmente o papel de atribuir certificados de bom comportamento na luta contra o narcotráfico mas cujas agências federais – a CIA e a DEA – mantêm íntimas relações com as máfias que controlam o mercado das drogas não pode figurar na organização de que acaba de ser excluído.

Essas duas votações fizeram, em maio, o império sentar no banco dos réus.

Muitos dos fenômenos e situações que assinalam neste primeiro ano do novo século o início do declínio da hegemonia imperial dos EUA são ainda pouco perceptíveis. A engrenagem mediática, controlada pelas transnacionais, não ajuda a humanidade a compreender acontecimentos que tendem a mudar o rumo da história. Oculta-os ou deforma seu significado. Mas não pode apagá-los. 

Miguel Urbano Rodrigues é jornalista.



Oitenta anos do Partido da China: lutas, vitórias e lições

Haroldo Lima

O sucesso e a determinação do PCCh na fundação e construção da República Popular da China – socialista – causam admiração no mundo inteiro

Acontecimentos e fenômenos notáveis marcaram o século XX. O capitalismo desenvolveu sua forma monopolista e imperialista e, em duas guerras mundiais, mostrou a que ponto de barbárie podem levar as suas contradições. A ciência e a tecnologia deram saltos estupendos, propiciando a ida do primeiro homem ao espaço – realização da antiga URSS – e o pouso do primeiro homem na Lua – promoção dos EUA. A organização social conheceu as primeiras experiências socialistas no mundo, que se espalharam pelo Leste europeu, Ásia, América, África e, enquanto campo socialista, vararam quase todo o século.



PCCh: comemoração dos 80 anos.

O SÉCULO XXI herda realidades centrais do século que passou. Uma delas, a de que o socialismo continua no mundo – e no país mais populoso, a China. E a outra: o maior índice de desenvolvimento contínuo nos últimos decênios está sendo registrado precisamente nesse país socialista.

O facho de luz vermelha que essas realidades projetam no horizonte deste século é consequência da direção exercida junto ao povo chinês por um partido que está completando agora oitenta anos, o Partido Comunista da China.

Uma história de lutas e vitórias

O Partido Comunista da China já surgiu no bojo da luta. O início do século XX encontrou a China com parte de seu território ocupado por oito potências – Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Rússia czarista, Japão, Itália e Áustria. A resistência nacional levou à queda do Império e à Proclamação da República em 1911, sob a direção de um partido republicano, o Kuomintang, dirigido na época por um líder avan-

çado, Sun Yatsen. Dez anos depois, com as notícias da Revolução de Outubro, na antiga Rússia, e com o apoio da Internacional Comunista, antigos participantes da Revolução de 1911 encaminham a fundação, em Shangai, do Partido Comunista da China. Entre seus fundadores havia um jovem chamado Mao Tsetung.

Logo depois de fundado, o Partido tomou conhecimento de um pacto firmado por nove potências, na Conferência de Washington, definindo uma política “de portas abertas na China”. As potências se acertavam para invadir de novo o território chinês. O Partido preparou-se para resistir, e, de 1924 a 1927, participa da intitulada “Grande Revolução”, um movimento democrático e antiimperialista, em Frente Única com o Kuomintang. Foi a primeira Frente com o Kuomintang.

Morto Sun Yatsen, dentro do Kuomintang cresceu uma corrente reacionária e agressiva dirigida por Chiang Kaichek que, em 1927, dá um golpe em Shangai, matando e prendendo comunistas. O Partido rompe com aquela Frente e adota a linha de pro-

mover levantes em grandes cidades. Fez, em agosto de 1927, o levante de Nanchang, ao que outros se seguiram, todos derrotados, mas que criaram uma consciência nova no Partido, sintetizada por Mao na famosa afirmação “o poder nasce da ponta do fuzil”. Agosto de 1927 foi o marco do início da primeira guerra civil na China.

É a partir de então que Mao Tsetung começa a organizar bases de apoio revolucionárias no campo; ponto de partida da

estratégia, até então inédita no mundo, do cerco das cidades a partir do campo. O Exército do Kuomintang começa, em outubro de 1930, a empreender grandes campanhas de cerco e aniquilamento contra as bases de apoio. Na quinta campanha, em 1934, quando a Base Central já estava sendo cercada, o Exército Vermelho delibera fazer a retirada estratégica que passou à história como a Longa Marcha: 86 mil retirantes marcharam 10 mil Km, perseguidos pelo Exército de Chiang Kaichek, durante um ano; ao cabo do que morreram cerca de 56 mil pessoas.

Ao terminar a Longa Marcha, segundo alguns “a maior façanha da história mundial”, o Japão, que já ocupava um pedaço da China, faz nova invasão e chega a Pequim. Muda a conjuntura. E o Partido, que estava em guerra civil com o Kuomintang, toma audazes medidas para obrigá-lo a encerrar a guerra e participar de uma Frente antijaponesa, ao lado dos comunistas. O pleito comunista foi conseguido. Terminou,

então, a primeira guerra civil contra o Kuomintang, que durou 10 anos, e começou a Guerra de Resistência contra o Japão, em 1937. Era o início da segunda Frente com o Kuomintang.

Durante a guerra antijaponesa, as forças de Chiang Kaichek, traiçoeiramente, desenvolveram campanhas de aniquilamento contra os comunistas. Estes, reagiam, intensificando o trabalho junto ao povo, realizando campanhas de estudo e retificação de erros, mas não rompiam a Frente. Iam acumulando força e prestígio. Em agosto de 1945, o Japão se rendeu na II Guerra Mundial, mas, na China, só capitulou em setembro, após a ofensiva dos comunistas – quando terminou a Guerra de Resistência, que durou oito anos.

Chiang Kaichek, com o apoio logístico dos EUA, logo em seguida volta-se contra os comunistas e, estes, a partir de 1946, resolveram passar à ofensiva. Tem início assim a segunda guerra civil, conhecida como Guerra de Libertação, e que se estendeu até 1949, quando o Exército de Chiang Kaichek foge para a ilha de Taiwan, onde se encontra até hoje. Então, em 1º de Outubro de 1949, perante 300 mil pessoas aglomeradas na maior praça do mundo, Tianamen, Mao Tsetung diz essas palavras proféticas: “Está proclamada a República Popular da China. De hoje em diante o povo chinês vai se erguer”. Naquele momento Mao Tsetung chegava com seu Partido Comunista de 28 anos de lutas contínuas, dos quais 26 foram de guerras.

Após a Proclamação da República Popular, o Partido passa a enfrentar novas e grandiosas tarefas, a começar por orientar o Estado popular no lançamento das bases de um sistema socialista no país, o que se efetivou até 1956, quando toda a terra da China passou a ser do Estado, todos

os camponeses receberam parcelas iguais de terra e todos os meios de produção foram estatizados. As bases socialistas ficaram assentadas, com forte marca de voluntarismo e igualitarismo. A influência do modelo soviético de socialismo era grande.

Antes disso, um ano após a tomada do poder, a China teve de ir à Guerra da Coreia, contra os EUA, escrevendo outra página trágica e heróica. Sob o comando de Peng Dehuai, cerca de 900 mil chineses atenderam ao pedido de ajuda do Partido e do Governo da Coreia e para lá foram, numa empreitada em que cerca de 700 mil combatentes foram mortos. Mas os EUA recuaram.

A partir de 1956, com bases socialistas já lançadas, foi possível iniciar a construção do socialismo em todas as esferas, com o início dos planos quinquenais – que, atualmente, já está no décimo.

Grosso modo pode-se distinguir duas grandes etapas na construção do socialismo na China: uma que vai de 1957 até 1978, e outra, daí até nossos dias. Em ambas o Partido da China se esforçou por buscar caminhos originais, embora na primeira a influência do modelo soviético tenha sido grande. Aí também ocorreram dois períodos marcados por importantes erros, o do chamado “grande salto à frente”, de 1957 a 1965, e o mais grave de todos, o da “Revolução Cultural Proletária”, de 1966 a 1976. Mas, a despeito dos prejuízos desses dois períodos, onde predominaram idéias “esquerdistas”, voluntaristas, merece realce o crescimento econômico que o país manteve em toda essa etapa – em média, 6% ao ano.

A segunda etapa de construção do socialismo na China tem seu marco inicial em 1978 e partiu de uma apreciação aprofundada da anterior, em particular dos graves erros da Revo-

lução Cultural. Numa situação em que o campo socialista no mundo arrastava-se na crise que o levou ao desaparecimento, o Partido Comunista da China teve a sensibilidade de reprogramar sua linha de construção socialista, encaminhando-se para o que chamou de “socialismo com peculiaridades chinesas”. É a linha atual, que tem conseguido êxitos grandiosos em todos os terrenos.

Lições de uma história

São inumeráveis as lições que podem ser extraídas de uma experiência tão rica como a do Partido Comunista da China. Os marxistas, e os que têm interesses em transformações sociais, devem ter essas lições como referências importantes, mesmo sabendo que tiveram por base a experiência de um país determinado, mas também ficar atentos ao caráter universal de algumas delas. Aqui chamaremos a atenção para duas lições básicas.

1) O marxismo precisa ser aplicado criadoramente na situação do país

O marxismo não é uma doutrina de puro alcance acadêmico. Embora deva ser tratado em nível científico, retira suas conclusões da marcha objetiva da sociedade, inclusive da prática das lutas sociais. Serve para orientar os movimentos de transformação.

A experiência chinesa mostrou que as idéias mais justas aparecem com o amadurecimento do Partido, como resultado de prática revolucionária intensa e de estudo metódico da teoria, das condições do país e do momento histórico.

Acontece que dentro do Partido Comunista da China foi se formando uma espécie de marxismo chinês, ou marxismo para as condições da China, que era o marxismo aplicado à realidade do

país. Foi o famoso comandante Zhu De quem primeiro mostrou, em reunião do Bureau Político, em março de 1943, que há mais ou menos 15/16 anos uma determinada teoria ia tomando corpo no Partido da China, uma “teoria marxista-leninista adaptada às condições chinesas”. Wang Jiaxiang, em artigo ao *Jemin Ribao*, de 8 de julho de 1943, chamou essa teoria, pela primeira vez, de “pensamento de Mao Tsetung”. Seu conteúdo foi sendo sistematizado no fragor da luta revolucionária, através de diversas obras e textos escritos por Mao Tsetung, dos quais alguns tiveram enorme influência no Partido e na luta, como: “Por que pode existir o Poder Vermelho na China?” (1928); “Sobre a tática de luta contra o imperialismo japonês” (1937); “Sobre a Prática” (1937); “Sobre a Contradição” (1937); “Sobre a Guerra Prolongada” (1938); “Sobre a Nova Democracia” (1940); “Reformemos nosso estudo” (1941); “Sobre o Governo de Coalizão” (1945).

O VII Congresso do Partido, realizado em 1945, encampou essa opinião sobre a emergência do “pensamento de Mao Tsetung”, e pouco depois o VII Comitê Central elegeu Mao Tsetung presidente do Partido.

Deng Xiaoping deu contribuições valiosas em defesa do “pensamento de Mao Tsetung”, observando, por um lado, ser ele um todo ideológico sistemático, resultado de uma produção coletiva, para a qual a contribuição maior foi do camarada Mao Tsetung; por outro lado, ter ele mostrado que nem tudo o que foi dito ou formulado por Mao estava certo, ou coerente com a essência do próprio “pensamento Mao Tsetung”. Ensinou, em 1977, que nem Mao Tsetung, nem mesmo os clássicos do marxismo, são infalíveis; que não se pode fazer transplantes de suas formulações, já que refletem o tempo e o lugar onde foram proferidas; que, enfim, devia-se lutar

contra a banalização do “pensamento de Mao Tsetung”, no emprego de suas frases como se fossem receitas. Em outras oportunidades, Deng realçou o que acha ser a postura básica do “pensamento de Mao Tsetung”, seu método de “buscar a verdade nos fatos”, exposto na obra de Mao “Reformemos nosso estudo”, de 1941. “Fatos”, explica Mao, são as coisas e situações que existem objetivamente; “verdade” é a ligação interna entre essas coisas, as leis que as regem; “buscar” é entender, estudar, pesquisar. Em outra oportunidade, ele afirmou: “quem não pesquisou não tem o direito de falar”.

A partir de 1978, frente ao Partido da China, uma outra situação vai se colocando, em outro quadro internacional – agravado pela crise do socialismo no mundo –, quando a China acabava de passar por um tempo de desordem com a Revolução Cultural. A necessidade de superar os problemas ia sinalizando o rumo a seguir. E o Partido foi fazendo outro desenvolvimento do marxismo na China, onde uma compreensão nova e apurada da sociedade teve peso

fundamental. Surgiu assim a “teoria de Deng Xiaoping”, ou teoria da construção do socialismo com peculiaridades chinesas.

A teoria de Deng parte da reafirmação dos “quatro princípios fundamentais”: o caminho socialista, a ditadura democrática popular, a direção do Partido Comunista e a teoria do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tsetung. Como construção teórica, avança na concepção de como se edificar o socialismo nas atuais condições chinesas, formulando a tese da etapa primária do socialismo na China, decorrente do atraso ainda existente no país e da conjuntura de adversidades internacionais vividas pela corrente socialista. Nessa etapa, sob o primado da propriedade social dos meios de produção, deve se integrar diferentes tipos de propriedade, incluindo-se a privada nacional até a estrangeira. As leis do mercado têm de ser levadas em conta, cabendo “ao Estado regular o mercado e, a este, orientar as empresas”.

A contribuição de Deng foi também decisiva na avaliação dos erros e acer-



Praça da Paz Celestial.

tos ocorridos no Partido em vida de Mao Tsetung. O equilíbrio e o rigor com que Deng se portou na apreciação do papel de Mao na história da China foram fundamentais para o que Deng chamou de “emancipação da mente, contra o ‘esquerdismo’ e a direita”. Os erros cometidos por Mao foram identificados, mas Deng advertiu contra os riscos de se procurar um bode-expiatório, mostrando que, mesmo quando a responsabilidade principal no erro fosse daquele, freqüentemente a responsabilidade era coletiva. Essa posição foi sumamente meritória, pois Deng fora vítima de reiteradas perseguições por conta dos erros a que tomava a iniciativa de relativizar. Ademais,

Deng ajudou a realçar que, em Mao, a contribuição positiva no processo da revolução chinesa fora enormemente maior que seus erros – que entretanto deveriam ser reconhecidos. Tudo indica que a posição de equilíbrio e rigor de Deng Xiaoping no exame do papel de Mao Tsetung na história chinesa, feita em conjunto com cerca de quatro mil quadros dirigentes, foi decisiva para a manutenção da unidade do Partido e do próprio país.

Deng foi ainda o autor de proposições ousadas e hábeis para resolver problemas complexos legados pelo passado. Levantou a idéia de “um país, dois sistemas”, como fórmula para encaminhar a reunificação territorial da China, o que abriu caminho para um dos eventos mais espetaculares do século XX: a devolução, pacífica, pela Inglaterra, da maior cidade comercial do mundo, Hong Kong. A mesma fórmula presidiu o retorno de Macau, que deixou de ser portuguesa, e poderá ser aplicada também para a volta definitiva de Taiwan.



Família passeia de triciclo: cena comum na capital chinesa.

Deng Xiaoping não descuroou, em meio às transformações feitas na China, do risco da direita aproveitar-se delas. Disse que para se oxigenar um ambiente é necessário abrir a janela, mas que, ao assim proceder-se, surgia a possibilidade de micróbios entrarem. A seu juízo, isto não deveria levar a que se mantivesse a janela fechada, mas sim a que se alteasse a vigilância, para que a sujeira, ou seja, “a poluição espiritual”, não prosperasse. Em 1989, em uma conversa com dirigentes do Partido, destacou: “É inadmissível vacilar na luta contra a liberalização burguesa e na persistente aplicação dos quatro princípios fundamentais”.

2) A construção de um grande Partido Comunista

A idéia de Partido Comunista já estava presente no *Manifesto Comunista*, elaborado por Marx e Engels em 1848. Mas os seus próprios autores eram membros da Liga dos Comunistas, que lhes dera a tarefa de

Arquivo

escrever o famoso documento. Em 1864 encaminharam uma forma mais elevada de organização dos trabalhadores, a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou I Internacional – que, entre seus objetivos, tinha o de organizar partidos operários. Nessa base, em 1869, foi criado o primeiro partido político da classe operária, o Partido Social-Democrata Alemão, do qual Marx e Engels também foram membros. Com Marx morto e a I Internacional exaurida, Engels encabeçou a criação da II Internacional, em Paris, em 1889, que, depois da morte de Engels, caiu sob influência oportunista. No contexto das lutas das classes radicalizadas, no final do século

XIX, Lênin sentiu a necessidade da criação de outros partidos, para dirigir lutas que almejassem o poder político. Concebeu e estruturou, assim, o que passou à história como Partido de Tipo Novo, também conhecido como partido leninista. A idéia básica era construir um partido de classe, que assumisse a causa socialista e comunista, um partido de ação política, armado com uma doutrina científica que lhe permitisse uma visão de conjunto dos objetivos da luta. Esse partido deveria ser organizado a partir dos locais de trabalho, de moradia e de estudo, e deveria funcionar na base do centralismo-democrático, sem lugar para facções, frações ou grupos. Respeitaria e incentivaria a liberdade de pensamento, mas seria uma unidade de vontade. Um partido deste tipo foi que viabilizou a Revolução Russa.

Logo depois da tomada do poder em 1917, Lênin promoveu a fundação da III Internacional, ou Internacional Comunista, com o objetivo de disseminar a criação desses partidos

pelo mundo afora, e coordená-los.

Foi nessa base que se fundou em 1921, na China, o Partido Comunista da China. Mas o partido, fundado, não estaria pronto e acabado. Da mesma maneira que o marxismo precisa ser aplicado às condições concretas dos países para se desenvolver, o Partido Comunista, de tipo leninista, também precisa encontrar suas formas específicas de estruturação para crescer.

Como a condição da luta social e nacional na China, durante praticamente todo o tempo antes da tomada do poder, foi a guerra, o Partido Comunista da China teve que ser, desde o início, um partido de combate, organizando o Exército e nele se organizando, e orientando o povo para a guerra.

Foi assim que o Partido Comunista da China formulou diretrizes apropriadas que permitiram a sua construção vitoriosa. Segundo Deng Xiaoping, “foi obra de Lênin a formulação de uma doutrina integral sobre a construção do Partido” e “foi o camarada Mao Tsetung quem mais desenvolveu a doutrina de Lênin sobre a construção de Partido”. (1)

As diretrizes formuladas por Mao Tsetung sobre a construção do Partido são parte importante do “pensamento de Mao Tsetung”. Muitas delas foram sistematizadas e divulgadas depois da Longa Marcha, em Yenan, antes da Guerra de Resistência contra o Japão. Há instruções várias que versam sobre: qualidades e deveres dos comunistas; cuidados a serem observados na utilização dos quadros; funcionamento dos comitês do Partido; atitude diante dos jovens e das mulheres; atitude diante da cultura e da arte; características do estilo de trabalho dos comunistas; a importância da linha de massas etc. Deng salienta que foi “graças a essa doutrina integral do camarada Mao Tsetung sobre

a construção do Partido (...) que podemos alcançar a vitória total na Guerra de Resistência contra o Japão e na Guerra de Libertação”. (2)

Entre outros pontos importantes da contribuição de Mao para a construção do Partido, Deng anota ainda: “a conjugação de um alto grau de democracia com um alto grau de centralismo, a correta distinção e tratamento dos dois tipos de contradições, a fórmula da unidade-luta-unidade, o método de tirar lições dos erros passados para evitá-los no futuro e de tratar as doenças para salvar os doentes, a linha de massas e a confiança nelas.” (3) Entende-se, assim, essa importante observação de Deng Xiaoping: “Logo que se fundou a República Popular, reinava no Partido uma atmosfera de vitalidade e vivacidade”. (4) E Mao, em 1957, expressando o ponto de vista do Partido escreveu: “o objetivo a que nos propomos é criar uma situação política em que haja tanto centralismo como democracia, tanto disciplina como liberdade, tanto unidade de vontade como satisfação moral individual e vivacidade (...)”. (5)

Mais à frente, equívocos sérios foram cometidos dentro do Partido e na sociedade chinesa, com a participação e sob a direção do próprio Mao. Sobretudo durante a Revolução Cultural, a atmosfera de vitalidade e vivacidade desapareceu, o Partido e o país praticamente sucumbiram a métodos autoritários e voluntaristas. Na esteira desse processo sobram graves injustiças a quadros, diminuição do nível ideológico do Partido e das massas, e o abastardamento do pensamento de Mao Tsetung, aventureiramente tratado como uma doutrina religiosa e mágica.

No período que se seguiu a 1978, foi necessário novo empenho para se retomar o funcionamento do Partido

na base de um centralismo-democrático corretamente aplicado. E foi aí que Deng sublinhou ser “necessário pôr ênfase na democracia”, posto que “durante um tempo bastante longo, o centralismo democrático não teve autêntica vigência, já que se fez fincapé no centralismo prescindindo da democracia (...)”. Em consequência dessa deformação, segundo Deng, “em todo o Partido e todo o país (...) muita gente ainda carece da coragem necessária para dizer o que pensa”. (6) E as correções foram empreendidas.

Ao completar oitenta anos de fundação, o Partido Comunista da China tem uma trajetória extraordinária de lutas e um vasto elenco de vitórias monumentais. Destas, seguramente as maiores são a fundação de uma República Popular na maior parte da imensidão asiática; o lançamento nessa República das bases de um regime socialista; e a construção do socialismo nos dias de hoje, de forma original e cuidadosa, com um sucesso e uma determinação que causam admiração no mundo inteiro. Todos os que no mundo sonham na construção de uma sociedade nova juntam-se para parabenizar o Partido Comunista da China pelos seus oitenta anos e desejar o maior êxito possível aos 63 milhões de membros desse Partido, organizados em seus 3,3 milhões de organizações de base. 

Haroldo Lima é deputado federal pelo PCdoB/BA e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal.

Notas

(1) Deng Xiaoping, *Obras escolhidas*, vol. I, pg. 59, Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, 1994.

(2) *Idem. Ibidem.*

(3) *Idem. Ibidem*, pg. 61.

(4) *Idem. Ibidem*, pg. 59.

(5) *Idem. Ibidem*, pg. 69.

(6) *Idem. Ibidem*, pg. 173.



Serra Pelada.

Sebastião Salgado

Um país rico e um povo pobre

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho

Concentração de renda e riqueza no Brasil: uma situação inaceitável

Este artigo procurará abordar recentes estudos divulgados pela mídia, que tratam da situação de vida da população brasileira, intercalando o mesmo com algumas definições de conceitos de pobreza, riqueza, miséria, entre outros. Nosso objetivo é tentar demonstrar que a ineficácia e ineficiência das ações governamentais no combate à pobreza – e mesmo o Plano Real, tão alardeado como benéfico para os mais pobres –, acentuaram as distâncias sociais entre os mais pobres e os mais ricos em nossa sociedade.

SERÃO ABORDADOS números atuais, em especial os do Censo de 2000, do IBGE, ainda que os mesmos sejam provisórios. Estudos do IPEA serão mencionados. Por fim, detemo-nos no Relatório Mundial do PNUD sobre Desenvolvimento Humano, que produz uma profunda radiografia da situação de povos e países, e não leva em conta apenas os aspectos econômicos.

O referencial teórico de boa parte do texto apóia-se nos trabalhos do Nobel de Economia de 1998, o indiano Amartya Sen, cujo livro nos ajuda a compreender e a desmistificar o discurso governista de ter feito

alguma coisa de positivo para a pobreza no Brasil. O próprio relatório da ONU foi desenvolvido com metodologia aperfeiçoada por Amartya Sen. (1) Esse respeitado economista especializou-se em estudos das grandes fomes coletivas e da pobreza, a partir de trabalhos seus sobre a própria Índia; e posteriormente, na China e África. Ele se considera um seguidor de Adam Smith, mas um profundo crítico dos modelos concentradores de renda sem, no entanto, abrir mão evidentemente da defesa do mercado.

Ao final, faz-se algumas conclusões e aponta-se propostas para alteração dessa situação de concentração de renda, que envergonha a todos nós. Desde a implantação do Plano Real, em 1º de julho de 1994; portanto, há sete anos, economistas de plantão e porta-vozes da oficialidade de Brasília vêm alardeando que o número de pobres vem diminuindo e que os investimentos governamentais têm sido suficientes para minimizar os sofrimentos do povo.

Recentemente, entre os meses de maio e junho, ao país foi apresentado um conjunto de estudos e resultados que mostram completamente o oposto do que vem difundindo o governo. O primeiro deles é o *Relatório Preliminar do Censo de 2000*, do IBGE, divulgado ao grande público no dia 9 de maio último. Depois disso, veio à luz um excelente trabalho do economista Ricardo Barros, entre outros, de um órgão insuspeito. Trata-se do respeitado Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas – IPEA, vinculado ao Ministério do Planejamento. (2) Nesse trabalho seus autores mostram, com dados e fatos, que o Brasil não é apenas um país rico, mas possui de fato muitos recursos à sua disposição para combater a sua pobreza, porém a questão

central continua sendo a forte concentração de renda que não vem cedendo nos últimos 20 anos.

Dados preliminares do Censo de 2000: quantos somos e como vivemos? (3)

Os dados integrais e já ajustados do Censo de 2000 deverão estar disponíveis apenas no início de 2002. Os anuários estatísticos brasileiros vêm saindo, nos últimos anos, com uma média de 18 meses de atraso. Os que foram divulgados, no entanto, já são substanciosos, ainda que abordem basicamente as questões relacionadas ao tamanho das populações nas cidades e ao local de suas moradias. E já nos revelam muitas coisas.

O Censo em um país não mede apenas quantos habitantes o integram. Mede também o tamanho das famílias, suas moradias, condições de vida, tipo de trabalho das pessoas e sua ocupação, grau de escolaridade, acesso aos serviços de saúde básicos, origem étnica de sua população etc.

Ter sempre em dia os dados populacionais e da sua economia, ajuda qualquer país a fazer um bom planejamento administrativo, gerir bem seus recursos, aplicar melhor seu dinheiro e procurar oferecer melhores serviços à sua população, em especial nas áreas identificadas como as mais carentes.

O Planejamento levado a sério no Brasil faz parte daquilo que o governo FHC vem querendo dismantlar há seis anos: a era Vargas. Não data de mais de 60 anos que as estatísticas e as pesquisas populacionais vêm sendo mais bem elaboradas e planejadas. Quando da realização de um Censo, como se sabe, mobilizam-se milhares de pessoas, técnicos, supervisores, sociólogos, estatísticos, geógrafos e tantas outras profissões, para elaborar o que mais se deseja: uma

radiografia o mais real possível da sua população. (4)

Com base nos dados do IBGE, quando cruzados com os dados do Tribunal Superior Eleitoral, que fornece o perfil dos eleitores brasileiros, é possível realizar, de forma científica e muito precisa, as pesquisas eleitorais e de intenção de voto, cujos resultados, salvo algumas exceções, vêm sendo acertados pelos principais institutos de pesquisa do país. Com esses dados, os profissionais da área podem determinar o tamanho das amostras que se vão entrevistar, de tal forma que as mesmas sejam probabilisticamente iguais ao universo estudado. (5)

O Brasil é hoje o quinto país mais populoso da Terra, com **169.590.693** habitantes, ou, em conta de chegar, 170 milhões de pessoas. Perdemos apenas para a China (1,28 bilhão), Índia (1,01 bilhão), EUA (275 milhões) e Indonésia (225 milhões). Esses números, combinados com os do IDH do PNUD, indicam que o Brasil terá, em 2015, **201 milhões de habitantes**.

No entanto, o que chama a atenção nesse aspecto é a **densidade demográfica**, ou o número de habitantes que vivem em um quilômetro quadrado de território. Vê-se, em nosso caso, que o Brasil continua sendo um dos países com uma das mais baixas taxas de ocupação territorial do planeta. Neste caso, comparando com os países que estão na nossa frente em termos populacionais: **somos apenas 19,9 brasileiros por quilômetro quadrado** (a Índia tem 304, a China 134, a Indonésia 119 e os EUA 29,3).

Mas mesmo essa ocupação territorial é completamente desigual em plano nacional. Há lugares densamente povoados e outros minimamente habitados. Há núcleos populacionais urbanos, como **São João do Meriti**, no Rio de Janeiro, com **12.897,8** habitantes por quilômetro quadrado,

enquanto que **Atalia do Norte**, no Amazonas, tem apenas 13 pessoas morando a cada 100 quilômetros quadrados, ou densidade 0,13/Km².

O Censo revelou uma concentração de grandes cidades. O Brasil possui hoje 5.507 delas em todos os Estados. Desse total, apenas **224 (ou 4,06%)** concentram 51% de toda a população do país (ou 86 milhões de pessoas).

Os dados preliminares já nos apontam que as capitais e grandes cidades **deixaram de ser pólos de crescimento e de migração interna**, ou seja, não atraem mais tantas pessoas quanto já atraíram em passado recente. Todas elas cresceram a uma média menor do que a nacional.

Do total de crescimento verificado entre os dois Censos (1991 a 2000), **76,8%** foram registrados a partir de cidades do interior do país, em especial as de porte médio, que passam a atrair mais pessoas. Os municípios pequenos e micros continuam com seu perfil, ainda rural em sua maioria.

Registre-se que num período de nove anos apenas, foram criados **1.106 novas cidades**, ou uma média de **uma cidade a cada três dias**. Ou dito de outra forma, uma, em cada cinco cidades existentes no Brasil, surgiu na última década. Isso faz com que ainda persistam as populações rurais expressivas em certas regiões. Do total nacional, consideram-se moradores do campo **31.835.143** ou 18,77% da população (os urbanos são 81,23% ou 137.755.550 moradores).

Também com relação à moradia dos

mais pobres o Censo fez algumas novas revelações. De um modo geral, os dados apontaram para um percentual de crescimento das moradias muito maior do que o próprio crescimento populacional. Isso pode indicar pelo menos duas coisas: 1. crescimento da especulação imobiliária (muita gente constrói, mas para não morar no

país, ou seja, quando dividimos o total da população pelo total de domicílios existentes, verificamos que em 2000 tínhamos apenas 3,75 pessoas por domicílio, enquanto que em 80 éramos 4,63 e em 91 éramos 4,10.

Mas esses números levam em conta o total de domicílios no país, incluso

aí os fechados. O que se vê é também um grande disparate entre as moradias. Se por um lado, vê-se residências com mais de 60 quartos, como a mansão da família Safra no bairro do Morumbi, em São Paulo, por outro, nas favelas e cortiços, chega-se a morar mais de 18 pessoas em apenas um só cômodo. É a precarização das vidas nas grandes cidades.

Os dados do Censo 2000 são inequívocos ao apontarem uma migração interna nas grandes cidades; coisa do tipo fluxo migratório do centro para as periferias. Isso acaba acarretando uma precarização das moradias, já apontada por diversos estudos aos quais se tem tido acesso, em especial o Mapa da Pobreza e da Exclusão Social, elaborado pela PUC de São Paulo.

Essa migração interna nas grandes cidades acaba por acarretar um impacto muito grande na qualidade de vida dos moradores da periferia. Além de encarecer os serviços urbanos que devem ser levados a cada dia para locais mais distantes, cria uma situação de paradoxo completo: o centro, com serviços instalados há muito mais tempo, vai ficando jogado às moscas, precarizado, com uma densidade demográfica pequena,



Antonio Alberto (Toninho)

imóvel) e 2. degradação das condições dos que moram em uma residência.

Nos nove anos que separam os Censos de 1991 e 2000, o número de domicílios cresceu 83%, enquanto a população no mesmo período cresceu apenas 43%. Em números absolutos, o Censo mostrou um total de seis milhões de **domicílios desocupados**. Desconsiderados os aspectos metodológicos, sobre o que o IBGE considera domicílio desocupado (e aí incluem de fato até casas em cidades fantasmas que não mais existem); mas o fato é que esse contingente de casas poderia abrigar em torno de 22 milhões de brasileiros, que por sua vez vivem de forma precária nas periferias das grandes cidades.

Estatisticamente, isso faz cair, ainda que de forma artificial, o número de pessoas por domicílio no

num local onde exatamente existem praticamente todos os serviços urbanos já instalados (luz, água, gás, telefonia, transportes, escolas etc.).

Assim, quanto mais as periferias vão crescendo, em função da especulação imobiliária, mais precária torna-se a vida das pessoas nessas localidades, ao passo que onde as condições de vida urbana são melhores, moram poucas pessoas, que possuem um poder aquisitivo maior. É uma das grandes injustiças geradas pelo sistema capitalista.

Finalmente, pegando-se como exemplo a maior cidade da América Latina, que é São Paulo, vamos perceber exatamente o significado dessa onda migratória para as periferias das grandes cidades. O **centro** da cidade perdeu em nove anos **19,7% de sua população** que se mudaram para a periferia, ou em outras palavras, um em cada cinco moradores dessa localidade deslocou-se para a periferia, tornando o centro um local sem nenhuma vitalidade, às vezes quase deserto.

Por outro lado, em algumas regiões da periferia da mesma São Paulo, o crescimento observado foi exponencial e absurdamente grande, como é o caso do bairro Anhanguera, que nestes mesmos nove anos, inchou em 210%; a Cidade Tiradentes aumentou em 98% e Parelheiros inchou em 84%, sem que essas localidades recebessem, com essa mesma velocidade, os serviços urbanos necessários a uma vida digna.

Num momento em que procuramos estudar e aprofundar, no âmbito do pensamento marxista brasileiro, o conceito de proletariado dentro das categorias que o próprio Marx estabeleceu, os dados e números do Censo indicam inequivocamente o aumento e o crescimento do proletariado brasileiro e o local onde ele se encontra, nas periferias das cidades grandes e médias.

Concentração de renda e riqueza, uma vergonha internacional

Passemos agora aos comentários sobre os aspectos da concentração de renda e de riqueza. Esse é um dos maiores objetos de estudo de economistas e sociólogos que procuram desvendar como ocorre, e se é que ocorre, alguma justiça distributiva, maior equidade na distribuição e no acesso dos recursos disponíveis para a população.

Afinal de contas: o Brasil é um país rico ou pobre? Por que as distâncias sociais tão grandes entre sua população? Se em determinados momentos da nossa história crescemos a índices altíssimos, por que existem muitos pobres ainda? E por que, mesmo gastando rios de dinheiro em determinados programas sociais, a situação não se altera? Essas e outras perguntas muitos economistas e sociólogos vêm tentando responder com seus estudos. Alguns chegam até a calcular exatamente o montante de dinheiro que seria necessário para se gastar na tentativa de erradicar a miséria e a pobreza no Brasil.

De fato, “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. (6) O entendimento do conceito de pobreza, expresso por muitos autores “refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente, com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”. (7) Procura-se ainda estabelecer um outro conceito, o de **indigência social**, para orientar estudos sobre a miséria no país. Barros & Outros, assim definem a indigência: “refere-se somente à estrutura de custos de uma cesta alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo”, (8) ou seja, para se medir a indigência leva-se em conta um mínimo de ração alimentar e na pobreza, deve-se levar

em conta além da alimentação, outros fatores como vestuário, habitação, transportes, entre outros.

De uma forma mais simples e mais didática, o professor Amartya Sen nos dá uma outra forma de ver a pobreza, que “deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda”. (9) Ele liga a pobreza, portanto, às privações *intrinsecamente importantes*, ao contrário da renda baixa, que é vista apenas *instrumentalmente*.

A grande conclusão a que se chega nesse estudo, e mesmo no da FGV, apoiado pelas teorias do Nobel de Economia de 1998, é que *não basta crescimento econômico. É preciso que se adotem políticas redistributivas de renda*, ou seja, se não se alterar a concentração de renda nacional, a situação não se modificará. Portanto, a questão central passa a ser a desigualdade. É claro que devemos pensar em crescer e desenvolver sempre o país, de forma que este acompanhe pelo menos as taxas mínimas de natalidade do povo. Mas o fundamental é crescer com justiça, equidade, distribuindo renda e riqueza. Isso faz cair por terra aquela falácia antiga de que seria preciso sempre esperar para crescer o bolo, para depois dividi-lo; o que nunca ocorreu. Hoje não se fala mais em divisão do tal bolo fictício, mas apenas em “crescer, crescer e crescer”.

Os dados do IPEA apontam para uma manutenção da quantidade de pobres no país em 22 anos (entre 1977 e 1999). E o único momento em que essa situação se altera, com real significado, foi durante o Plano Cruzado em 1986 e mais recentemente, mas ainda com menos intensidade, a partir de 1995 com o Real. O próprio governo usa esses números para cantar loas ao seu Plano estabilizador da moeda. Mas mascara uma questão: ele usa

números relativos, apresentados em termos percentuais, ou seja, de fato, desde 95 a pobreza vem se *estabilizando* na casa dos 34% da população, mas não diminuindo. Mas em números absolutos isso vem significando um número de 53 milhões de pobres no país, quando em 1979 eram 40 milhões. São muito pobres e ganham também muito pouco.

Como se sabe que não há grandes problemas de escassez no país, as coisas estão ligadas diretamente ao poder aquisitivo da população e à possibilidade de ter acesso a determinados recursos. E Barros conclui: “a pobreza no Brasil é, sobretudo um problema relacionado à distribuição de recursos e não à escassez”. (10) Aliás, o próprio Malthus, desde 1798 quando da publicação de seu famoso trabalho, onde previa que a população da terra crescerá em uma proporção geométrica, enquanto a produção de alimentos apenas em escala aritméti-

ca. Ora, de lá para cá, a população, que era 1 bilhão, cresceu 6 vezes e sabe-se que a fome no mundo não é por falta de alimentos; pelo contrário, existe até um excesso deles. (11)

Há estudos que fazem comparações do nosso desempenho nesse aspecto com o de outros países com o mesmo perfil de renda per *capita* que o Brasil. Verifica-se que a pobreza em nosso país é muitas vezes superior à média desses países e isso só pode ser decorrente da má distribuição de riquezas. (12) No mesmo estudo do IPEA, é apontado o volume de recursos necessários para se debelar a pobreza no país, com políticas redistributivas. Chegam à conclusão de que seria necessário gastar algo como 32 bilhões de reais para essa finalidade. Esse valor, por coincidência, é exatamente o que resultará de superávit primário nas contas nacionais ao final de 2001, mas estará totalmente comprometido com o pagamento de juros e serviços da dívida brasileira. (13)

Há também outras comparações possíveis, que até já estamos acostumados a ouvir. Trata-se de estabelecer razões entre determinadas faixas percentuais da população e de sua renda. A mais comum usada internacionalmente e que pode ser objeto de comparação no Brasil é a razão entre os **10% mais ricos da população e os 40% mais pobres**, ou seja, de quanto se apropriam da renda nacional essas duas parcelas da população, ou seja, de um lado, 17 milhões de pessoas e, do outro, 68 milhões. A razão vai apontar um número cuja interpretação será: quanto menor ele for mais justa a distribuição de renda e quanto maior, mais injusta.

Pois bem, no mencionado estudo do IPEA, e utilizando-se de dados do Banco Mundial envolvendo 55 países cujos dados foram apresentados, a grande maioria dos países tem razão **menor que 10**. Em apenas seis, a razão é superior a 20. O Brasil é o campeão na 55ª posição – último lugar, com uma

EVOLUÇÃO TEMPORAL DA DESIGUALDADE DE RENDA

Ano	20% mais Pobres	40% mais Pobres	50% mais Pobres	20% mais Ricos	10% mais Ricos	1% mais Rico
1977	2,4	7,7	11,7	66,6	51,6	18,5
1978	2,1	7,6	12,0	64,1	47,7	13,6
1979	1,9	7,5	11,9	64,2	47,6	13,4
1981	2,6	8,6	13,0	63,1	46,7	12,7
1982	2,5	8,2	12,6	63,7	47,3	13,1
1983	2,5	8,1	12,4	64,4	47,7	13,5
1984	2,7	8,5	12,8	63,8	47,6	13,2
1985	2,5	8,2	12,4	64,4	48,2	14,2
1986	2,6	8,5	12,9	63,4	47,2	13,8
1987	2,3	7,9	12,1	64,3	48,0	14,1
1988	2,1	7,3	11,3	66,0	49,7	14,4
1989	2,0	6,8	10,5	67,8	51,7	16,4
1990	2,1	7,3	11,3	65,6	49,1	14,2
1992	2,3	8,4	13,1	62,1	45,8	13,2
1993	2,2	7,9	12,3	64,5	48,6	15,0
1995	2,3	8,0	12,3	64,2	47,9	13,9
1996	2,1	7,7	12,1	64,1	47,6	13,5
1997	2,2	7,8	12,1	64,2	47,7	13,8
1998	2,2	7,9	12,2	64,2	47,9	13,9
1999	2,3	8,1	12,6	63,8	47,4	13,3

Fonte: IPEA

razão de 28 (14). Um dos índices estatísticos bastante conhecido que mede concentrações (e não só de renda) é o de Gini. Também com dados disponíveis do Banco Mundial, o IPEA constrói um Gráfico que envolve 94 países. Os índices de Gini variam de 0,0 a 1,0. Se o índice fosse **0,0** num determinado país, significaria que todos se apropriariam da mesma fatia da renda e se o índice fosse **1,0**, apenas uma única pessoa se apropriaria de toda a renda.

É claro que esses dois extremos não existem em nenhum lugar. Mas no Brasil, entre os 94 países estudados, só perdemos para a África do Sul e Malavi, de forma que ficamos com a 92ª posição nesse macabro ranking (15).

Por fim, os economistas em tela usam outra razão comparativa para mostrar o quanto injusta é a distribuição de renda no país. Esta ocorre com as parcelas dos **20% mais ricos e os 20% mais pobres** da população e qual a razão entre elas, ou seja, de quanto se apropriam da renda os 34 milhões de pessoas mais pobres e mais ricas do país. Pois numa comparação internacional com dados de 84 países, cujas tabelas foram construídas a partir de dados do PNUD da ONU, o Brasil fica na lanterna, na 84ª posição (16).

Um outro aspecto que ilustra a desigualdade no país, na mesma linha de comparações com faixas de percentual populacional, vai no sentido da apropriação da Renda Nacional entre os mais ricos e os mais pobres. Só que aqui, levados ao extremo. Pois bem, a parcela dos **1% mais ricos** apropriam-se de uma fatia da Renda Nacional (13,3%), que é praticamente do mesmo tamanho do que se apropriam os **50% mais pobres** (12,6%). Ou dito de outra forma: **1,7 milhão** de pessoas apropria-se do mesmo volume de Renda Nacional que outros **85**

milhões de brasileiros (*ver tabela*).

Uma conclusão a que chegaram os economistas do IPEA acaba por demolir os propagandistas do Real: "no que se refere ao Real, não dispomos de **evidência alguma** de que tenha produzido qualquer impacto significativo sobre a redução no grau da desigualdade, apesar de a pobreza ter sofrido uma redução (...)". (*grifos nossos*) (17)

A partir de um outro estudo, que envolve estoques de riqueza, temos os dados que apenas 1% da população brasileira, ou seja, 1,7 milhão de pessoas (ou 425 mil famílias), abocanha 17% da renda nacional e 53% de todo o estoque líquido de riqueza privada (af incluídos propriedades e bens materiais). Só para fazermos uma idéia em termos comparativos, nos Estados Unidos, grande propagandeador do neoliberalismo moderno, o 1% mais rico amealha 8% da renda nacional e fica com 26% da riqueza. E olha que os EUA não são um país que se possa dar como exemplo de distribuição de renda e riqueza (os EUA ficam em 16ª colocação, em 48ª e em 55ª posição respectivamente nos três paradigmas).

Em outras palavras, pode-se dizer que os mais ricos brasileiros são, relativamente à sua renda, pelo menos **duas vezes mais ricos que os ricos norte-americanos!** Esse grupo de 1% mais rico no Brasil atinge uma renda familiar anual de US\$ 400,000.00 (ou R\$ 1.036.000, ou seja, mais de um milhão de reais ao ano de renda) (18) ou 25 vezes mais que a renda nacional média dos restantes 99% da população e sua riqueza familiar alcança US\$ 2,700,000.00 (equivalente a R\$ 6.993.000,00 reais), equivalente a 110 vezes a riqueza média do resto do povo brasileiro. (19)

No outro extremo da população, os 40% mais pobres, que perfazem em

torno de 68 milhões de habitantes ou 17 milhões de famílias, se apropriam apenas de 8% da renda nacional ou uma renda familiar média de apenas US\$ 1,000.00 ao ano (R\$ 2.590,00 ou R\$ 215,00 ao mês para a família inteira, ou ainda R\$ 53,75 por pessoa).

Há que se destacar também que a participação dos salários na Renda Nacional vem diminuindo gradativamente no Brasil nas últimas décadas. O capital vai ampliando a sua participação cada vez mais. Em 1950, os salários representavam 55,5% da composição do PIB brasileiro. Esse percentual caiu para 45% em 1990 e atinge 38% em 1996. No outro lado da conta, o chamado excedente operacional (lucros, juros, aluguéis e outras rendas), aumenta entre 1990 e 1996 de **33% para 41%**.

O salário mínimo também foi arrojado sistematicamente desde que foi criado em 1943 por Vargas. Diversos estudos mostram que em 1940 ele valia R\$ 592,96, passando para R\$ 373,71 em 1980, sendo que a partir de maio de 2001 valia R\$ 181,00 (hoje, isso significa US 70,00; um dos mais baixos do continente latino-americano).

Convém lembrar que os 10 anos de neoliberalismo no Brasil fizeram aumentar a dívida pública sem a contrapartida de investimentos sociais. Entre 1994 e 1998, **a dívida pública saltou de 28,1% para 42,6%** do PIB brasileiro, um crescimento de 51,6% enquanto os **investimentos sociais** no mesmo período cresceram apenas de **11,9% para 12,6%**, **um acréscimo de ínfimos 0,7%**.

A dura realidade da exclusão social

Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, feito a partir do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, divulgados mundialmente no

último dia 10 de julho mostram outros aspectos da dura realidade nacional. (20)

O critério para a obtenção de novo índice, que mediria o Desenvolvimento Humano, foi estabelecido a partir de dados e informações que não levassem em conta somente a renda *per capita* da população ou aspectos meramente econômicos, mas também dados e índices relacionados com a saúde (expectativa de vida ao nascer) e educação (taxa de matrícula e índice de alfabetização da população acima de 15 anos). Esses três fatores – renda, saúde e educação –, são combinados e chega-se a um valor final de varia, tal qual o índice Gini, de 0,0 até 1,0, de forma que quanto mais próximo o resultado for de um, melhor será a qualidade de vida e do desenvolvimento do país. (21)

Nesse ranking de 162 países, cujos dados foram considerados confiáveis; portanto, o Brasil fica na 69ª posição e o primeiro lugar fica com a Noruega (0,939) e os EUA ficam em 6º lugar, atrás, pela ordem, de Austrália, Canadá, Suécia e Bélgica.

Na verdade, entre a divulgação dos dados de 1999 e de 2000, ainda que o Brasil mantenha por um artifício a mesma colocação, vê-se que a melhora é infinitesimal, quase desprezível. No item expectativa de vida, o número anterior era de 67,3 anos, tendo passado para 67,5 anos, ou seja, uma melhora de dois meses de vida apenas. A taxa de alfabetização diminuiu apenas 0,4% e uma melhora um pouco maior, foi a da taxa de matriculados, elevando-se de 78,3% para 80,0%, ou seja, um acréscimo de 1,7%. Em relação à renda *per capita*, ainda que pequena, houve na verdade uma diminuição de US\$ 34,7 dólares por pessoa (hoje se situa na faixa de US\$ 7,037.00 e era 7,071.70 em 1999). (22)

Essa metodologia é inovadora, e como já se disse, foi desenvolvida pelo Nobel de Economia, o indiano Amartya Sen e se fosse levado em conta apenas o PIB *per capita*, o Brasil ocuparia a 57ª posição entre 162; se fosse levado em conta o índice na área da educação, ficaríamos com a 79ª posição e se fossem levados em conta apenas os dados da saúde, ficaríamos apenas na humilhante 95ª posição. Foi a combinação desses três índices que resultou na 69ª posição (na verdade seria 74ª).

Destaca-se ainda que a posição brasileira em comparação apenas com os países vizinhos da América Latina e Caribe, fica em 14º lugar, atrás de muitas pequenas repúblicas e países pouco desenvolvidos. Mesmo esses pequenos países, em alguns dos 3 aspectos do IDH diferenciados mostram algumas “ilhas de excelência”, como é o caso da República Dominicana, com 98,4% de alfabetização de adultos; Bahamas com PIB *per capita* de US 15,528.00 e Argentina com 83% de taxa de matrículas. (23)

Alardeou-se que o Brasil “subiu” 5 posições com relação aos dados anteriores. Um verdadeiro engodo, que o próprio escritório do PNUD no Brasil encarrega-se de desmentir. Ocorre que pelo Brasil ter sido classificado em 69º lugar não há nada de extraordinário nisso, exatamente porque neste ano, 12 países foram excluídos da lista por não apresentarem dados confiáveis e, entre esses, **6 estavam na frente do Brasil na pesquisa anterior**. Desse seis países, três deles inclusive são da América Latina, pela ordem: República Dominicana, Granada e Cuba. (24) Assim, o correto seria o Brasil ainda estar posicionado na 74ª colocação.

Por fim, há um conceito novo introduzido pela ONU, denominado IPH – Índice de Pobreza Humana, também do professor Sen que nos indica que quanto mais alto o índice, pior a situação do país. Ele leva em conta as privações de uma sociedade, como o percentual de pessoas que não se espera que vivam mais de 40 anos, a taxa de analfabetismo adulto, o acesso à água potável, a serviços de saúde e de saneamento, crianças com menos de 5 anos com peso inferior ao normal e a diferença de renda entre a parcela dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres. (25)

Nesse ranking, cuja primeira colocação é do Uruguai, com 4%, o Brasil ficou em 18º lugar, com 12,5%. Esse percentual reflete o índice de pessoas que passam privações graves nos três aspectos do desenvolvimento humano medido pelo IDH: longevidade, conhecimento e padrão de vida digno. Assim, os estarrecedores dados que vem à luz com esse trabalho nos indicam os seguintes índices: a) 11,3% não devem ultrapassar a idade de 40 anos; b) 15,1% de todos os adultos são ainda analfabetos; c) 17% de toda a população não têm acesso à água potável; d) 6% de todas as nossas crianças com menos de 5 anos, não atingem o peso necessário; e) 9% de toda a população (15,3 milhões) vivem com menos de US 1.00 por dia (R\$ 2,50 ao dia ou R\$ 75,00 ao mês) e f) 22% da população (37,4 milhões de pessoas) vivem com menos de US2.00 (ou R\$ 5,00 ao dia ou R\$ 150,00 ao mês); considerada pelos critérios do PNUD a linha de conceitualização da pobreza.

Conclusões necessárias

Um país onde a política econômica é voltada para a remessa sistemática e disciplinada de bilhões de dólares ao exterior a título de pagamento da

dívida externa, amortização e serviços, que compromete seu orçamento em mais de 71% com os pagamentos de dívidas, e que remeteu, entre 1995 e 1998, 128 bilhões de dólares ao exterior, (26) só pode beneficiar mesmo as elites e as classes dominantes. Esse volume de recursos poderia minimizar imensamente o sofrimento do povo brasileiro.

Ao sermos impactados pela divulgação de tais dados, sejam eles do Censo, da ONU ou do IPEA, devemos levar em conta as mensagens que esses números e dados nos mostram. E podemos resumir essas mensagens em termos gerais da seguinte forma:

1. é falácia a história de “crescer” o bolo para depois repartir – os dados são inequívocos ao mostrar que mesmo com crescimento econômico, a faixa de pobres mantém-se estável e a concentração de renda e riqueza não é afetada;

2. é preciso distribuir renda – se não forem adotadas políticas redistributivas de renda – e isso por um novo modelo em uma nova ordem de desenvolvimento econômico do país que fuja do modelo neoliberal – a situação só tende a piorar, concentrando-se renda, riqueza, terras e população;

3. é preciso melhorar a escolaridade – e isso significa anos de estudos de boa qualidade e não simplesmente matrículas nas escolas, muitas vezes em busca de merenda escolar, bolsa escola etc.;

4. avanço tecnológico – é preciso fazer com que todos os avanços tecnológicos, na indústria de fármacos e na genética, possam ser imediatamente estendidos ao povo, para uma melhoria da sua qualidade de vida;

5. dívida pública e orçamento – é preciso alterar imediata e profundamente, a forma e a concepção da construção dos orçamentos nacio-

nais, estaduais e municipais, de maneira que busquemos uma política de grande desenvolvimento interno e estímulo ao consumo interno de massa e reversão imediata dos acordos com os organismos multilaterais de crédito, em especial o FMI, aplicando todo o superávit primário do orçamento, em melhorias para o povo, distribuição de renda e desenvolvimento nacional. 

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho é sociólogo, professor de Sociologia, Ciência Política e de Métodos e Técnicas de Pesquisa da Universidade Metodista de Piracicaba e presidente da Federação Nacional dos Sociólogos – Brasil (FNSB).

Notas

(1) *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

(2) BARROS, Ricardo Paes de & Outros. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília. Ministério do Planejamento, IPEA. Junho de 2001. ISSN 1415-4765 – 24 páginas.

(3) Este capítulo é uma versão modificada e ampliada de meu artigo publicado na *Classe Operária* n.º 202, ano 76, de 20 de junho de 2001, página 8, cujo título foi “*Censo 2000: a revelação de um novo Brasil*”.

(4) Os referenciais teóricos para as bases amostrais do Censo no Brasil podem ser obtidas em BIANCHINI, Zélia Magalhães. *Estudo de Alternativas para Frações de Amostragem do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE – Diretoria de Pesquisas, 1999.

(5) Isso só passou a ser possível com base nas teorias de Fermat e Pascal, matemáticos do século XVIII

(6) BARROS, Ricardo & Outros, *Op. cit.* Página 1.

(7) BARROS, Ricardo & Outros, *Op. cit.* Página 2.

(8) *Ibidem* página 2, nota 5.

(9) *Op. Cit.* Página 109.

(10) *Ibidem* página 5.

(11) Amartya Sen, *op. cit.* página 237.

(12) *Ibidem* página 6.

(13) *Ibidem*, página 8, Tabela 2.

(14) *Ibidem*, página 12 e Gráfico 5.

(15) *Ibidem* página 12 e Gráfico 4.

(16) *Ibidem* página 14 e 15, Gráfico 6.

(17) *Ibidem*, página 17.

(18) Leva-se em conta a cotação do dólar do dia 13 de julho, onde precisávamos R2,59 para comprarmos US\$1,00.

(19) Os dados sobre concentração de riqueza foram obtidos a partir de um trabalho intitulado “Diagnóstico Estrutural da Pobreza”, de autoria do deputado federal Aloisio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores/SP.

(20) Os dados completos do Relatório Anual de Desenvolvimento Humano da ONU, em sua versão em inglês podem ser obtido integralmente (274 páginas) no seguinte endereço da Internet. O jornal *Folha de São Paulo* publicou na sua edição do último dia 10 de julho de 2001, Caderno A, páginas 9 a 11, extenso comentário sobre o mesmo.

(21) *Folha de São Paulo*, 10 de julho de 2001, Caderno Brasil – A, página 10.

(22) Há um importante esclarecimento metodológico a ser feito, quando se utiliza o dólar para essas comparações. É preciso antes de tudo ajustar os valores de poder de compra dos países comparados e as questões relacionadas com o câmbio. (23) Nesse aspecto, convém ressaltar que o governo tem feito uma grande onda para a inclusão de matriculados nas escolas, isto para que os registros sejam artificialmente alterados. O próprio critério mesmo de não existir mais a reprovação esconde um duplo problema: aumentar índices de escolaridades artificialmente e deixar de construir escolas em número suficiente, aumentando a média de alunos por sala de aula (em SP, segundo o último boletim da Apeoesp, já chega a uma média de 36,7 por sala, quando o máximo deveria ser de 25).

(24) Todos os dados que a seguir serão mencionados do mencionado Relatório (*Human Development Report 2001 for the United Nation Development Program – UNDP*), obtidos da versão brasileira do Relatório, coordenado sob a responsabilidade de José Carlos Libânio.

(25) Na verdade, existem dois IPHs: o feito para os países mais ricos e desenvolvidos, cujos critérios de riqueza e pobreza são diferentes e o IPH para os 90 mais pobres.

(26) MARINGONI, Gilberto, “Um Plebiscito para a Dívida Externa”, *Revista Princípios*, n.º 58, página 11, Agosto de 2000, Editora Anita Garibaldi, São Paulo.

O Piauí está no mapa há 50.000 anos



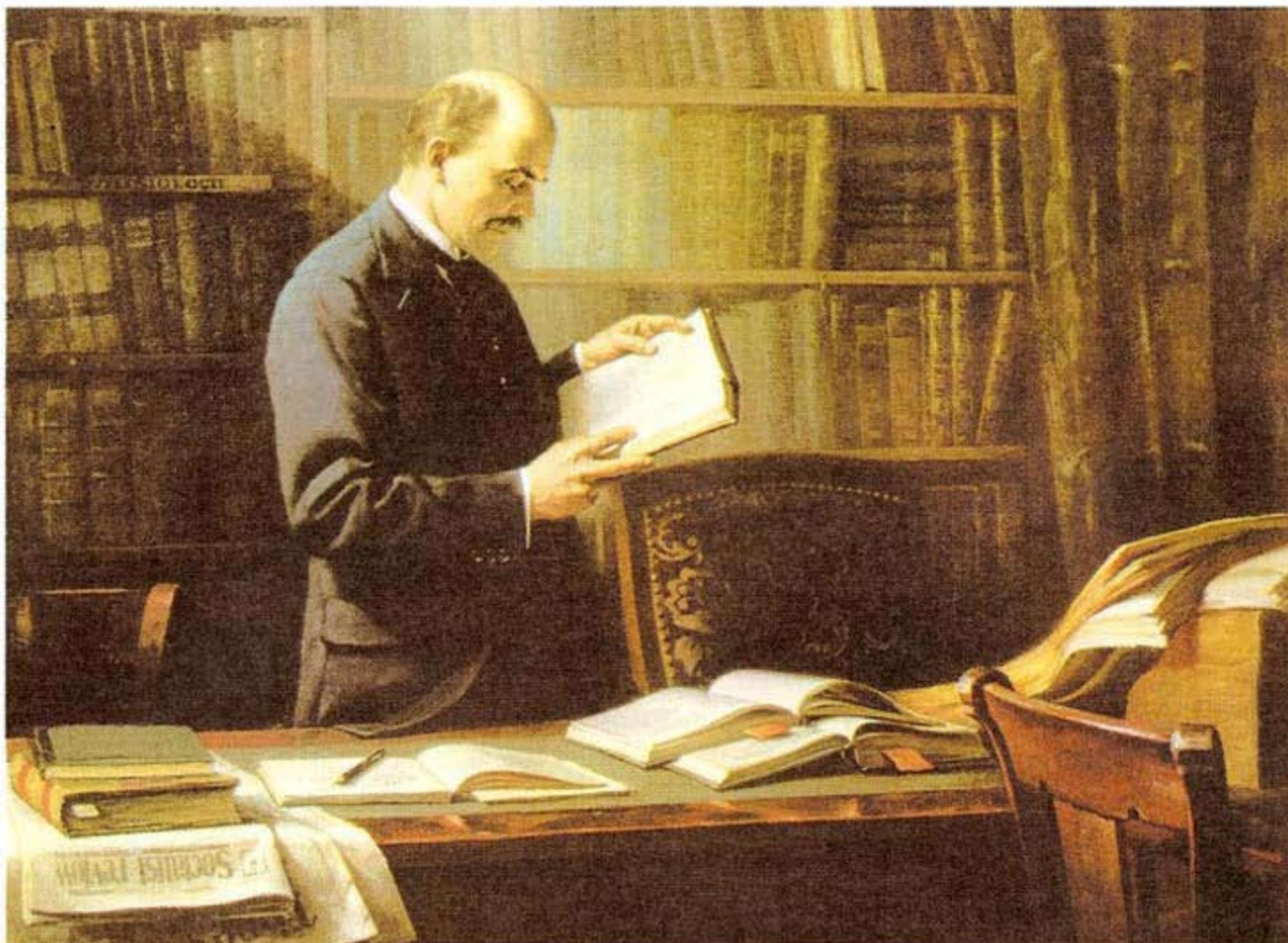
Os vestígios mais antigos da presença do homem nas Américas, com datação de 50.000 anos, encontram-se no Parque Nacional da Serra da Capivara em São Raimundo Nonato, a 573 km de Teresina.

O Sítio Arqueológico possui inúmeras pinturas rupestres que nos dão uma idéia da vida do homem pre-histórico, retratando atividades de caça, acasalamento e rituais sagrados. Os mistérios que a Serra da Capivara encerra podem nos ensinar muito sobre a odisséia do homem sobre a Terra, revelando-nos aspectos importantes da evolução humana.

Dada a importância das descobertas, a UNESCO, órgão das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura, declarou a arte rupestre ali existente, patrimônio cultural da humanidade.

Tradição e Cultura fazem parte da nossa história e nos orgulhamos muito disso.

Porque no Piauí é assim.



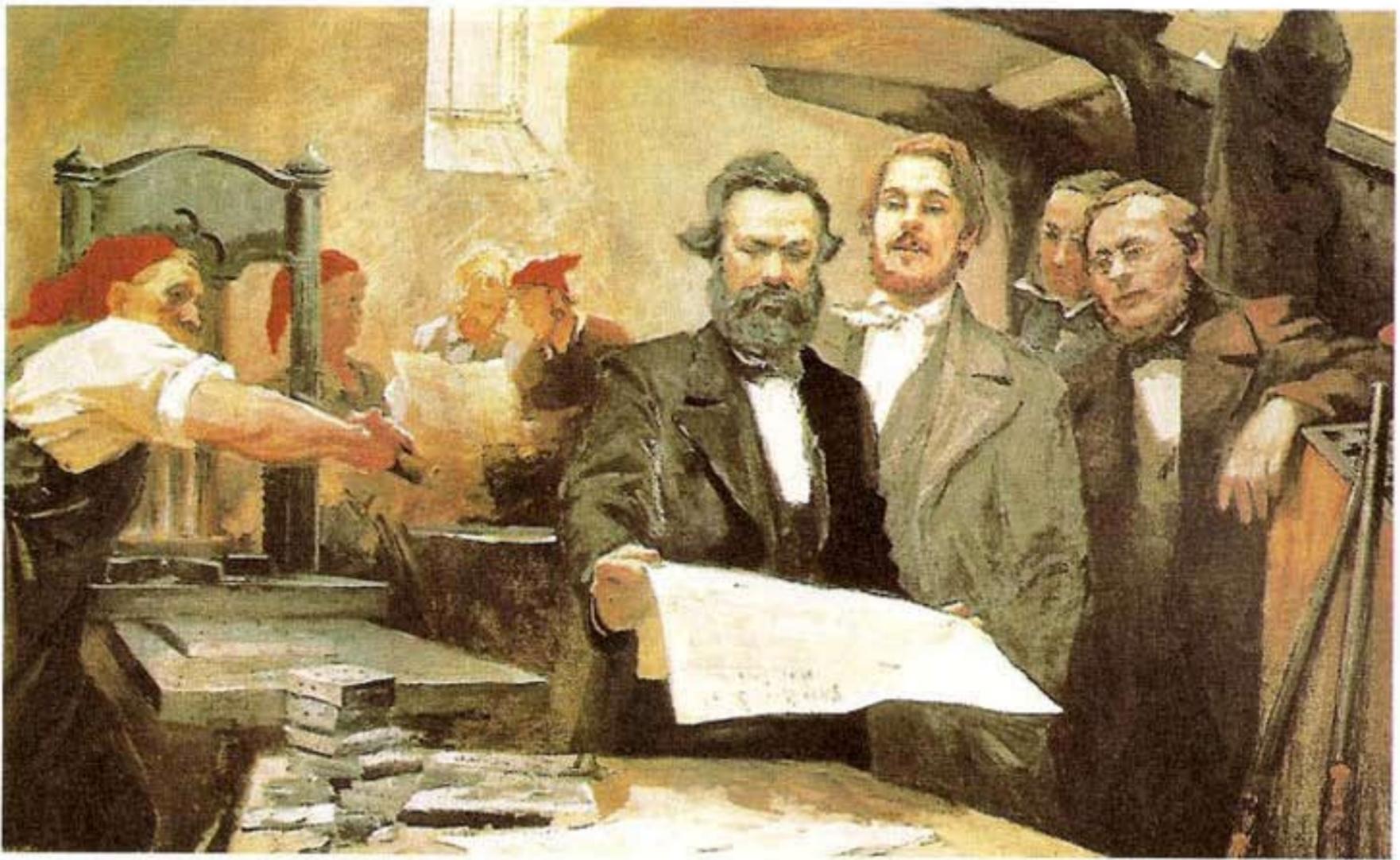
Lênin na biblioteca.

Um partido proletário para construir o poder proletário

Marx, Engels e Lênin

José Carlos Ruy

*Para Lênin, não basta a luta por objetivos econômicos;
e mesmo a luta política é limitada. É preciso ir além, lutar
para conquistar o poder e criar as condições para destruir
o Estado burguês e iniciar a construção do Estado proletário.
Para isso é necessário o partido proletário*



E. Chapiro

Marx e Engels imprimindo o *Manifesto*.

UM DOS principais pressupostos do marxismo, como teoria revolucionária, é sua afirmação da importância do partido de classe formado pelo destacamento de vanguarda do proletariado para dirigir a luta política dos trabalhadores contra a opressão capitalista e levar à conquista do poder do Estado, à organização de um novo Estado e ao início da construção de uma forma de organização social superior. Esse reconhecimento da importância do partido de classe surge simultaneamente com a teoria revolucionária de Marx e Engels, em meados do século XIX, e é parte integrante, essencial, dela.

Já em 1844, Marx escrevia que a teoria revolucionária precisa unir-se às massas para transformar-se em força real – exigência de unidade entre teoria e prática que caracteriza seu pensamento e o distingue das demais correntes filosóficas, políticas e sociais, e o fundamenta, desde os tempos de sua formação. E o partido revolucionário de classe é o cimento dessa unidade de pensamento e ação.

A idéia de que o proletariado deve se organizar politicamente em seu

partido de classe para alcançar o poder político e iniciar a transição socialista foi expressa por Marx e Engels já no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, onde dizem que os comunistas são “a fração mais resoluta dos partidos operários de todos os países, aquela que sempre impulsiona as demais para a frente”, tendo “sobre a massa restante do proletariado”, a vantagem do conhecimento teórico, da “clara visão das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento proletário”.

Embora o objetivo imediato dos comunistas possa ser semelhante ao dos demais partidos populares, sua marca é a consciência dos objetivos de longo prazo da luta do proletariado. Como aqueles partidos, os comunistas pregam “a constituição dos proletários em classe, a derrubada da dominação burguesa, e a conquista do poder político pelo proletariado”. Mas vão além, e lutam, dentro do movimento atual, pelos objetivos futuros desse movimento, na fórmula célebre deixada pelos fundadores do marxismo. E, entre as tarefas do partido como dirigente e organizador da

resistência proletária destaca-se o esforço para educar os operários na consciência de classe, de torná-los conscientes do “antagonismo hostil que existe entre a burguesia e o proletariado”. Este é um dos axiomas do legado de Marx e Engels – para os proletários, não basta chegar ao poder político: é preciso usá-lo para resolver aquele antagonismo entre os patrões e os trabalhadores, destruir o capitalismo e iniciar a caminhada rumo ao socialismo.

É também dos fundadores do marxismo a idéia de que, no processo da luta contra o domínio burguês, o proletariado desenvolve sua própria identidade e consciência de classe, (que são as condições subjetivas da revolução) e seu corolário, o partido de classe. A consciência de classe e a identidade proletárias não nascem prontas e acabadas com o proletariado. Não são dadas; não surgem, ahistoricamente, à margem da luta proletária, mas sim no enfrentamento cotidiano das agressões, mazelas e misérias que o capitalismo impõe aos trabalhadores. Ela surge desse conflito e é aprimorada ao se transformar em consciência socialis-

ta através da absorção da ciência social mais avançada, segundo a qual a superação das contradições do capitalismo só ocorrerá com a instauração de uma organização social superior. É nessa luta que a massa dos trabalhadores, que “já é uma classe face ao capital”, escreveu Marx em *Miséria da Filosofia* (1847), “reúne-se, constituindo-se em classe para si mesma”. Esta é uma tarefa que a vanguarda proletária – este é outro fundamento desta ciência social avançada – só poderá realizar se tiver esse instrumento de direção e organização que é o partido revolucionário do proletariado.

Essa lição da política de classe acompanhou toda a trajetória de Marx e Engels e jamais foi abandonada, mesmo depois do aprofundamento de seus conhecimentos empíricos e teóricos, embora alguns escritores reformistas digam que a maturidade os teria levado a uma visão evolutiva, e não revolucionária, da transformação social.

A falsidade dessa idéia é demonstrada mesmo pelo exame superficial e sumário dos escritos de Marx e Engels. Eles polemizaram contra concepções operárias estreitas existentes de seu tempo, contra os anarquistas que desprezavam toda organização política e, de forma idealista e voluntarista, queriam apenas destruir o Estado, sem levar em conta o desenvolvimento histórico, o amadurecimento da classe operária e a necessidade da força política para reorganizar a vida em novas bases. E também contra os reformistas, que acreditavam na melhoria do capitalismo e na possibilidade da classe operária alcançar seus objetivos no marco desse sistema.

Marx investiu, em 1850, contra quem encarava a organização política proletária de forma estreita, como uma seita formada por iluminados isolados

da massa proletária e do movimento real de luta política e da luta de classes, denunciando-os como “alquimistas de revoluções”. Contra anarquistas e reformistas, ele sempre insistiu na necessidade da organização política dos trabalhadores para participar da luta política contra a burguesia e a aristocracia latifundiária.

No confronto político contra essas correntes que, principalmente os anarquistas, negavam a necessidade e importância do partido de classe, Marx e Engels enfatizavam que esse era o caminho para a própria instituição do proletariado como classe. Numa resolução, aprovada no Congresso de Haia da I Internacional (1872), diziam que, contra as classes proprietárias, a classe operária só pode agir como classe “constituindo-se em um partido político que seja distinto dos velhos partidos formados pelas classes proprietárias e a eles se oponha”. No ano seguinte, Engels repetia essa lição classista e revolucionária dizendo que a primeira condição da luta proletária era “a política de classe, a organização do proletariado em partido político independente”, cujo objetivo imediato era “a ditadura do proletariado”, isto é, o governo dos operários e dos demais trabalhadores. Em uma carta a Bebel, Liebknecht, Bracke e outros, em setembro de 1879, Marx e Engels defendiam a luta de classes, sobretudo “entre a burguesia e o proletariado, como a mais poderosa alavanca da revolução social”. Em 1881, Engels reiterava que, “na luta política de uma classe contra outra, a organização é a arma mais importante”. Em 1884, reafirmou esse ponto de vista, escrevendo que, à medida que o proletariado amadurece “para emancipar-se a si próprio, constitui-se em um partido independente, elege a seus próprios representantes, e não os dos capitalistas”. Em 1886, em carta a Sorge

Engels: na luta de uma classe contra outra, a organização é a arma mais importante

(29/11/1886), dizia que o primeiro passo a ser dado num país onde o proletariado começa a se mover é sua “constituição em partido político independente, não importando como, mas bastando somente que ele seja um partido operário”. E, quase no final de sua vida, em janeiro de 1893, Engels ironizava, em outra carta a Sorge, aqueles que negavam a luta de classes e, por isso, rejeitavam o pensamento fundado por Marx e ele próprio.

No embate de idéias dentro do movimento operário, Marx e Engels expressaram, assim, de forma sempre clara, a necessidade histórica do partido do proletariado como instrumento de ação política contra a burguesia e a reação feudal e, também, para defender, naquele contexto, o programa próprio da classe operária para a tomada do poder e reconstrução do Estado, de superar os limites do capitalismo e iniciar a construção de uma sociedade nova e avançada.

Coube a Lênin desenvolver esses fundamentos teóricos e organizativos. Seu pensamento não se limita à fórmula célebre registrada em *Que fazer?*, de 1903, e que resultou dos embates dentro do Partido Operário Social Democrata Russo, onde enfrentou as teses reformistas e economicistas daqueles que, no futuro, formariam a corrente menchevique. No II Congresso do partido russo, em 1903, contra a tese de Martov de uma organização partidária frouxa, adequada à luta política eleitoral nos qua-

dros da democracia burguesa, Lênin insistiu (e foi vitorioso) no ponto de vista de que só poderia ser considerado membro do partido quem “aceite o seu programa e apóie o partido tanto com recursos materiais como com a sua participação pessoal numa de suas organizações”. O debate entre Lênin e Martov, naquele Congresso, ficou conhecido como o contraste entre a defesa de um partido de quadros (Lênin), em oposição a um partido de massas (Martov).

É uma simplificação resumir o pensamento de Lênin à defesa das posições expressas em *Que fazer?*. Ao contrário, ele tinha uma visão clara da relação dialética entre forma organizativa e conjuntura política, derivando desta as linhas gerais daquela.

Em 1903, contra o reformismo economicista, que defendia o movimento espontâneo e renunciava à luta política operária independente, e negava na prática o partido revolucionário, o esforço de Lênin visava à “ação para construir o partido, para superar o ‘espírito de círculo’ e conquistar o ‘espírito de partido’.”

Foi contra o reformismo economicista que Lênin defendeu outra fórmula célebre: “A consciência política da classe somente pode ser levada ao operariado a partir do exterior, ou seja, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões”. Explicitava a mesma tese do

Lênin: é preciso

unir à ação

revolucionária

a teoria

revolucionária de

Marx e Engels

Manifesto Comunista de 1848: é na luta política, e não na luta econômica, que a consciência de classe se forja. É nela, e não apenas na defesa de melhorias econômicas sob o capitalismo, que o proletariado desenvolve sua consciência socialista. Por isso ela vinha de fora da luta econômica e dos limites estreitos do conflito econômico entre operários e patrões.

Lutando contra o economicismo, Lênin lutava também contra a tendência a reduzir a luta operária à sua expressão sindical que, pensava, era somente uma parcela dos objetivos proletários. É preciso elevar a luta econômica ao patamar da disputa política, e é o atendimento dessa exigência que impõe a necessidade de uma teoria de vanguarda e da organização de vanguarda, unindo a teoria socialista ao movimento operário.

O partido é fruto da união da teoria social avançada, o socialismo científico e o movimento dos trabalhadores. E é no desenvolvimento da luta das massas, escreveu Lênin em 1908, que o papel dirigente do proletariado aparece à luz do dia, em todos os terrenos em que a luta se desenvolve. É nos períodos de luta revolucionária direta, diz ele, que são lançadas “as bases sólidas dos agrupamentos de classes” e que surgem “as clivagens entre os grandes partidos políticos”. Em 1912, ele voltava à carga, reafirmando: é “nas épocas das crises profundas que abalam todo um país” que aparece “claramente a divisão de toda a sociedade em partidos políticos”.

Para Lênin, o partido é a parte da classe operária – sua vanguarda armada com o conhecimento científico – capaz de dirigir a luta contra todas as manifestações concretas de opressão, “quaisquer que sejam as classes afetadas”, escreveu. O proletariado e seu partido devem lançar-se à frente do

movimento democrático, rompendo com o horizonte limitado da luta nas empresas. “Só o partido que organize campanhas de denúncias em que realmente participe todo o povo poderá converter-se, nos nossos dias, em vanguarda das forças revolucionárias”.

Em 1903, quando a ditadura czarista promovia uma perseguição feroz aos democratas e aos socialistas, Lênin defendia um partido formado por um núcleo de revolucionários profissionais com conhecimento teórico, experiência política, prática organizativa e cominando as normas da clandestinidade. Esse núcleo devia ser o centro de uma ampla rede de organizações locais, com grande número de militantes, capaz de atingir milhares de trabalhadores. Era uma forma organizativa, adaptada àquela conjuntura adversa, que impunha clandestinidade mais rigorosa.

Só quando se desconsidera sua consciência da relação dialética entre forma organizativa e conjuntura política é que se pode transformar o líder bolchevique no campeão do partido de quadros, do modelo definido em *Que fazer?*. Ao contrário, Lênin procurava – como um materialista militante e dialético – extrair as categorias teóricas que orientavam sua ação das circunstâncias concretas, reais, em que atuava, sem perder de vista o objetivo fundamental: a luta pelo socialismo.

Assim, quando a revolução de 1905 obrigou o czarismo a promover uma abertura democrática limitada e aceitar uma situação de relativa legalidade, Lênin defendeu a abertura do partido às massas, mantendo o aparelho clandestino. Naquela conjuntura, como depois de fevereiro de 1917, ele defendeu a formação de um amplo partido de massas baseado no centralismo democrático (expressão que usou pela primeira vez em 1905). Em 1905, pregou o

recrutamento em massa dos operários industriais e a construção de “uma organização não clandestina, com sistema eletivo, com a representação no Congresso baseada no número dos membros organizados do Partido”. Naquele ano, insistindo na necessidade de recrutar membros e ampliar o partido, ele escreveu: “com maior amplitude e audácia, com maior audácia e amplitude, e mais uma vez com a maior audácia, sem ter medo de fazê-lo. (...) É preciso unir e pôr para trabalhar, com extraordinária rapidez, todos os elementos que possuam iniciativa revolucionária”. Em outra oportunidade, naquele mesmo ano, dizia: “Devemos saber adaptar-nos a uma dimensão totalmente nova do movimento. (...) É preciso aumentar substancialmente os efetivos de todas as possíveis organizações do partido ou próximas do partido, para caminhar, de qualquer modo, pari passu com a torrente de energia revolucionária do povo, que cresceu cem vezes (...); devemos criar, sem perder um só instante, centenas de novas organizações”.

Lênin demonstrou – teórica e praticamente – que o partido do proletariado deve ter a habilidade de adaptar-se às circunstâncias políticas em que atua, sendo um partido de quadros, rígido e disciplinado nos períodos de perseguição policial, ou transformando-se num partido de massas, amplo e igualmente disciplinado, nos momentos de atuação aberta e legal. “Toda luta de classes é uma luta política”, escreveu, chamando a atenção para as diferenças importantes que decorrem do grau de desenvolvimento dela. Seu estágio embrionário é a luta econômica, e ela é “mais elevada e desenvolvida quando ocorre em escala nacional, por objetivos políticos”. Mas isto também é insuficiente. O desenvolvimento da luta de classes é coroado quando, em escala nacional, o proletariado

busca aquilo que “é o essencial: a organização do poder de Estado”.

Assim, resumindo, não basta a luta por objetivos econômicos; não basta também a luta para alcançar o poder: é necessário um partido proletário capaz de educar os trabalhadores através da luta econômica, dar a ela o caráter de luta política para conquistar o poder e criar, assim, as condições para a destruição do Estado burguês e iniciar a construção de um Estado de tipo novo, proletário. Este é o ensinamento deixado por Marx e Engels e desenvolvido por Lênin. A teoria marxista e a ação prática dela decorrente marcaram profundamente a história da humanidade nestes últimos 150 anos, e foi esteio e inspiração para a organização revolucionária dos trabalhadores. Particularmente depois de 1917, quando – assumindo o poder pela primeira vez e mantendo-o por várias décadas – a ação revolucionária dos trabalhadores russos apontou, para a humanidade, que era necessário e possível começar a construir uma alternativa real e concreta ao capitalismo.

A experiência acumulada nestas décadas, e a derrocada da URSS e do Leste europeu, são a demonstração prática da importância da existência de um partido revolucionário consciente e conseqüente. Ele é o instrumento indispensável para a mudança revolucionária. Foi com ele que os bolcheviques e os revolucionários de outros quadrantes do planeta chegaram ao poder e começaram a construir uma sociedade mais avançada. Foi quando o partido soviético degenerou e desviou-se pelos caminhos do revisionismo e do retorno ao capitalismo que começou a derrocada do regime nascido sob a direção de Lênin.

A conclusão fundamental que pode ser extraída dessa longa experiência é a de que o presente e o futuro da

humanidade dependem da construção desse instrumento de direção da mudança revolucionária, o Partido Comunista. 

José Carlos Ruy é jornalista.

Notas

- AMAZONAS, João – *Autêntica Organização de vanguarda*. SP, Centro de Cultura Operária. s/d.
- CRUZ, Humberto M. da – *Lênine e o Partido Bolchevique*. Lisboa, Seara Nova, 1976
- ENGELS, Friedrich – Contribuição ao problema da habitação. In Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras escogidas*. T. 1, Madrid, Ed. Ayuso, 1975
- _____ – El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado. In Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras escogidas*. T. 2, Madrid, Ed. Ayuso, 1975
- ENGELS, Friedrich e Marx, Karl – *Le parti de classe. IV. Activités de classe du parti*. Introduction et notes de Roger Dangeville. Paris, François Maspero, 1973.
- GRUPPI, Luciano – *O pensamento de Lênin*. RJ, Graal, 1979
- JOHNSTONE, Monty – *Lênin e a revolução*. In E. J. Hobsbawn. *História do Marxismo*. V. 5, RJ, Paz e Terra, 1985
- JOHNSTONE, Monty – Partido, verbete em Tom Bottomore (org). *Dicionário do Pensamento Marxista*. RJ, Zahar, 1988
- JOHNSTONE, Monty – Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In E. J. Hobsbawn. *História do Marxismo*. V. 6, RJ, Paz e Terra, 1985
- LÊNIN, V. I. – Que fazer? – Problemas candentes de nosso movimento. In *Obras escolhidas*. T. 1. SP, Alfa-Omega, 1979
- _____ – Duas táticas da social democracia na revolução democrática. In *Obras escolhidas*. T. 1. SP, Alfa-Omega, 1979
- _____ – Um passo em frente, dois passos atrás (A crise do nosso partido). In *Obras escolhidas*. T. 1. SP, Alfa-Omega, 1979
- _____ – Reflexões sobre o período atual. In Fernandes, Florestan (org). *Lênin: política*. SP, Ática, 1978
- MARX, Karl – *Miséria da filosofia*. Lisboa, Edições Avante!, 1991
- MARX, ENGELS, LÊNIN, TROTSKY – *A questão do partido*. SP, Kairós, 1978 (coletânea de textos)
- MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich – Manifesto Comunista, in Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras escogidas*. T. 1, Madrid, Ed. Ayuso, 1975
- MILIBAND, Ralph – *Marxismo e política*. RJ, Zahar, 1979

Neoliberalismo e liberdade do capital (final)

Aldo Arantes

Suas conseqüências abrangem o desmonte dos estados e economias nacionais, e a proliferação da miséria e da concentração da riqueza

Com sua consolidação, a política neoliberal conquistou a hegemonia na grande maioria dos países e passou a ser a política oficial de organizações internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A síntese da política neoliberal passou a ser a desregulamentação da economia, a liberalização do comércio e as privatizações. Para a América Latina foram fixadas regras mais rigorosas e explícitas sintetizadas no chamado Consenso de Washington, cujo conteúdo básico envolve estabilização da economia, através do combate à inflação; ajuste fiscal com a eliminação do déficit público; redução do tamanho do Estado; privatizações das empresas públicas; abertura comercial com redução das alíquotas de importação; fim das restrições ao capital estrangeiro; fim das restrições às instituições financeiras internacionais.

Tais metas passaram a ser "condicionalidades" impostas pelas organizações internacionais como o FMI para liberar empréstimos, particularmente aos países dependentes.

Falando desta política Michel Chos-

sudovsky afirma: "Desde o começo dos anos 80, os programas de 'estabilização macroeconômica' e de 'ajuste estrutural' impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento (como condição para renegociação da dívida externa) têm levado centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento (...). O mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desregulamentação, liberalização do comércio e privatizações é aplicado simultaneamente em mais de cem países devedores. Estes perdem a soberania econômica e o controle sobre a política monetária e fiscal". (CHOSSUDOVSKY, 1999: p. 26)

Sobre as conseqüências econômicas deste processo o mesmo autor diz:

"O pacote de estabilização econômica do FMI tem, teoricamente, a intenção de ajudar os países na reestruturação de suas economias, com o fim de gerar superávit em suas balanças comerciais para que estes possam pagar a dívida e iniciar um processo de recuperação econômica. O que acontece é exatamente o contrário. O próprio processo de 'apertar o cinto' imposto pelos credores solapa a recu-

peração econômica e a capacidade dos países de quitarem suas dívidas (...). As medidas de austeridade levam à desintegração do Estado, remodela-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o mercado mundial. Essas medidas implicam muito mais que a gradual eliminação das indústrias de substituição de importações: elas destroem todo o tecido da economia doméstica". (Op. cit., pp. 59 e 60)

A conseqüência dessa política é uma concentração de rendas jamais vista. Apenas 358 bilionários dispõem de uma riqueza igual à da metade da população mundial, ou seja, 2 bilhões e 500 milhões de seres humanos. Falando sobre esse gigantesco processo de concentração de riquezas, afirmam Hans Peter Martin e Harald Schumann: "Um quinto dos estados do planeta (os mais ricos evidentemente) produzem 84,7% do produto mundial bruto, os seus cidadãos efetuam 84,2% das transações mundiais e possuem 85,5% de toda poupança interna. Desde 1960, a diferença entre o quinto dos paí-

ses mais ricos e o quinto dos países mais pobres mais do que duplicou”. (MARTIN & SCHUMANN, 1999: p. 36)

A resultante de tudo isso foi o debilitamento dos estados dependentes e o fortalecimento dos estados centrais e das grandes empresas multinacionais. As crises do Brasil, Argentina, e México são exemplos do debilitamento dos estados dependentes. Nos Estados Unidos, Alemanha e Japão evidencia-se o fortalecimento dos estados dominantes. Neste processo a potência hoje hegemônica, os Estados Unidos, foi a que mais obteve resultados se fortalecendo econômica, política e militarmente. Atílio Boron falando sobre esta questão afirma:

“Os estados, especialmente na periferia capitalista, foram conscientemente enfraquecidos, quando não selvagemmente sangrados, pelas políticas neoliberais a fim de favorecer o domínio sem contrapesos dos interesses das grandes empresas. (...) a realidade é que nossos estados são muito mais dependentes hoje do que antes, oprimidos por uma dívida externa que não pára de crescer e por uma ‘comunidade financeira internacional’ que na prática os despoja de sua soberania ao ditar as políticas econômicas docilmente implantadas pelos governos da região”. (BORON, 1999: pp. 48 e 50)

Os defensores do neoliberalismo, na formulação de sua política, partem de uma falsa análise das reais causas da crise fiscal. Afirmam que ela reside, essencialmente, nas demandas excessivas dos trabalhadores. Na verdade a causa mais importante da crise fiscal é o custo financeiro da dívida, tanto interna como externa – o que é omitido pelos neoliberais, pois se trata de um mecanismo para transferir recursos da esfera pública para a privada, no processo de acumulação capitalista.

Analisando o caso brasileiro essa questão fica evidente. Nos acordos fir-

mados com o FMI o país é obrigado a produzir um superávit primário, onde não se incluem os gastos com as dívidas interna e externa. Para atingir este resultado o governo corta recursos da educação, saúde, reforma agrária, construção de estradas e investimentos.

Tal situação é retratada no Orçamento da União. Dos recursos orçamentários da União, para o ano 2000, 43,17% são destinados ao pagamento dos encargos financeiros da dívida. Enquanto isso se destina 6,09% para o Ministério da Saúde, 3,78% para o Ministério da Educação, 1,35% para o Ministério da Agricultura e Abastecimento, 0,52% para o Ministério Extraordinário da Política Fundiária, 0,22% para o Ministério do Meio Ambiente e 0,09% para o Ministério da Cultura.

Parece inacreditável. Mas esta é a realidade. A prioridade fundamental da política econômica brasileira é o pagamento das dívidas. Tanto assim que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe drásticas sanções a governadores e prefeitos; no entanto, diz claramente que os gastos com o pagamento da dívida estão fora dessas limitações. Aí, portanto, reside o problema fundamental do déficit público enfrentado pelo Estado brasileiro.

Para esconder do público qual a sua verdadeira natureza, fala-se em déficit primário que não inclui os custos financeiros da dívida. A opção é clara ao manter os escorchantes compromissos com os credores à custa da recessão, do desemprego e dos cortes orçamentários em áreas decisivas para a população brasileira. Este modelo é repetido em todos os países do mundo que seguem as diretrizes do Fundo Monetário Internacional.

Sem limitações para a acumulação capitalista

O neoliberalismo é uma política adotada pelos capitalistas como forma

de alcançar a liberdade máxima para o capital, à custa dos trabalhadores e dos países dependentes. Ele representa, em certa medida, um retorno ao capitalismo selvagem, sem limitações, no processo de acumulação capitalista.

No final da II Guerra Mundial o neoliberalismo era uma corrente de pensamento completamente marginal. As concepções keynesiana e socialista tinham larga influência. Todavia diante da crise do sistema capitalista, do esgotamento do caminho keynesiano e da crise do socialismo o neoliberalismo ganhou a hegemonia mundial. A imperiosidade de retomar um amplo processo de acumulação capitalista à custa dos trabalhadores e dos países dependentes tornara-se necessária e possível. Já não era mais preciso tomar medidas sociais para enfrentar o risco de uma revolução. Agora havia condições de se colocar em prática, sem maiores limitações, o objetivo fundamental do capitalismo: a obtenção da maior taxa de lucros possível.

Por outro lado, com a “revolução tecnológica” criaram-se condições objetivas para uma aceleração da internacionalização do capital, particularmente no campo financeiro. Com isso o capitalismo precisou romper as amarras das limitações “nacionais” e da política de “proteção social” para assegurar o aumento de seus lucros.

A adoção do modelo neoliberal conduziu a um aumento da taxa de lucros. No entanto o aumento da lucratividade não representou um crescimento na atividade produtiva. Pelo contrário, grande massa de recursos foi deslocada da esfera produtiva para a esfera especulativa e financeira. Tanto assim que a economia mundial, que cresceu a um ritmo de 5% ao ano entre 1950 e 1973, entrou em crise e, entre 1974 e 1980, teve um crescimento negativo de menos de 3,5%. Apesar de todas as políticas adotadas teve um crescimen-

to medíocre, em torno de 2% nos últimos anos. Para atingir tal objetivo a desregulamentação das economias, a liberalização do comércio e as privatizações passaram a ser questões centrais, colocadas em prática através dos organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Distante da aparência das idéias neoliberais, neste modelo, o Estado continua jogando importante papel no incremento na acumulação capitalista. No entanto esta ação se desenvolve de forma nova. Adota-se uma política de redução da participação do Estado na esfera produtiva, mas ele age sob outras formas com o mesmo objetivo: aumentar a acumulação capitalista. Reduz-se impostos das camadas mais ricas, através da diminuição dos impostos diretos, sobre a renda e a riqueza, para aumentar a "saudável desigualdade" defendida pelos neoliberais. Amplia os impostos indiretos, particularmente o imposto sobre o consumo, tão amplamente divulgado com o nome de imposto sobre o valor agregado. Esse imposto recai sobre uma base mais ampla da sociedade atingindo de forma indiferente tanto quem tem mais recursos como aquele que tem menos. É um imposto regressivo, que já vigora em vários países do mundo. No Brasil o setor empresarial e o governo pregam

sua adoção como parte das chamadas reformas estruturais.

Por outro lado o Estado investe no saneamento do setor financeiro, como no caso do PROER, no Brasil. Financia as privatizações, como tem feito o BNDES, beneficiando também as empresas estrangeiras. Realiza o chamado ajuste fiscal com cortes orçamentários que trazem graves consequências para a vida do povo. Realiza a chamada reforma estrutural, cuja essência é a privatização, a abertura comercial, a desregulamentação da economia e do fluxo de capitais e a redução dos "custos sociais" para aumentar a lucratividade. Tenta realizar a reforma política para garantir a "governabilidade" para a continuidade da política neoliberal. As consequências de tudo isso têm sido o desmonte das economias nacionais dos estados dependentes, o agravamento da concentração da renda, o crescimento da riqueza nas mãos de poucos e o aumento da exclusão social e da miséria para milhões.

Uma das consequências mais graves é o crescimento acelerado do desemprego – conjuntural, decorrente das políticas recessivas, e o desemprego estrutural, decorrente da adoção de novas tecnologias. Estas inovações tiveram como resultado um aumento da produtividade do trabalho e um aumen-

to dos lucros. O caminho natural seria que tal aumento da riqueza social fosse compartilhado com os trabalhadores. Todavia ocorreu exatamente o inverso. A concentração da riqueza aumentou sob a alegação de que o Estado não deveria intervir em favor dos trabalhadores. É bom lembrar que após a revolução industrial, com a introdução das máquinas na produção industrial, o aumento da produtividade terminou por levar a uma redução da jornada de trabalho, através da luta da classe operária.

Fica evidente que o neoliberalismo é uma versão moderna do velho liberalismo combatido há muito e, por algum tempo, superado. Longe de representar idéias avançadas ele representa um retrocesso tanto teórico como político, com sérias consequências sociais. Todavia tal concepção já encontra hoje forte resistência. Já se pode perceber que uma nova onda de crescimento do pensamento progressista começa a ser levantada no mundo. Vai se desmanchando no ar a idéia de caminho único, de fim da História.

Aldo Arantes é deputado federal pelo PCdoB/GO, advogado e mestrando em ciência política na UnB.

Notas

BORON, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1999.
MARTIN, Hans-Peter e Harald Schumann. *A armadilha da globalização*. 2ª ed. Lisboa, Portugal: Terramar, 1999.

Assine

Princípios

- Revista Princípios (4 edições) R\$ 30,00
 Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) R\$ 45,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Fone _____ Profissão _____ e-mail _____

Forma de pagamento:

- Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ _____
 Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)
 Cartão Credicard ou Visa n.º _____ validade ____/____/____

Data ____/____/____

assinatura do cliente



Reprodução de José Silveira Ramoyel

Manifestação de rua saúda o Movimento de 30.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

1930-1935

Diorge Konrad

Do isolamento inicial à grande ação de massas com a Aliança Nacional Libertadora

A DÉCADA DE 1930, no Brasil e no mundo, caracteriza-se como um dos períodos mais complexos da nossa história recente. A grande crise do capitalismo e, conseqüentemente, de sua ideologia liberal; a decadência da hegemonia do capitalismo da Inglaterra e a ascensão dos Estados Unidos; a experiência de socialização na URSS; e o totalitarismo do nazismo e do fascismo na Europa, acirraram as contradições entre as potências mundiais. Como decorrência dessa situação, o Brasil enfrenta um momento decisivo em sua demorada transição ao capitalismo.

Com o sucesso do Movimento de Outubro de 1930, finalmente as diferentes frações da burguesia conquistaram o poder político do Estado,

mesmo sem realizar as mudanças estruturais de que o país necessita. Os conflitos internacionais estavam gestando a II Guerra Mundial, iniciada em 1939. Nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil participou da ação política no país; por um lado, influenciado pela direção da III Internacional, mas, por outro, procurando entender a realidade sócio-econômica e política em que atuava. É nessa conjuntura que devemos entender os avanços e recuos de sua atividade revolucionária.

O Movimento de 1930 e a posição do Partido

Ao iniciar o ano de 1930, os efeitos da Crise econômica de 1929 aumentam as

divergências entre aqueles que apóiam politicamente os fundamentos da República Velha, baseada no modelo monocultor de exportação, e os que defendem um novo modelo econômico.

Essas divergências políticas ganham uma bipolaridade no seio das classes dominantes brasileiras que disputaram eleitoralmente a Presidência da República, divididas entre as que apoiavam a manutenção da Primeira República e a dissidência oligárquica do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. As candidaturas dividiram-se, respectivamente, entre as propostas de Julio Prestes e de Getúlio Vargas.

Com a derrota deste último, cujos apoiadores buscavam explicar o desenlace eleitoral pela fraude, não aceitan-

do o resultado, iniciou-se a preparação de um movimento civil-militar que culminou, em outubro desse ano, no chamado Movimento de 1930, levando ao poder Getúlio Vargas.

No entanto, a tática de “classe contra classe”, decidida pelo VI Congresso da Internacional Comunista (IC), fez com que o Partido Comunista do Brasil, como seção brasileira daquela associação, apresentasse uma avaliação equivocada do Movimento que colocou em contradição forças políticas diferenciadas das classes dominantes. Em editorial de outubro de 1930, *A Classe Operária*, órgão central do Partido, divulga a opinião de que as dissidências remasaram os dois bandos da política coronelista, pois a guerra civil seria uma ação reacionária dos generais a serviço dos imperialistas em luta. Ou seja, o Movimento de 1930 não teria passado de uma luta local entre as oligarquias que apoiaram ou o imperialismo inglês ou o imperialismo norte-americano. Nesse sentido, o Partido conclama as massas exploradas para a conquista do poder operário e camponês baseado nos Conselhos de Operários, Camponeses, Soldados e Marinheiros. Não entendeu o Partido que “o movimento vitorioso desaloja do poder importantes agrupamentos de forças

O Partido

considerou o

Movimento de 30

mera luta entre

facções oligárquicas,

e ficou à

margem dele

reacionárias e adota medidas de caráter democrático-burguês”, mesmo sendo dirigido pela “burguesia em aliança com setores de latifundiários” ou sem tocar “no monopólio da terra” nem “impedir a penetração do capitalismo”. (1)

Esse erro de avaliação deriva de uma deficiência estrutural do Partido, caracterizada por uma limitada interpretação da realidade brasileira e do processo de luta de classes em curso – aliada ao pouco conhecimento do marxismo pois *O Capital* sequer havia sido publicado no Brasil. Completa esse quadro, a pequena organização do Partido nos estados, seguida de uma análise generalizante e uniforme, a partir da indicação da IC, que considera países como o Brasil, e o restante da América Latina, “semicoloniais”. O sectarismo prevalece tornando-se uma forma idealista de estabelecer a realidade, levando à defesa estreita de uma mudança revolucionária apenas com o operariado, os soldados e os marinheiros. A precária organização das massas para uma mudança rumo à revolução do modo de produção, combinada com a inexistência de um Partido coeso politicamente, leva o Partido Comunista a uma visão mecânica sobre o Movimento de 1930.

Decidido que o Partido Comunista do Brasil não apoiaria esse Movimento, um dos resultados foi a instalação, em Itaqui, no Rio Grande do Sul, de um Soviete (Conselho) local, o qual teve duração efêmera pois os seus líderes foram fuzilados pelas forças da Aliança Liberal; base de apoio a Getúlio Vargas. Ainda em 17 de abril, *A Classe Operária* publica uma resolução da Internacional Comunista, de fevereiro desse mesmo ano; resolução essa que entendia como oportunistas as resoluções do III Congresso do Partido, ao mesmo

tempo em que afirmava que o Bloco Operário e Camponês havia sido organizado para colocar o proletariado a reboque da burguesia.

A conjuntura política, descrita acima, coincide com o lançamento, em 3 de maio de 1930, de um Manifesto de Luiz Carlos Prestes, no qual define sua posição antiimperialista e antilatifúndio. Esse manifesto constituiu-se como resultado do amadurecimento político do principal líder tenentista da década de 1920 e, conseqüentemente, a sua maior aproximação ao marxismo e às teses do Partido Comunista do Brasil.

Prestes, que havia sido convidado por Vargas para ser o comandante militar da revolução em curso, declina do convite e rechaça a orientação política da Aliança Liberal. Entretanto, o extremo antiprestismo, na direção central do Partido, impede a aproximação efetiva de Prestes; tanto que, em maio de 1930, a Conferência do Secretariado Sul-Americano da IC propõe novas relações entre os comunistas e o líder revolucionário brasileiro. Mesmo assim, a filiação do mesmo ao Partido não acontece, fazendo com que ele, de Buenos Aires, funde a Liga de Ação Revolucionária (LAR), de duração momentânea.

Entretanto, a tática de classe contra classe, implementada pela direção do Partido desde o III Congresso de 1928-29, coloca em prática uma política de oposição aos “elementos pequeno-burgueses” – resultando no afastamento de Paulo Lacerda, Basbaum, Fernando de Lacerda e Astrojildo Pereira de sua direção –, incluindo a crítica ao “prestismo”. O obreirismo, em aplicação na política cotidiana do Partido, impediu por largo tempo a aproximação de Luiz Carlos Prestes, e outros “tenentes”, ao Partido, apesar da defesa de tal líder das suas principais teses. Por outro lado,

umentavam os desentendimentos no interior do Partido, tanto em sua composição social quanto em sua direção política, que analisa a realidade de forma empírica, conseqüentemente dogmática.

Se é certo que o Movimento de 1930, iniciado em 3 de outubro, ao transformar-se em Governo Provisório, não havia rompido de forma revolucionária com a estrutura sócio-econômica desse mesmo ano, ele começava a colocar em prática medidas de reformas do sistema eleitoral e da legislação trabalhista e sindical. Reivindicações que estavam na linha de frente das lutas operárias das décadas anteriores. Essa situação fez com que, rapidamente, as grandes massas trabalhadoras e setores importantes da pequena burguesia passassem a apoiar o novo governo, isolando politicamente as posições do Partido.

Em novembro de 1930, um dos fundadores do Partido em 1922, e seu secretário-geral, é afastado da direção, acusado de resistir à “proletarização”. Nesse quadro, o Partido não consegue construir uma direção efetiva; tanto que em janeiro de 1930, Heitor Ferreira Lima torna-se o novo secretário-geral. Mas, este logo seria substituído por Fernando de Lacerda, em junho.

A posição de Prestes evolui para a carta aberta de março de 1931, na qual critica os participantes dos movimentos de 1922 e 1924, e também os da Coluna Prestes que aderiram a Vargas, acusando-os de se terem colocado no campo do inimigo. Simultaneamente, proclama sua fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário, chamando as massas a se organizarem nas fileiras do Partido.

A tática sectária e esquerdista do Partido, por sua vez, além de impedir que crescesse a consciência das massas rumo a mudanças mais avançadas, contribuía para que, uma vez

consolidado o governo de Vargas, este continuasse a reprimir as manifestações organizadas pelo Partido, ainda na clandestinidade. A repressão policial prende centenas de trabalhadores e comunistas, muitos enviados para as prisões da Ilha Grande e de Fernando de Noronha, além de assassinar outros, ainda em 1931.

No interior do Partido, a política de “proletarização” continua; tanto que em janeiro de 1932, assume a secretaria geral o operário José Vilar (“Miguel”). Mas, este não resiste muito tempo. E, em maio, uma Reunião Ampliada do Comitê Central reorganiza a direção do Partido, tomando-se secretário-geral Caetano Machado.

Em 9 de julho de 1932, eclode em São Paulo a revolta dos aliados do poder político em outubro de 1930. Sob o pretexto da reconstitucionalização, os paulistas vão à guerra civil contra o governo central. Getúlio Vargas, agora fortalecido com o apoio político do Tenentismo – a maioria dos “tenentes” que o apoiaram em 1930 tornaram-se interventores estaduais, ou outros cargos importantes do governo –, reprime rapidamente o movimento.

O Partido, mantendo sua linha política, critica, ao mesmo tempo, o governo de Getúlio e os golpistas de São Paulo. Clama às massas a lutarem por suas reivindicações imediatas: contra o imperialismo e o latifúndio e, novamente, pela transformação da luta armada, entre os grupos das classes dominantes, numa luta pela instauração de um governo operário e camponês.

Como um dos resultados dessa posição esquerdista, após o “Movimento Constitucionalista”, e, como nova estratégia de governo, Vargas começava a se afastar dos “tenentes” progressistas, organizados em torno do Clube 3 de Outubro, aproximando-se das lideranças conservadoras de São Paulo. Com vistas a barganhar na Assembléia

Constituinte, eleita em 3 de maio de 1933, e, ao mesmo tempo, consolidar o poder de seu Governo Provisório, Vargas e seus aliados atuaram na Constituinte com vistas a elaborar uma Carta que, promulgada em 19 de julho de 1934, tornou-se uma mescla de antigas reivindicações dos trabalhadores, com características reformistas dentro de posições liberais e populistas do governo. Nesse momento, a tática do governo foi uma aliança com a oposição paulista, na busca do abrandamento da luta de classes e da ascensão dos movimentos sociais, então em curso. Essa estratégia levou Vargas a ser eleito Presidente da República, de forma indireta, em 1934.

Parte do campo do tenentismo que aliara-se a Vargas em 1930, passou a tomar posições mais radicais, dividindo-se entre os que tomaram o rumo conservador – aliados à Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932, que tinham a complacência do governo –, e aqueles que, aos poucos, aderiram ao antifascismo.

Em 1933, o Partido passa a apoiar e incentivar as manifestações contra a guerra e o fascismo, afastando-se um pouco de seu isolamento político da formação social brasileira. Concomitante a isso, concorre às eleições para a Constituinte, a partir das legendas “União Operária e Camponesa”,

Em 1933, o Partido

passa a realizar

manifestações

contra a guerra

e contra o fascismo,

saindo do

isolamento

no Rio de Janeiro, e “Trabalhador ocupa o teu posto!”, no Recife. Álvaro Ventura, integrante do Partido, é eleito à Constituinte, como representante classista.

Entretanto, as divergências na direção central do Partido continuavam. Em julho de 1933, novamente ocorre uma reorganização da direção nacional, quando Duvitiliano Ramos, também operário, assume a Secretaria Geral. Nessa nova escolha, Antônio Maciel Bonfim (“Miranda”), passa a fazer parte do secretariado.

Nova ascensão dos movimentos populares

No início de 1934, as greves e os movimentos sociais passaram a ganhar mais espaço na luta social brasileira, resultando em um ascenso do movimento operário. Às greves da Leopoldina e da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em abril, seguiu-se a greve geral dos bancários, dos marítimos, dos telegrafistas, dos operários da City em Santos, da Cia. Força e Luz em Belo Horizonte, da São Paulo Railway, em Belém, etc.. Nessa época foi realizado um Congresso Sindical Nacional, quando organizou-se a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB).

No Primeiro de Maio desse ano, apesar da proibição da polícia, realizaram-se manifestações em todo o país. No Rio de Janeiro, os operários reagiram à bala à intervenção policial, havendo diversos feridos e presos; e em Recife, dois trabalhadores foram mortos e mais de vinte feridos devido a um ataque a uma passeata, a tiros, por parte da polícia.

Nesse contexto de ampliação dos movimentos sociais, o Partido Comunista do Brasil mais uma vez sofria mudanças em sua direção. Antônio Maciel Bonfim despontava como liderança, enquanto seus prin-



Comício da ANL

Reprodução de José Silveira Rangel

cipais críticos – Heitor Ferreira Lima, Corifeu de Azevedo Marques e Mário Grazini – eram afastados.

Logo após, o Partido realizava, entre 8 e 10 de julho, a sua I Conferência Nacional, com o objetivo de reestruturar a sua direção e eleger os delegados brasileiros ao VII Congresso da IC. Essa Conferência fez um apelo aos comunistas a fim de promover em todo o Brasil manifestações contra a guerra, a reação e o fascismo, entre 1º e 23 de agosto desse mesmo ano; e, ao mesmo tempo, conclama para o fortalecimento do Partido. O documento dessa Conferência foi publicado no jornal *A Classe Operária*, edição de 1 de agosto de 1934.

A delegação brasileira, que foi a Moscou para participar do Congresso da IC, teve em sua composição Antônio Maciel Bonfim – o Miranda –, eleito como secretário-geral do Partido. Pelo fato de o VII Congresso da IC ter sido adiado, foi realizada, na capital da União Soviética, uma Conferência dos representantes dos Partidos Comunistas da América Latina. Lá, os representantes brasileiros transmitiram dados idealizados, e não condizentes, sobre a realidade brasileira, afirmando que o Brasil encontrava-se às portas de um movimento revolucionário, o qual contava com

apoio maciço das Forças Armadas. As lideranças da Internacional passaram a se interessar mais especificamente, a partir dessas informações, sobre as possibilidades revolucionárias do Brasil.

Por decisão da IC, no primeiro dia de agosto, Prestes, que neste momento residia em Moscou, ingressava ao Partido. O fato foi noticiado pelo *A Classe Operária*. Ao mesmo tempo, ampliavam-se os comícios, promovidos por inúmeras organizações proletárias e populares, contra a guerra e o fascismo. Preparava-se, então, o I Congresso Nacional de Luta contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, realizado no Rio de Janeiro, no Teatro João Caetano, em 23 de agosto, como resultado das inúmeras conferências em todos os estados. Comandou a organização desse Congresso, entre outras entidades, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que chamava para um grande comício diante da Central do Brasil. Os participantes, após a reunião, dirigiram-se ao Teatro João Caetano, com faixas e palavras de ordem contra a guerra e o integralismo, por pão, trabalho, terra e liberdade. Participaram, do mesmo, representantes do Socorro Vermelho do Brasil, da Juventude Comunista e do Partido. Depois do comício, a

Polícia Especial, a Polícia Militar e investigadores da Ordem Política e Social atiraram contra os manifestantes, na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, havendo dois mortos e dezenas de feridos. Esse episódio resultou do recrudescimento da luta de classes; tanto que dois dias após esse incidente, iniciava-se a greve dos trabalhadores da Cantareira, com a participação de três mil operários, em protesto contra a chacina do João Caetano. O movimento foi acompanhado por uma generalização do movimento grevista, com a adesão de caixeiros e pedreiros de Niterói, padeiros do Distrito Federal, Cia. Circular da Bahia e marceneiros. Em consequência, a polícia fechava a Federação Proletária do Rio de Janeiro.

A luta antifascista e a criação da Aliança Nacional Libertadora

A participação política do Partido nesses movimentos ampliou sua base de apoio na sociedade; tanto que, em setembro de 1934, ingressava ao Parlamento Federal um representante do Partido Comunista do Brasil, tomando a posição de desmascaramento dos representantes das classes dominantes e do imperialismo. Ao mesmo tempo, o Partido trabalhava para organizar uma frente única de luta de todos os trabalhadores e de todo o povo contra a guerra e o fascismo. Nesse momento, surgia o *Jornal do Povo*, órgão de massas do Partido, que teve vida efêmera, sendo logo fechado pela polícia.

Ainda em setembro, de 23 a 29, foi realizada a I Semana Nacional Antiguerreira, promovida pelo Comitê Nacional de Luta contra as Guerras Imperialistas, a Reação e o Fascismo. Em 7 de outubro, o Partido dirigiu as forças populares antifascistas que dissolveram uma manifestação armada dos integralistas, no Largo da Sé, em

São Paulo. No restante do país, os comunistas tomavam a frente na luta contra os integralistas, particularmente no Rio de Janeiro, Petrópolis, Campos, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, era organizada a Comissão Política e Popular de inquérito para a luta contra os crimes da reação, multiplicada por todo o Brasil. São esses movimentos antifascistas e antiimperialistas que culminaram na formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935; em grande parte, impulsionada pelo Partido.

Alguns integrantes do Partido, entretanto, temiam que o mesmo pudesse ser incorporado por uma frente da dimensão da ANL, caracterizada por muitos como organização pequeno-burguesa, a exemplo do que havia acontecido entre 1927 e 1928, na experiência do Bloco Operário e Camponês (BOC), quando os comunistas praticamente foram dissolvidos nessa organização. Em um artigo para *A Classe Operária*, Lauro Reginaldo da Rocha ("Bangu"), referia-se aos "perigos do nacional-reformismo da Aliança Nacional Libertadora". (2)

A necessidade de um jornal de massas retornou em 1935, com a publicação de *A Manhã*, logo no início do ano. A retomada das greves e um novo ascenso do movimento de massas exigia dos comunistas a criação de meios mais abrangentes para a defesa de suas idéias e para sua propaganda política e ideológica. Assim, um periódico de amplitude externa ao Partido possibilitaria sua inserção em camadas mais amplas da população.

Em seguida, em 30 de março, era lançada oficialmente a ANL e seu Manifesto-Programa. Este fato marcou o surgimento da maior frente antifascista, antiimperialista e antilatifundiária que até então havia existi-

do na formação social brasileira. No Manifesto, surgiu a defesa do cancelamento das dívidas externas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda sua plenitude; a entrega dos latifúndios ao povo que neles trabalha e a libertação dos camponeses; o fim da exploração dos tributos "feudais" pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc; a defesa de pequena e média propriedade contra a agiotagem e contra qualquer execução hipotecária; pela exploração das riquezas nacionais; pela diminuição dos impostos; pelo aumento dos salários e ordenados; e por medidas efetivas de amparo social ao trabalhador.

As forças conservadoras, apoiadas em ampla campanha da imprensa, acusavam a ANL de ser uma organização comunista "a serviço de Moscou". Na verdade, a Aliança não era uma criação exclusiva do Partido, nem contava com uma direção exclusivamente comunista. A sua amplitude política contava com o apoio de socialistas, anarquistas, trotsquistas e, até, de liberais democráticos, com uma composição social que abrangia desde o proletariado, passando por militares, pequenos empresários, comerciantes e proprietários de terras e outros setores da pequena burguesia. Isso fez com que em apenas três meses de organização legal, o movimento aliancista conseguisse organizar mais de 1.600 diretórios em todo o Brasil, abrangendo desde os núcleos políti-

A ANL era

ampla e tinha

o apoio das

forças democráticas

e progressistas

cos; como os núcleos específicos de trabalhadores e estudantes. Seu conteúdo programático – amplo para o contexto da época, apesar de ter pontos em comuns com o do Partido Comunista do Brasil –, na verdade, representou mais um conjunto de propostas de reformas democrático-burguesas para a dinamização do capitalismo, do que qualquer proposta de socialização do país.

Entretanto, tais mudanças, continham uma radicalidade para o momento. Isto fez com que a oposição à Aliança também crescesse, rearticulando as classes dominantes, principalmente o empresariado, os legislativos e executivos, a parcela majoritária da imprensa e da Igreja Católica. O governo preparou uma Lei de Segurança, criticada pelo Partido, em artigo assinado por “Bernardo”, em *A Classe Operária*, na sua edição de 11 de março de 1935. Como resultado das articulações conservadoras, em 4 de abril, foi aprovada no Congresso a famigerada Lei de Segurança Nacional (LSN), que procuraria evitar a ascensão em curso dos setores populares e democráticos.

Em abril, de forma clandestina, Luiz Carlos Prestes, acompanhado de Olga Benário, chegava ao Brasil. Juntamente com eles, o argentino Rodolfo Ghioldi, o alemão Arthur Ernst Ewert e sua esposa Elise Ewert, o belga Leon Jules Vallé e o norte-americano Victor Allan Barron; todos integrantes da IC que vinham ao país para apoiar o movimento revolucionário.

Através da ANL, o Partido aparecia para amplas massas da população, em um momento de efetivo êxito da organização partidária, tornando-se linha de frente no combate ao fascismo e seu similar nacional, o integralismo. Ao mesmo tempo, ampliava-se o relacionamento com amplas camadas da

população. Na prática – apesar de não ter havido, oficialmente, mudança na tática “classe contra classe” –, essa abertura fez com que o sectarismo, o anti-prestismo e o obreirismo perdessem espaço, resultando em nova aproximação de intelectuais, militares e outros setores oriundos da pequena burguesia ao Partido.

Logo após, em abril, através de carta à direção da ANL, Luiz Carlos Prestes aderiu à organização, tornando-se logo seu Presidente de Honra. Por seu prestígio adquirido perante a sociedade brasileira, a Aliança logo passou a ter a adesão de milhares de integrantes por todo o Brasil. Ao mesmo tempo, depois de um longo período de afastamento das grandes massas da população, a frente formada em torno da ANL proporcionava maior visibilidade ao Partido Comunista do Brasil, que crescia junto com o aliancismo, por meio da luta antifascista.

Mas, em 5 de julho de 1935, Prestes lançaria outro Manifesto, conclamando todos os brasileiros a “se unirem contra o fascismo e o governo odioso de Vargas”. Dessa forma, propunha a composição de um “Governo Popular Nacional Revolucionário”, com a palavra de ordem “Todo Poder à ANL!”. É o argumento que faltava para o governo Vargas colocar em prática medidas repressivas contra a Aliança. Baseado na Lei de Segurança Nacional, recém-criada e batizada pelos setores progressistas como “Lei Monstro”, imediatamente era decretado o fechamento da Aliança, que



Iconographia

Os fundadores do Partido.

passaria a viver na ilegalidade. Em seguida, era fechada a União Feminina do Brasil (UFB) e a CSUB.

Entre o final de julho e o início de agosto, foi realizado, em Moscou, o VII Congresso da IC, que, sob a liderança de Dimitrov, mudava a tática da III Internacional e a orientação aos Partidos Comunistas a ela filiados, propugnando a mudança da tática “classe contra classe” para a de “formação de frentes amplas contra o fascismo”. Nesse Congresso, o exemplo da ANL foi utilizado como forma desenvolvida de combate ao inimigo maior dos povos nesse momento: o fascismo. E, ainda, Prestes passava a fazer parte da direção da IC; situação essa que possibilitou sua eleição, em novembro de 1935, como membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

Diorge Konrad é doutorando em História Social do Trabalho da Unicamp e Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (RS).

Notas

(1) POMAR, Pedro. “O povo conquistará a verdadeira independência”. In: *A Classe Operária* n. 68, setembro de 1972.

(2) VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 135.

Neoliberalismo e desregulamentação trabalhista: a investida contra os portuários de Santos

Paula Beiguelman

A “modernização” e o início das demissões em massa

Vencido em 1980 o prazo da concessão quase centenária à firma Guinle para a exploração privada dos serviços da Companhia Docas de Santos, constitui-se a estatal Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo) vinculada ao Ministério dos Transportes.

NÃO TARDAVA e tinha início um movimento empresarial reivindicando a “modernização” (privatização) por fim instituída pela lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993. Pretendia-se através de investimentos de aproximadamente um bilhão de reais, novos guindastes e esteiras facilitadoras do movimento de cargas, ele-

var a produtividade, ou seja, otimizar a atividade com menos custos. Faziam-se licitações para administrar por arrendamento os terminais de contêineres, num ambiente de competição entre os operadores. Dessa forma, mais de dois terços das áreas arrendáveis do Porto de Santos já se encontram, pela ação da Codesp, sob

domínio temporário do setor privado.

Quanto à própria estatal, passou com a Lei dos Portos a ser uma empresa com papel apenas estratégico de administradora e autoridade portuária, cuidando da implantação de projetos de infra-estrutura básica, manutenção das profundidades do estuário e fiscalização do cumprimento das normas legais de segurança. Correlatamente, a tarifa portuária cobrada pela empresa era reduzida.

Com a Codesp saindo das operações portuárias, houve transferência de renda do setor público para o privado, uma vez que os operadores portuários pré-qualificados pela empresa assumiram funções da estatal e absorveram parte de suas receitas. Com



efeito, é a eles que incumbe executar as atividades de embarque e descarregamento de mercadorias, outrora a cargo da Cia. Docas de Santos e posteriormente da Codesp. Também os armadores (empresários navais) se beneficiaram com a redução da tarifa portuária e outras possibilidades abertas pelas modificações técnicas.

Os investimentos voltados para a agilização das operações, com vistas ao aumento da produtividade, embutiam um propósito de reduzir o contingente de trabalhadores. Com a meta de utilizar menos pessoal, até se chegou a propor um Adicional de Indenização ao Trabalhador Portuário, para estimular o desligamento voluntário; pretendia-se suprimir pelo menos a metade do quadro. Contudo, os portuários não se interessaram por tal programa: não cogitavam de indenização e sim de preservar o seu trabalho.

Mesmo assim, a redução do contingente se processava, visto que a automação redundava numa solicitação menor de mão-de-obra para as tarefas portuárias. Se não se conseguia reduzir na proporção pretendida de 50%, pelo menos um quarto dos trabalhadores acabou desistindo do porto, em decorrência da precarização das oportunidades de trabalho.

Para os empresários, porém, isso não era suficiente. Todavia, para ir além, era necessário enfrentar os sindicatos portuários, especialmente o dos estivadores, e promover a desregulamentação das relações trabalhistas no porto, retirando do sindicato um direito histó-

rico vigente há mais de 60 anos.

Como é sabido, no modelo econômico do pós-1930 o Estado provia a que fosse proporcionado ao trabalho urbano aquele mínimo de condições e remuneração que o puro jogo entre oferta e demanda no mercado de mão-de-obra tendia a negar-lhe. No caso dos portuários, ainda mais pelo caráter estratégico de sua atividade, a nova legislação trabalhista propiciou substancial melhora de qualidade de vida. Um sindicato coeso zelava pela defesa da categoria, ao mesmo tempo que enfrentava os abusos e a má gestão da Cia. Docas (a concessionária) além de participar das lutas antiimperialistas no plano nacional e praticar a solidariedade antifascista no âmbito internacional.

Foi assim que se estabeleceu um sistema que levava em conta o fato de serem os estivadores trabalhadores "avulsos", não vinculados a uma companhia determinada através de contrato: diversamente, eles se apresentam todos os dias ao porto, oferecendo seus serviços às agências de navegação que deles necessitem. Nessa condição de "avulsos" representava-os justamente o seu sindicato. Era este que contratava os serviços e os distribuía equitativamente entre os seus associados, além de administrar a vida jurídica, econômica e previdenciária de cada um deles. Essas relações de trabalho estavam definidas e reguladas na Seção VIII e no artigo 258 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A função do estivador consiste em retirar ou colocar cargas nos navios, trabalhando dentro deles e sendo aí responsável por tudo.

Tratando-se de um serviço irregular, sazonal por razões diversas, o artigo 258 da CLT, combinado com uma Portaria do Ministério do Trabalho, determinara que a admissão de novos sócios ao Sindicato se fizesse apenas quando, durante um mês, cada estivador tivesse trabalhado mais que um certo número de horas. Nesse caso, trabalhadores matriculados não pertencentes à corporação poderiam ser convocados e encaminhados ao Sindicato para a devida sindicalização, obrigatória para o exercício da profissão de estivador.

O trabalho era distribuído ao longo da faixa portuária nos diversos núcleos ("pontos") onde os estivadores se apresentavam e eram escalados para o serviço. Essa incumbência era encomendada ao Sindicato, cujo representante formava a equipe a ser enviada para cada navio, levando em conta inclusive a adequação física dos componentes dela.

A reação não se conformava com a remuneração razoável alcançada pelos sindicalizados; atribuía-lhes talvez apenas o direito ao salário mínimo. E culpava os alegados altos salários dos portuários (simplesmente compatíveis com o custo de vida) pelo congestionamento do porto: tal remuneração, particularmente o acréscimo denominado "salário-chuva" para ressarcimento pela exposição à insalubridade, seria a causa de se sentirem os armadores desencorajados a solicitar serviços extraordinários. Nas palavras de um militante da causa dos marítimos (1) ocorria apenas que "passara o tempo em que a maioria dos doentes nos hospitais de tuberculosos eram portuários". Não havia porque pretender que as condições de vida dos tra-

A reação culpava os salários dos portuários pelo congestionamento do Porto de Santos

balhadores regredissem, apenas “para não criar problemas aos Guinle e aos armadores”; ou que os trabalhadores “abdicassem de sair de casa nos seus poucos dias de folga”. (2)

Foi justamente contra esse vínculo com o sindicato – particularmente a intermediação para escalar a equipe de serviço solicitada – que o empresário do porto privatizado pela lei 8.630/93 investiu. O sistema lhe parecia retardar o objetivo da obtenção da “competitividade” através da utilização de menos mão-de-obra, uma vez que as equipes recrutadas incluíam, segundo sua opinião, mais trabalhadores que os necessários.

A própria lei 8.630 já sinalizava nessa direção anti-sindical, confirmada em 1998 pela lei 9.719. Assim, pelo novo método, a escalação dos portuários era transferida para o Órgão Gestor da Mão-de-Obra (Ogmo), entidade controlada pelos empresários e responsável pelo arrolamento dos trabalhadores.

Intensificavam-se pressões de toda ordem.

Em dezembro de 1999 eram divulgadas as conclusões de um estudo elaborado pelo Banco Mundial (Bird) acerca da lei brasileira de modernização dos portos. Nesse documento, a redução já alcançada do contingente de mão-de-obra era considerada insuficiente. E para atingir o nível adequado, propunha-se a reformulação das relações trabalhistas, sob a pretensa alegação de que na situação vigente os terminais eram levados a admitir número excessivo de trabalhadores.

Por sua vez, num artigo intitulado “A Equação Social dos Portos Brasileiros”, o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários observava que a modernização tecnológica acarretara um problema social, pois parte da mão-de-obra portuária tomara-se “irreversivelmente desnecessária” (sic).

O caso é que a mecanização se

intensificava e, em meados de julho de 2000, tanto a Codesp como os operadores portuários declaravam estimar que havia um excesso de mais de 5 mil trabalhadores entre os cerca de 11 mil inscritos no Ogmo. Sempre exagerando, os empresários reclamavam do fato de serem obrigados a negociar com os sindicatos que, na opinião patronal, escalavam muito mais trabalhadores que os suficientes. “Hoje, o desembarque com guindaste em um navio de contêineres exige 12 homens pelas regras acordadas com os sindicatos, quando apenas 5 seriam necessários”. O resultado, insistiam, era a elevação dos custos e a diminuição da “competitividade” do porto.

Determinadas a cortar pela metade o contingente dos trabalhadores nos dois anos subsequentes, as 62 empresas associadas ao Sopesp (Sindicato dos Operadores do Estado de São Paulo) informavam até que, preocupadas com o resultante “problema social grave”, já cogitavam de instituir um plano de desligamento voluntário, que previa a formação de um correspondente fundo de indenização.

Por sua vez, um consultor britânico sentenciava que a questão trabalhista exigia “vontade política”. E lembrava que a redução da força de trabalho portuária raramente é concretizada sem confrontos.

Em novembro de 2000 o Órgão Gestor de Mão-de-Obra (Ogmo) tentava executar ele mesmo a distribuição do serviço, mas os estivadores resistiram, paralisando o movimento de cargas no porto. O resultado foi um compromisso pelo qual o Ogmo (ao qual o dono do navio solicitava os trabalhadores) assumia formalmente a atribuição de escalar, mas aceitava a indicação do pessoal feita pelo sindicato.

Assim se procedeu durante 120 dias, até que em março de 2001, numa

nova investida, os empresários obtiveram uma sentença favorável na 6ª Vara do Trabalho de Santos, mandando cumprir a lei federal 9.719/98, que atribuía a escalação ao Ogmo.

No dia 27 de março eclodia a greve.

Às 9 horas uma passeata dos estivadores partia do cais em direção à Praça Mauá, no centro, fazendo a cidade parar. Segundo o presidente do Sindicato dos Estivadores, o protesto era motivado pela evidente incapacidade do Ogmo para praticar a escala. Com efeito, o critério a ser adotado por essa entidade era o de mero rodízio numérico, enquanto os sindicalistas selecionavam os trabalhadores também de acordo com a aptidão e condição física.

O movimento englobava os 6.452 estivadores (responsáveis pela retirada e colocação de cargas nos navios) e os 514 trabalhadores de bloco (aos quais competia a arrumação das cargas no porto). Nenhuma das duas categorias havia feito a transferência da escala para o Ogmo, e agora ambas se rebelavam contra a ameaça pendente nesse sentido.

No quarto dia de paralisação (30 de março) os presidentes dos sindicatos dos estivadores e dos trabalhadores de bloco eram notificados pela Justiça do Trabalho, que sujeitava suas entidades à multa diária de 50 mil reais.

Além disso, uma medida cautelar autorizava um grupo empresarial a desembarcar trigo importado sem a presença de estivadores, ou seja, com o recurso ao contrato (irregular) de outros trabalhadores.

No dia 2 de abril houve conflitos na altura do armazém onde isso ocorria. Em confronto com a Polícia Militar, sete estivadores ficaram feridos e outros 60 foram detidos e levados até o distrito policial. Além disso, um grupo de 40 estivadores ficou encurralado pela PM, abrigando-se numa casa próxima, residência de um cole-

ga estivador – local esse que foi cercado e invadido.

Parlamentares, o prefeito, lideranças políticas da região, procuravam interceder, dirigindo-se ao armazém onde se efetuava o desembarque contestado e se praticavam violências contra os portuários.

No dia seguinte (3 de abril) o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgava a paralisação, elevando a multa aos sindicatos para 200 mil reais diários. Ironicamente, dispunha-se que o dinheiro seria revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Apesar da sentença, que considerou abusiva a greve, cerca de mil estivadores, em assembleia realizada à noite no centro de Santos, decidiam manter a paralisação, que já completava oito dias.

O caso é que algumas empresas, munidas de liminares, rompiam o bloqueio e conseguiam operar os navios atracados sem requisitar a mão-de-obra dos portuários.

Ainda no dia 3, o Sindicato dos Estivadores ingressava no Fórum de Santos com pedido de cassação dessas liminares, alegando que, de acordo com a legislação portuária, só os estivadores podiam manipular cargas no interior dos navios.

De sua parte a Fiesp, em nota oficial, pedia ação firme ao governo estadual e informava estar trabalhando para que o governo federal acelerasse as negociações referentes ao plano de desligamento voluntário dos cerca de 6 mil trabalhadores – segundo sua estimati-

va – excedentes do porto. A entidade se queixava também dos prejuízos às exportações, ainda mais no início do escoamento das safras de soja e milho!

O presidente do Sindicato dos Estivadores orientava os companheiros a se manterem mobilizados de forma pacífica, evitando confrontos com a polícia e aguardando novas negociações afastados dos terminais.

Mas os entendimentos não progrediam. No dia 4, uma reunião com o Ogmo, em São Paulo, mediada por representantes do Ministério Público do Trabalho e com duração de cerca de sete horas, terminava sem acordo.

O Sindicato pretendia que se mantivesse praticamente o compromisso firmado em novembro de 2000. Entretanto, o próprio Ogmo era advertido pelo Ministério Público do Trabalho por não haver ainda aplicado adequadamente a Lei dos Portos e a de nº 9.719/98, no concernente à escalação, o que configuraria conivência com a posição sindical!

Após a reunião, os trabalhadores chegaram a ameaçar invadir o porto. Mas à noite, durante assembleia na Praça Mauá, decidiram aguardar a nova rodada de negociações marcada para o dia seguinte, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho, em São Paulo.

A essa altura, a CUT fazia saber que realizaria uma campanha de arrecadação de alimentos para os estivadores.

Também no dia 5 de abril não se chegou a um acordo. Bem ao contrário, o procurador-geral do Trabalho, que vinha mediando os encontros, se

retirava das negociações.

Os estivadores e os trabalhadores de bloco continuavam mobilizados, longe dos seus postos de trabalho e reunidos em frente à Prefeitura. E no mesmo 5 de abril, à noite, a assembleia decidia manter a greve por tempo indeterminado.

Contudo, acontecera um fato auspicioso. Na madrugada do dia 5, a Delegacia Regional do Trabalho interditara as operações efetuadas em dois navios, autuando e multando as respectivas empresas, por estar o trabalho de estiva sendo feito por tripulantes; tratava-se de uma infração, visto a legislação conceder exclusividade aos estivadores no manuseio de cargas no interior das embarcações.

Na manhã do dia 6, uma equipe de fiscalização determinava a suspensão das operações de outro navio que movimentava irregularmente carga em contêineres de um terminal.

Os estivadores viam com simpatia essas ações, esperando delas que se forçasse um acordo com o Ogmo. Indagado a respeito, o Delegado Regional do Trabalho, responsável pelas intervenções, respondeu que não tinha “dúvida nenhuma sobre isso”. Segundo ele, os navios estavam sendo autuados porque os tripulantes que substituíam os estivadores nos serviços de bordo não possuíam comprovação de treinamento em saúde e segurança no trabalho marítimo. Enquanto os terminais não apresentassem essa comprovação, a operação continuaria interdita.

Mas o Sindicato já se sentia acuado. De um lado, havia as vultosas multas diárias impostas, de outro a intransigência do Ogmo, que já se recusava a negociar.

Com exceção da atitude correta do Delegado Regional do Trabalho, o que se configurava era o quadro assim descrito pelo presidente do Sindicato dos

*Vitoriosa a desregulamentação,
intensificava-se a expulsão
dos trabalhadores do
Porto de Santos*

Estivadores: “As liminares para os operadores portuários saem com uma facilidade incrível e não há como derubá-las”. Essas liminares estavam permitindo que os navios fossem operados sem mão-de-obra estivadora e, dessa forma, o porto voltava a funcionar, embora parcialmente.

No dia 9 de abril, depois de duas semanas da deflagração da greve, o presidente do Sindicato dos Estivadores, acompanhado do presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Bloco e do prefeito de Santos, viajava para Brasília a fim de negociar um plano de desligamento voluntário.

À noite, os trabalhadores estariam concentrados na Praça Mauá, aguardando o retorno dos dirigentes sindicais, que os informariam das últimas notícias.

Conforme esclareciam os estivadores, a retirada da escalação do controle do sindicato era injusta e também incorreta do ponto de vista técnico, dada a incapacidade do Ogmo para proceder à escala de forma adequada. “É preciso colocar o homem certo na operação certa, e o pessoal contratado pelo Ogmo não é qualificado nem treinado para isso”. Já a metodologia do Sindicato dos Estivadores, segundo seu presidente, era “a mais moderna do mundo, sendo até exportada para a Europa e os Estados Unidos”.

Ao mesmo tempo que reiteravam as críticas, os líderes desaconselhavam novos enfrentamentos, alertando e denunciando: “O porto nunca esteve tão policiado”.

Agora, vitoriosa a desregulamentação e a expulsão dos trabalhadores, começava a triste e difícil batalha das indenizações, com discussões técnicas envolvendo a Caixa Econômica Federal e a Casa Civil.

De acordo com a Prefeitura de Santos, dos cerca de 11 mil portuários de Santos registrados no Ogmo, a

modernização dos portos tomara uns 5 mil desnecessários à execução do serviço. “É preciso ‘enxugar’ e para isso, nada melhor que um PDV bancado pelos operadores portuários e pelo Ogmo”. (Mas nem isso era certo). Como de costume nessas situações de desemprego em massa, o prefeito acentava ainda com “treinamento e qualificação para os trabalhadores dispensados”, através de uma parceria entre a Prefeitura e as centrais sindicais, e com recursos do FAT.

Na verdade, bem antes do embate de abril deste ano, a força de trabalho na região de Santos já vinha sendo redimensionada. À medida que a “modernização” se implementava, a massa salarial diminuía em cerca de 200 milhões de reais por ano. A própria Codesp, que empregava 10 mil funcionários no início dos anos 90, estava ao fim da década com menos de 1.300.

Todo o complexo portuário santista era afetado; fechavam-se lojas comerciais e reduziam-se redes de serviço.

Era visível o amplo caráter desempregador do novo sistema portuário. E sugeriu-se, como corretivo, a implantação de atividades associadas ao porto, como serviços diversos de vocação internacional, que pudessem aproveitar a vantagem da proximidade do mar para agregar valor e emprego.

Um estudo encomendado pela Codesp e intitulado Porto de Santos: uma década de transformações – 1990/1999 dá conta da situação. (3)

Em linhas gerais, temos que o movimento do porto, no período analisado, cresceu 48%. Correlatamente, a tarifa portuária cobrada pelo Codesp se reduziu, sendo operadores e armadores os mais beneficiados em suas receitas pelo novo sistema.

Quanto ao custo relativo da mão-de-obra portuária, caiu no mesmo período de 16,62 para 8,06 por tonelada movimentada, sendo a redução

estimada de pessoal com vínculo e avulso de cerca de 3.600 trabalhadores. Esse quadro adverso ao trabalho portuário por sua vez se traduzia em taxas declinantes de emprego na cidade de Santos como um todo. (4)

Descrita a situação precária, reiterava-se a idéia corrente da adoção paliativa de planos regionais de desenvolvimento integrado, com a criação de atividades econômicas associadas ao porto nas áreas remanescentes e contíguas ao terminal santista.

Com o desfecho da truculência praticada contra os estivadores em abril de 2001, a crise gestada se aguçava brutalmente. Impondo a desregulamentação trabalhista e a demissão em massa, o neoliberalismo desempregador acrescentava o glorioso Porto de Santos a outros importantes portos do mundo, como Antuérpia e Hamburgo, que também sofreram as conseqüências perversas da “modernização” neoliberal na atividade portuária. 

Paula Beiguelman é professora associada da USP e autora dos livros *Os companheiros de São Paulo* e *Por que Lima Barreto*, entre outros.

Notas

- (1) Trata-se de Arlindo A. Lucena, em cujo valioso livro nos apoiamos para a caracterização sucinta das relações trabalhistas na estiva, no pós-30. A obra foi publicada no início de 1964 pela Editora Fulgor. Seu título é “*Bagrinhos*” e tubarões e tem como subtítulos: *A indústria do congestionamento no Porto de Santos e Terminal marítimo de S. Sebastião, da Petrobrás*.
- (2) As penosas condições de vida dos portuários santistas no pré-30, contra as quais eles periodicamente se rebelavam através de greves memoráveis, se encontram vigorosamente registradas no romance *Navios iluminados*, publicado na época. Seu autor é o escritor e dedicado médico sergipano Ranulfo Prata, radicado em Santos.
- (3) Apud José Rodrigues, em artigo in *Valor*, edição de 1 a 3 de junho de 2001.
- (4) Aliás, o desemprego está atingindo 20% da população economicamente ativa da Baixada Santista, que abrange nove cidades.

A incivilização brasileira no pensamento de Mário de Andrade (final)

Luciano Santos

Para ele, a cultura envolve o modo como um povo organiza sua existência

Mário de Andrade não limitou-se a registrar documentos do populário; ouviu o povo. Amou-o. Compreendeu a fundo em que sentido o seu modo de existir encontra-se melhor constituído para agenciar as “constâncias coletivas” da nacionalidade. E traçou o esboço de uma fenomenologia da subjetividade popular.

SUA PRÓPRIA advertência contra o perigo de um “rousseauísmo ingênuo” (1) – à idealização do popular sempre preferiu uma abordagem factual e analítica – não o inibe de sustentar que o artista popular, “capaz de criar uma fórmula sonora que iria ser de todos, já tinha de ser tão pobre de sua individualidade, que se pudesse tornar assim, menos que um homem, um humano.” (2) “Pobre de sua individualidade”, isto é: in-consciente, fatalizado e, em geral, anônimo (3), o artista popular – o homem popular – acha-se numa disposição tal que não é tanto ele, quanto os fluxos de sua ancestralidade, quem cria. Esse artista não projeta, improvisa, e o seu tema “tem sete séculos de antepassa-

dos, e os seus gestos se ligam, na pré-história, às formas mais necessárias da razão.” (4) Cheia de “impurezas” formais, pedra-bruta, a sua obra alcança, no entanto ou por isso, uma voltagem lírica, translógica (o apego ao senso lógico é sintoma de “burguesice”) (5), e uma “necessidade expressiva” tais que infundem “comoções essenciais (...) e uma excelência tão profundamente humana que raro uma obra-de-arte erudita pode dar.” (6) O que leva o folclorista apaixonado a declarar que “do fundo das imperfeições de tudo quanto o povo faz, vem uma força, uma necessidade que, em arte, equivale ao que é a fé em religião. Isso é que pode mudar o pouso das montanhas.” (7) É



com esse espírito que Mário se lança à aventura de tentar sistematizar uma possível língua culta luso-brasileira: “O povo não é estúpido quando diz ‘vou na escola’, ‘me deixe’, ‘carneirada’, ‘mapear’, ‘besta ruana’, ‘farrá’, ‘vagão’, ‘futebol’. É antes inteligentíssimo nessa aparente ignorância porque sofrendo as influências da terra, do clima, das ligações e contatos com outras raças, das necessidades do momento e de adaptação, e da pronúncia, do caráter, da psicologia racial, modifica aos poucos uma língua que já não lhe serve de expressão porque não expressa ou sofre essas influências e a transformará afinal numa outra língua que se adapta a essas influências.” (8) Extrapolando

o plano estritamente estético, nosso pesquisador reconhece na cultura popular a fonte de uma via alternativa de civilização, em que a ênfase sobre o individualismo, a racionalidade instrumental e a ética do trabalho, vigentes no modelo hegemônico burguês, seria deslocada para os valores da comunidade, do ócio criativo e da racionalidade “substantiva” (ou contemplativa). Essa civilização tropical seria “muito menos economicista, muito menos prática, baseada em espiritualismo exasperado, extasiante, riquíssimo em manifestações luxuriosas de arte e religião (...)” e haveria de se assemelhar “muito mais às civilizações antigas do Egito, da Índia, da China que às da Europa ou da América do Norte.” (9)

Bem entendido, não se trata de rejeitar a eficácia utilitária assegurada pelos produtos da civilização industrial, mas de recusar o projeto de existência e a compreensão de mundo que se (im)põem a partir e em nome desta. Mário não queria um idílico retorno ao “mato virgem” ou ao sertão, mas que se ouvisse com atenção seus ecos como anúncio de um possível outro mundo. Entre o mato virgem e a cidade, o tradicional e o moderno, o in-consciente e o racional, um pouco como Macunaíma, Mário hesitou – como o mostram Gilda de Mello e Souza e Alfredo Bosi em suas luminosas análises da rapsódia. (10) Mas, antes que irresolução, essa hesitação trai a viva tensão de quem ousou arrojarse de corpo e alma na “escureza completa de uma noite” histórica, como escreveu certa vez nosso modernista ao amigo Carlos Drummond.

O contato de Mário de Andrade com a cultura popular esteve longe de limitar-se aos livros de folclore. No auge da fase nacionalista, o escri-

tor realizou duas longas viagens “etnográficas” pelo Brasil, primeiro ao Norte, em 1927, pelo “Amazonas até o Peru, Madeira até a Bolívia e Marajó até dizer chega” (11) e, no ano seguinte, ao Nordeste, por Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, percorrendo com amigos “terras áridas, terras pobres, terras ricas”. Com uma “fome, mas positivamente fome física, estomacal de Brasil” (12), o estudioso recorre o que pode e registra o que vê, conversando com gente do povo, participando de festejos, brinquedos, almoços, cultos, numa entrega que antes revelava a viagem para dentro de possíveis heranças atávicas (“Nordeste que amo como eu mesmo, Nordeste que sou eu”) (13) e que, no regresso a São Paulo, lhe custará funda saudade. Munido apenas de ouvido, lápis e papel (não havia gravador à época), Mário chega ao prodígio de anotar cerca de seiscentas e setenta cantigas, que, secundadas por comentários eruditos, renderão cinco grossos volumes em publicações póstumas organizadas pela discípula Oneyda Alvarenga. Diante da riqueza do populário nordestino, o já diretor de departamento cultural reprochará o amigo potiguar Luís da Câmara Cascudo, dez anos mais tarde, ao vê-lo desperdiçar erudição e talento no estudo rebarbativo de fatos e figuras da história oficial: “você tem a riqueza folclórica aí passando na rua a qualquer hora. (...) Não faça escritos ao vai-vem da rede, faça escritos caídos das bocas e dos hábitos que você foi buscar na casa, no mucambo, no antro, na festança, na plantação, no cais, no boteco do povo. Abandone esse ânimo aristocrático que você tem e enfim jogue todas as cartas na mesa, as cartas do seu valor pessoal que conhece e afianço, em estudos mais

necessários e profundos.” (14)

Como parte do objetivo mais amplo de analisar o material folclórico, no diário da viagem ao Nordeste Mário já mostra acentuado interesse em entender as condições materiais do povo nordestino. Com alguma inflexão marxiana – que só fará acentuar-se após a década de '30 –, o escritor registra “o padrão de vida dos trabalhadores nas salinas, a presença de Ford e do ‘imperialismo ianque’, a perda da força de trabalho em consequência das migrações para o Sul, a miséria do campesinato sob o flagelo da seca e da estrutura fundiária, a indiferença do governo brasileiro às necessidades do povo, a repressão policial à prática pública do folclore” e chama a atenção para o sentido emancipatório do fenômeno do canção, na defesa de sua cultura face à civilização mais poderosa e hostil. (15) Assim, para Mário, a ciência folclórica – que ele fez de tudo para livrar do trato diletante, ainda em voga –, muito mais que registro de documentos do populário, é tentativa metódica de entender o modo de vida do povo pela indicação das causas e dos sentidos de seus fenômenos. É com essa orientação que procurou apoiar suas pesquisas em vastos estudos de antropologia, sociologia, linguística, psicanálise etc. e, feito diretor do departamento de cultura, organizará a Sociedade de Etnografia e Folclore, trazendo para São Paulo, junto a outros cientistas sociais, o casal francês Claude e Dina Lévi-Strauss, cujos cursos de etnografia fariam parte do embrião da futura Universidade de São Paulo.

Com a Revolução de '30, a sociedade brasileira entra em franco processo de emancipação: a máquina estatal se moderniza, com importantes reformas no legislativo e judiciário, a indústria nacional recebe subs-



Poeta escrevendo



Cortando a xilo



Composição

tancial fomento, as classes média e operária são favorecidas por novas leis trabalhistas, incrementando-se o mercado interno. Esboça-se nos planos econômico e político uma autonomia nacional já visada, em nível estético, pela geração de '22. A intelectualidade vive um período de agregação e construção, quaisquer que sejam as bandeiras que venha a empunhar. Tomam fôlego os grandes estudos de brasiliana, como "Casa Grande e Senzala" e "Raízes do Brasil". É o momento da literatura regionalista e do "poema de circunstância". A arte, liberada desde '22 para criar, é agora desafiada a servir – sem negar-se como criação. Mário absorve esse período aprofundando ainda mais a tendência socializadora já tão presente em sua obra, como vimos, desde o – e antes mesmo do – surto nacionalista de 1924. E não se cansará de indigitar o individualismo estético, que, sob o modo de formalismo, experimentalismo e virtuosismo, e supostamente na esteira das vanguardas, vinha submetendo a arte aos caprichos de autoafirmação do Eu do artista. E lembrará a este artista as graves responsabilidades de sua condição: como artesão – pois, antes de qualquer experimentação, ele é obrigado a estudar e respeitar as possibilidades expressivas inscritas na matéria de sua arte; e como pessoa-cidadão – pois de nada valem suas ousadias formais se, ao cabo, elas nada conse-

guem falar ao espírito de quem as aprecia. Em suma, se a beleza é e deve ser livre, des-interessada, o artista é movido por interesses vitais; se a beleza a nada visa além da fruição, o artista é um ser comprometido; se a arte é criação pura (e por isso Mário jamais concordou com o programa de uma "arte de combate", atrelada a cartilhas ideológicas), o artista, ou participa da construção da própria comunidade, ou se encontra aquém do humano. É nesse sentido que Mário preconiza o retorno a certo ethos cultural em vigor nas civilizações pré-modernas, anteriores ao império do Eu, o qual ainda opera difícil e íntima conciliação entre os pólos ético e estético. (16) Assim, antes mesmo que a neutralidade científica se tomasse alvo de discussões acadêmicas, Mário já tomava firme posição contra a neutralidade artística.

Mas é no ano de 1935 que Mário de Andrade atinge o pico de sua maturidade. E não por qualquer viragem em seu percurso intelectual. Mas justamente porque, nesse ano, o intelectual assume o desafio de tentar colocar em prática o melhor de suas convicções, aceitando, depois de alguma hesitação ("Deus me livre m'ermão! E o meu sossego? Não quero abandonar ele, não") (17), o convite do amigo jornalista Paulo Duarte para dirigir o Departamento de Cultura do Município de São Paulo. A idéia do

departamento germina em um grupo de intelectuais paulistas egressos do movimento modernista, que há anos vinham se reunindo semanalmente em alegres serões regados a vinho, música e discussões intermináveis, até que numa noite, sem pretensão, um deles sugere a perpetuação daquela roda "numa organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros". Sem outro capital que "sonhos, mocidade e coragem", (18) Paulo Duarte resolve levar a idéia ao prefeito Fábio Prado, que lhe dá pronta acolhida, com inteiro respaldo do governador Armando de Sales Oliveira.

Difícilmente se encarecerá o que foi feito e o que foi tentado nesse Departamento nos três anos em que esteve à sua frente nosso diretor, que a ele se entregará com a mesma fúria com que se havia dedicado à criação artística e às pesquisas. (19)

Com o propósito geral de atuar como "instituição de expansão cultural no seio do povo" para promover a "elevação cultural do povo", o Departamento de Cultura se pautou pelos seguintes objetivos: 1) Estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural; 2) promover e organizar espetáculo de arte e cooperar em conjunto sistemático de medidas, para o desenvolvimento da arte dramática, e em geral, da música, do canto, do teatro e do cinema; 3) pôr ao alcance de todos, pelos serviços de uma estação



pegando papel



Preparando a cola



venDEDOR na feira

Cultura popular

radiodifusora, palestras e cursos populares de organização literária e científica, cursos e conferências universitárias, sessões literárias e artísticas, enfim, tudo o que possa contribuir para o aperfeiçoamento e extensão da cultura; 4) criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população; 5) fiscalizar todas as instituições recreativas e os divertimentos públicos de caráter permanente ou transitório, que forem estabelecidos no Município; 6) recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais, que facilitem as pesquisas e estudos sobre a história da cidade de São Paulo, suas instituições e organizações em todos os domínios da atividade. (20) E se dividia em cinco subdepartamentos: a) Divisão de Expansão Cultural, à qual se subordinavam as subdivisões de teatro, cinema e salas de concerto, e a Discoteca e Escola de Rádio; b) Divisão de Bibliotecas, por sua vez subdividida em Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infantil, Bibliotecas Circulantes e Bibliotecas Populares; c) Divisão de Educação e Recreação; d) Divisão de Documentação Histórica e Social; enfim, e) Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos. (21)

Orientado pela convicção de que a cultura não se restringe às atividades artístico-intelectuais, mas concerne ao modo como um povo organiza a

sua existência, o Departamento trabalha com a idéia de que, nesse sentido, ela é “necessária como pão”, e questiona com medidas concretas a divisão entre as esferas culturais supostamente “inferior” e “superior”, lutando, ainda, para promover um enlace entre as elites e o povo, tradicionalizando aquelas e ampliando o universo informativo deste.

Para dar alguma idéia do que fizeram e/ou projetaram as divisões do Departamento, citemos a esmo: a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (do qual Mário se tomará assistente técnico para a região de São Paulo a Matogrosso); a organização do Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada; a compilação, feita pelo Arquivo da Palavra, de uma série de pronúncias cultas e incultas de todas as regiões do Brasil, divididas em sete zonas fonéticas; a série de gravações de folclore musical, canções de trabalho, danças dramáticas, músicas rituais mágicas e diversas formas de música e dança popular, realizada pela Missão de Pesquisas Folclóricas no Norte e Nordeste do Brasil, serviço sem par na América Latina; as apresentações públicas de música erudita, acompanhadas por comentários; o fornecimento de material à Orquestra Sinfônica; a criação da Biblioteca Municipal de São Paulo e de bibliotecas infantis e

populares, algumas instaladas em parques (dotadas de espreguiçadeiras), afora as “bibliotecas ambulantes” – carros especialmente projetados – que percorriam os bairros operários; a criação, nas bibliotecas, de seções sobre história do país e do estado, além de um jornal infantil com artigos de interesse para as crianças e da promoção de concursos visando à publicação de livros sobre o tema; à realização de estudos sobre o padrão de vida da família operária, para solução de problemas relativos a produção e custo de víveres, assistência social cooperativista, habitação coletiva etc.; à promoção de cinema educativo popular e criação de Escola de Rádio; sem falar de seu grande sonho de transformar o Teatro Municipal, onde fora realizada a Semana de Arte Moderna, em efetiva academia de drama, dança e música, “organismo vivo onde se tente, se renove, se reviva o que o país e o mundo possuem de melhor”, incluindo as “criações melodramáticas tão ricas do nosso povo”. (22)

Em 1937, Mário de Andrade toma clara posição contra o Estado Novo. No ano seguinte, por incompatibilidade com o prefeito Prestes Maia e uma obscura denúncia de negociata, é desligado, em junho, do Departamento de Cultura. Os amigos mais chegados são unânimes em situar nesse fato a origem do processo de desgaste físico e emocional que

desembocaria, quatro anos depois, na morte do escritor. Vexado, “cão sem dono”, (23) Mário se autoexila no Rio. Assume os cargos de cate-drático de Filosofia e História da Arte e diretor no Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, que reúne importantes intelectuais da época. Escreve para jornais, faz crítica literária, e em '39 é nomeado consultor técnico do Instituto Nacional do Livro, onde elabora o projeto para uma enciclopédia brasileira. Mas a crise avança: isola-se, entrega-se a longas noitadas na Taberna da Glória, descuida da saúde. Faz-se cliente de um certo Dr. Pedro Nava, que assim resumirá, anos mais tarde, o atestado de óbito do amigo: “(...) cominar a outro um desgosto e uma amargura incessantes (...) tem o mesmo valor dum tiro de revólver. A angina de peito de Mário Raul de Moraes Andrade começou na ponta da pena punhal que assinou o ato de seu afastamento do Departamento de Cultura”, do qual foi “a alma”. (24)

Em março de 1941, volta a São Paulo. Escreve em jornais e revistas, reassume o cargo de professor no Conservatório Musical, retoma projetos literários com vistas à publicação das obras completas. (25) Mas nada cala a ferida do Departamento. Aquilo, mais que tudo, fora sua vida: poder pensar-criar-construir o Brasil, coletivamente, em um mesmo lugar e tempo. Aquilo fora a pedra muiquirã que de repente viu escapar da mão. E, como Macunaíma, Mário aos poucos cisma de virar estrela: noitadas, desgastes, descuidos (“suicídio discreto, muito mui discreto, não fica mal e num xi xabe.”)... (26)

Com o recrudescimento do Estado Novo, a ascensão do nazi-fascismo e a II Guerra Mundial, Mário já não tem dúvida de atravessar uma fase “inte-

gralmente política da humanidade”. (27) E, contra sua própria concepção estética, às vezes chega a sujeitar – sacrifício consentido – a liberdade da criação à luta consciente em favor do “amelhoramento político-social do homem.” (28) Como é o caso da ópera “O Café”. É com esse espírito que procederá a uma cáustica revisão do Modernismo de '22, no qual não perdoa a ausência, no fragor da insurreição estética, de “maior angústia do tempo, maior revolta contra a vida como está”, (29) o que antes trai a fêrrea autocrítica (uma de suas marcas) que o exame objetivo de um movimento cujo tempo e desafios eram, obviamente, outros.

Em janeiro de 1945, Mário participa do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, de cuja Sociedade fora, três anos antes, um dos sócios-fundadores. Sua idéia era contribuir para que os escritores se organizassem em classe e, desse modo, viessem a desempenhar uma vigilância crítica mais constante e efetiva sobre as grandes questões nacionais. Morreria um mês depois.

Pensar Mário de Andrade hoje é aceitar o desafio de repensar, na maré vazante dos nossos tempos, as questões que ele, como poucos, soube desbravar no seu. Algumas delas: qual o sentido da atividade intelectual e artística em uma nação empobrecida? Como participar da civilização globalizada sem despotencializar a condição nacional? E, sobretudo: como socializar uma nação empobrecida e desigual sem prejuízo dos benefícios da globalização? 

Luciano Santos é professor de Filosofia das Universidades Católica de Salvador e Estadual da Bahia, mestre pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, com a dissertação Mário Vário: Mário de Andrade e a Superação da Subjetividade Moderna.

Notas

- (1) Cf. Schelling, Viviane. *A Presença do Povo na Cultura Brasileira*, pág. 124. Campinas-SP, Ed. da Unicamp, 1991.
- (2) Andrade, M. de. *Música, Doce Música*, op. cit., pág. 32. Grifo nosso.
- (3) Cf. Andrade, M. de. *Ensaio sobre a Música...*, op. cit., págs 41-42.
- (4) Andrade, M. de. *Vida de Cantador*, pág. 96. Belo Horizonte, Ed. Villa Rica, 1993.
- (5) Cf. Andrade, M. de. *Aspectos da Literatura...*, op. cit., pág. 118.
- (6) Andrade, M. de. *Os Cocos*, pág. 388. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1984.
- (7) Idem, ibidem, pág. 389.
- (8) Andrade, Carlos D. de. *A Lição do Amigo*, op. cit., págs 37-38.
- (9) Apud Schelling, V. *A Presença do Povo...*, op. cit., págs 139-140.
- (10) Cf. Souza, G. de M e. *O Tupi e o Alaúde – uma Interpretação de Macunaíma*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979; e Bosi, A. “Situação de Macunaíma”. In *Macunaíma*, op. cit.
- (11) Andrade, M. de. *O Turista Aprendiz*, pág. 25. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1983.
- (12) Andrade, M. de. *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo*, pág. 35. Belo Horizonte, Ed. Villa Rica, 1991.
- (13) Idem, ibidem, pág. 35.
- (14) Idem, ibidem, págs 149-150.
- (15) Schelling, V. *A Presença do Povo...*, op. cit., pág. 141.
- (16) Editora, 1975.
- (17) Duarte, Paulo. *Mário de Andrade por Ele Mesmo*, pág. 52. São Paulo, Ed. Hucitec, 1985.
- (18) Idem, ibidem, pág. 50.
- (19) Para maior conhecimento desse episódio da vida de Mário de Andrade, cf. Duarte, P., op. cit.
- (20) Apud Schelling, V. *A Presença do Povo...*, op. cit., pág. 176.
- (21) Idem, ibidem, pág. 178.
- (22) Apud Schelling, op. cit., págs 179-181.
- (23) Cf. Duarte, Paulo. *Mário de Andrade por Ele Mesmo*, pág. 56.
- (24) Andrade, M. de. *Correspondente Contumaz*, op. cit., pág. 32.
- (25) Para maiores detalhes sobre a biografia de Mário de Andrade, cf. *A Imagem de Mário – Fotobiografia de Mário de Andrade*. Rio de Janeiro, Edições Alumbamento, 1998.
- (26) Cf. Andrade, M. de. *Cartas a Murilo Miranda*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1981.
- (27) Cf. Andrade, M. de. *Aspectos da Literatura...*, op. cit., pág. 255.
- (28) Cf. Idem, ibidem, pág. 255.
- (29) Cf. Idem, ibidem, pág. 253.

A CPI que tinha (quase) tudo para não dar certo

Carlos Azevedo

Ela cumpriu seu papel e, com toda a certeza, não acabou em “pizza”

A CPI DA Câmara dos Deputados sobre a crise no futebol tinha pouca chance de dar certo. A iniciativa do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) foi recebida com incredulidade. A disparidade de forças era imensa: de um lado, o deputado de um partido com sete parlamentares na bancada; de outro, o todo-poderoso Ricardo Teixeira, presidente da CBF, virtual “dono” do futebol brasileiro, montado nos milhões da CBF, que usa como se fossem seus; e mais o séquito de dirigentes de federações e de clubes, de empresários e jornalistas que “comem em suas mãos”. Sem esquecer a “bancada da bola”, formada por algumas dezenas de deputados federais e senadores que defendem a CBF no Congresso e em troca recebem ajuda financeira (ilegal, diga-se) para suas campanhas eleitorais.

Gargalhadas na Embaixada da CBF em Brasília

No início de 1999, quando Aldo Rebelo começou a colher assinaturas para a CPI para analisar a regularidade do contrato entre a CBF e a NIKE, houve sonoras gargalhadas na “Embaixada da CBF” em Brasília, na mansão alugada pela CBF e que custou 660 mil reais em despesas só em

2000. Ali, em partidas de futebol, festas concorridas, bem servidas de comidas, bebidas e outras atrações, parlamentares e cartolas confraternizavam e punham-se ao dispor do magnata da CBF. Desde 1998 era a sede da “bancada da bola”.

Para surpresa dos cartolas, Aldo conseguiu o número necessário de assinaturas. A reação foi imediata. Líderes dos grandes partidos pressionaram suas bancadas para retirar as assinaturas. A certa altura, a luta parecia inglória: a cada assinatura conquistada, duas eram retiradas. Mas Aldo conseguiu 206 (são necessárias 171) e seu pedido de abertura da CPI foi acolhido pela Mesa da Câmara.

Como havia conseguido? Algum cochilo da maioria parlamentar. Ricardo Teixeira continuou desdenhando: como uma CPI poderia investigar os negócios de duas empresas privadas? (ele achava que a CBF era uma empresa privada). Aos jornalistas dizia com arrogância que Aldo era um deputado desconhecido querendo aparecer. Mandou Zagallo e Wanderley Luxemburgo enviarem cartas ao Congresso dizendo que na seleção não sofriam ingerência da Nike e, portanto, a CPI era desnecessária.

Desencadeou-se uma campanha

contra a CPI, de tal forma que Michel Temer, então presidente da Câmara, resolveu dá-la como extinta. Aldo avisou-o de que iria ao Supremo Federal porque Temer estava desrespeitando o artigo 5º da Constituição: depois de acolhida uma CPI não pode mais ser extinta, a não ser por decisão da própria CPI. Temer recuou.

Os cartolas pararam de rir. Então, a “bancada da bola” jogou pesado. CPIs adormecidas nos meandros da Câmara foram desencavadas e postas a funcionar. A CPI da CBF-Nike teve de amargar o oitavo lugar na fila.

Mas os escândalos no futebol se agravaram. Tanto que o Senado também decidiu abrir uma CPI para investigar os problemas do futebol. A competição entre as duas Casas do Congresso falou mais alto que o lobby da “bancada da bola”. A Câmara dos Deputados apressou-se em instalar sua CPI. Assim, por um golpe do acaso, em 17 de outubro de 2000, dezenove meses depois de requerida, a CPI da CBF-Nike, a CPI improvável, acabou afinal instalada.

Mas ninguém queria participar de uma CPI sem futuro. Os maiores partidos recusaram-se a assumir a sua presidência. Já que Aldo Rebelo havia sido o inspirador desse trambolho, ele que a assumisse. Nos meses seguintes, vários líderes haveriam de se arrepender muitas vezes dessa decisão. Aldo aceitou a presi-

dência e Sílvio Torres, deputado do PSDB, foi indicado para relator. A “bancada da bola” correu para participar formando folgada maioria. E a CPI iniciou seus trabalhos sob a mais completa descrença de jornalistas, parlamentares e torcedores. “Não dura 15 dias”; “a cartolagem vai mandar e desmandar”, era o mínimo que se dizia.

Direção firme e flexibilidade política

Mas não foi assim. Na presidência, Aldo impediu que desviassem a CPI de rumo. Aproveitou a confusão inicial e contradições dentro da “bancada da bola”, como o ressentimento de Eurico Miranda contra Ricardo Teixeira, para obter vitórias fundamentais logo no início dos trabalhos. Evitava as manobras dilatórias: “temos que nos concentrar no alvo principal”, dizia. Conseguiu a façanha de aprovar requerimentos pedindo a quebra do sigilo fiscal e bancário da CBF, de Ricardo Teixeira, da Traffic e de José Hawilla. A votação foi apertada, 14 a 11, nominal, e com muita discussão. A partir desse momento já ninguém ria na CBF e adjacências.

Em represália, a “bancada da bola” passou a bloquear a votação de outros requerimentos importantes, como o pedido de quebra de sigilo das empresas de Ricardo Teixeira. Mas a CPI já contava com o material básico. Faltava investigar. Uma pequena equipe de assessores concentrou-se nos alvos principais e empenhou-se durante alguns meses em rastrear as declarações de renda e as movimentações bancárias. Mas precisava de tempo para investigar. Sabendo disso, a “bancada da bola” movimentou-se para encerrar logo os trabalhos da CPI. Líderes de vários partidos foram convencidos e chegaram até a marcar

data para seu fim, 31 de março. Entretanto, os resultados iam aparecendo: a investigação sobre passaportes falsos, feitas pelos deputados Jurandil Juarez (PMDB-AP) e Pedro Celso (PT-DF) repercutia internacionalmente. A denúncia da falsificação de identidade e de tráfico de jogadores menores de idade, feita pelo deputado Eduardo Campos (PSB-PE), mostrou o mundo cão dos subterrâneos do futebol, dos empresários e agentes exploradores. Outros deputados, como Dr. Rosinha (PT-PR), investigavam nos Estados e divulgavam novas informações. Esses fatos e as denúncias que a CPI ia fazendo à imprensa, as incansáveis negociações de Aldo e Sílvio Torres com os líderes, iam adiando o seu fim.

A batalha decisiva

Havia sobretudo uma pressão para que Ricardo Teixeira fosse logo ouvido pela CPI. Mas ela ainda não havia reunido todas as informações necessárias para interrogá-lo com eficiência. A CPI conseguiu afinal fazer uma diligência na contabilidade da CBF em sua sede no Rio de Janeiro. Foi possível montar um quadro das irregularidades cometidas na CBF e na grande maioria das 27 federações.

A batalha decisiva seria o depoimento de Ricardo Teixeira. Os deputados que estavam decididos a investigar, e que eram minoria na Comissão, prepararam-se seriamente para o depoimento de 10 de abril. Não subestimaram Ricardo Teixeira. E conseguiram surpreendê-lo. Teixeira não respondeu à maioria das perguntas, fugiu, dizia que não sabia, balbuciava, prometia respostas posteriores. Apresentou dados falsos, mentiu. Sem argumentos, a “bancada da bola” assistiu impotente à derrota do seu chefe.

Depois de um depoimento de nove horas ficou evidente a responsabili-

dade de Teixeira na má administração da CBF, no uso indevido de seus recursos, nas doações ilegais para políticos em campanha eleitoral, na cooptação e corrupção de dirigentes de federações, na desorganização do futebol brasileiro. E vieram a público preciosos indícios do nebuloso enriquecimento do presidente da CBF e de seus amigos e sócios, da evasão de divisas, da lavagem de dinheiro, da sonegação fiscal.

A uma hora da madrugada de 11 de abril de 2001 havia um fato novo: a CPI improvável, aquela que tinha tudo para não dar certo, vencera a batalha decisiva.

O relatório não foi aprovado, mas valeu

Derrotada, a “bancada da bola” anunciou que iria rejeitar o relatório que estava sendo elaborado sob a direção do deputado Sílvio Torres. Se queria intimidar o relator, foi inútil. Ao tomarem conhecimento do texto, os deputados que apoiavam Teixeira decidiram produzir “outro” relatório, ou melhor, retiraram do texto todas as denúncias e pedidos de indiciamento e produziram um “mostrengo”, um texto sem pé nem cabeça. Em suma, queriam emascular o documento, destruir o trabalho de oito meses. Cumpram à risca as determinações de Ricardo Teixeira cujo objetivo era impedir de qualquer jeito sua incriminação e, de quebra, desacreditar a CPI. Contavam com folgada maioria e estavam certos de sua vitória. Depois de muitas horas de negociações com a maioria irredutível, Aldo Rebelo e os outros deputados que haviam se empenhado nas investigações, convenceram-se de que as gestões eram infrutíferas e concordaram entre si em tomar uma medida extrema: encerrar a CPI sem que o relatório fosse votado.

A “bancada da bola”, inconformada, armou uma pantomima anti-regimental e “votou” o simulacro de relatório. Inútil, não tinha esse poder. Por sua atitude, aliás, esses deputados viriam a ser depois advertidos pelo Corregedor da Câmara dos Deputados.

O relatório não foi aprovado. Mas a CPI não terminou sem relatório. Porque o texto produzido continuou sendo válido. Foi levado ao Ministério Público, à Receita Federal, Polícia Federal, ao Ministro do Esporte, e oferecido como subsídio à CPI do Futebol do Senado. O texto de mais de 800 páginas foi distribuído à imprensa e colocado à disposição do público no sítio da Câmara Federal. A CPI CBF-Nike havia cumprido seu papel.

Os frutos da CPI

A seguir, um resumo dos resultados da CPI:

Contrato CBF-Nike. A CPI investigou detalhadamente o contrato CBF-Nike e tornou evidente a supremacia da multinacional de material esportivo sobre a CBF e sua interferência indevida na seleção brasileira de futebol;

Parceria CBF-Empresas. A CPI escancarou os meandros das parcerias entre a CBF e empresas de marketing esportivo e agentes que enriquecem fabulosamente enquanto o futebol brasileiro mergulha na falência;

Corrupção das federações. Estudou em profundidade a caótica administração do futebol comandada pela CBF, as espúrias relações da entidade nacional com as federações estaduais, que levaram à deterioração da organização confederativa e à transformação das entidades em casas de negócio, sujeitas ao continuísmo, nepotismo e corrupção, à ausência de calendários e outros desmandos;

Administração ruínosa da CBF. A CPI trouxe a público as contas da CBF. O seu relatório mostrou à

exaustão a administração ruínosa da entidade, cujos recursos são malbaratados em despesas duvidosas e não justificadas, em altos salários e remunerações indevidas; em doações políticas destinadas a sustentar influências no Parlamento, para desempenhar o papel de “bancada da bola”;

Empréstimos externos da CBF, evasão de divisas. A CPI produziu um estudo detalhado sobre empréstimos tomados pela CBF no Exterior, junto ao Delta Bank, a juros extorsivos e em condições altamente desfavoráveis. Comprovou que os juros eram incompatíveis com os que à época estavam sendo praticados no mercado financeiro, e que tais negócios resultaram em elevados prejuízos para a entidade, com indícios de evasão de divisas. A argumentação de que outras empresas brasileiras haviam tomado empréstimos com juros semelhantes foi desmentida pelas próprias empresas citadas por ele. E o Banco até hoje não conseguiu explicar essas operações suspeitas;

Remuneração ilegal da diretoria da CBF. A CPI demonstrou que as remunerações recebidas pela diretoria da CBF desde 1998 são ilegais porque estão em desacordo com o seu Estatuto de entidade de direito privado sem fins lucrativos. E encaminhou ao Ministério Público pedido de ação civil para que se promova a devolução desses recursos à CBF;

Ricardo Teixeira usa recursos da CBF para pagar sua contas com advogados. O relatório da CPI comprova que o senhor Ricardo Teixeira, presidente da CBF há três gestões, usa os recursos da entidade máxima do futebol como se fosse uma de suas empresas. Por exemplo, fez a CBF pagar despesas com sete escritórios de advocacia para defesa de seus interesses como pessoa física;

Empresas de Hélio Viana sonenam

impostos. A CPI trouxe a público as incongruências da contabilidade do grupo de empresas pertencentes a Hélio Viana, sócio de Edson Arantes do Nascimento – Pelé – na Pelé Sports Marketing, em que a movimentação financeira de valores vultosos não é declarada à Receita Federal;

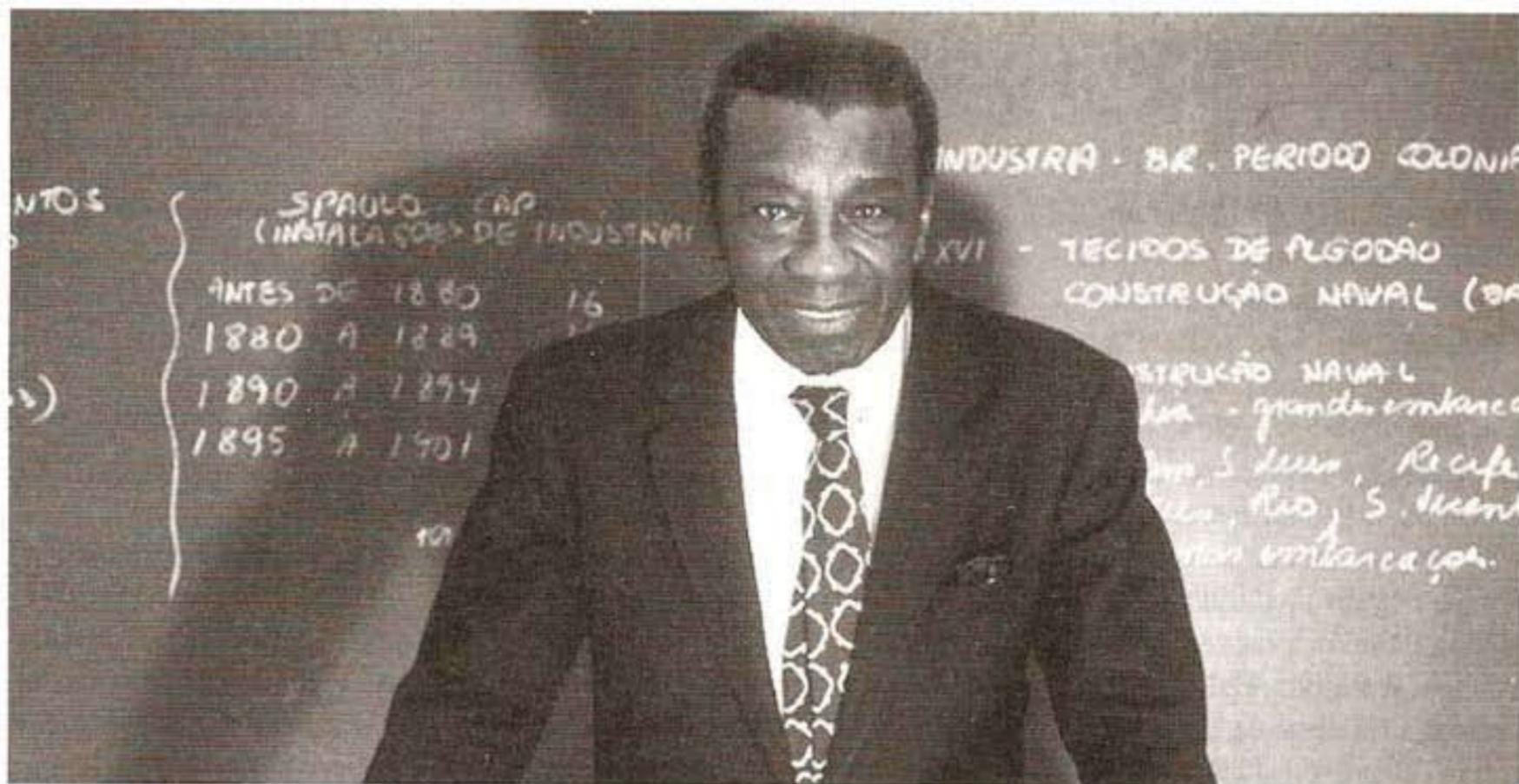
Passaportes falsos, tráfico de menores. O relatório apresenta os resultados das investigações e denúncias feitas pela CPI em plano internacional quanto às máfias de passaportes falsos de jogadores de futebol, de falsificação de identidade e tráfico de crianças, atletas menores de idade levados para serem explorados em outros países. A CPI fez recomendações à FIFA, às autoridades brasileiras, à CBF e apresentou proposta de mudança de legislação para prevenir esses crimes;

Indiciamentos. Em suas conclusões a CPI propôs o indiciamento de 31 pessoas (Ricardo Teixeira, 13 propostas de indiciamento; Hélio Viana, 5; Juan Figer, 5; e mais 19 indiciamentos de dirigentes de federações, agentes, empresários de futebol e outros intermediários).

Projeto de Lei. A CPI não se limitou a fazer denúncias e pedir os indiciamentos. Apresentou um acurado e abrangente projeto de lei, que já está tramitando na Câmara, que visa à criação do “Estatuto do Esporte”. É uma proposta completa de modernização da legislação sobre o Desporto Nacional, e inclui uma sugestão para a criação de um Ministério do Desporto, separado do setor de Turismo. Quem leu esse projeto – e infelizmente foram poucos até agora – avaliou que traz progressos importantes para a legislação desportiva.

Definitivamente, a CPI CBF-Nike não acabou em “pizza”. 

Carlos Azevedo é jornalista.



Milton Santos: um filósofo da geografia

Entrevista com Milton Santos

O baiano Milton Santos – desaparecido no último dia 23 de junho, aos 75 anos – foi titular do Departamento de Geografia, professor emérito da Universidade de São Paulo e um dos pensadores brasileiros mais reconhecidos internacionalmente. Foi também professor da Universidade Federal da Bahia até 1964 e reintegrado em 1995. Ensinou em diversas universidades na Europa, na África, na América do Norte e do Sul. Recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud (o Nobel da Geografia) e é doutor honoris causa em 11 universidades de cinco países. Publicou mais de 40 livros, dentre eles *A natureza do espaço*; *Técnica, espaço e tempo*; *Urbanização brasileira*; *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*; e *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Segundo o professor Aziz Ab'Saber (presidente de honra da SBPC),

“Milton Santos foi um filósofo da geografia. Um intelectual comprometido com a sociedade e com os excluídos. Um cidadão que reuniu o conhecimento do mundo do seu tempo para pensar as necessidades do Brasil. Eu digo isso com sinceridade porque o

conheci quando ele veio da Bahia como advogado e professor secundário de geografia. Tivemos uma longa convivência. Ele fez toda a sua trajetória dentro das Universidades. Primeiro, na PUC de Salvador, depois na Universidade Federal da Bahia e, depois de 1964, no exílio. Vivendo em condições sofridas, Milton se retirou para a França. Lá, ele teve a idéia de buscar um estudo seu sobre o centro urbano de Salvador e transformá-lo em uma tese de altíssimo nível. Aí começou a sua carreira internacional, recebendo o espaço que havia sido negado no Brasil. Uma vez, Milton nos disse que inspirava o seu comportamento no ideário de Jean-Paul Sartre: o intelectual tem de conservar toda a independência imaginável. Milton foi assim. A sua militância não era a da política partidária, mas no campo das idéias. Por isso, ele se diferenciou dos demais. Tinha uma energia permanente e se desdobrava em brigas do cotidiano pelas idéias originais.”

Publicamos a seguir trechos de entrevista realizada em 1998 na Universidade de São Paulo por uma equipe de Princípios.

Seria interessante conversarmos sobre sua abordagem em torno do espaço – que é um dos elementos centrais da Geografia...

Milton Santos – E da Filosofia também.

...Da Filosofia também. E pensar como olhar o mundo através desse espaço – o que ele é, de como está constituído, se tem unidade ou se está, hoje, fragmentado.

Milton Santos – Vamos começar com o mundo, porque tudo começa por aí... Acho que é um equívoco as análises que falam com tanta ênfase em “Muro de Berlim”, “Fim do socialismo”... – isso é muito pouco. Acho que temos de tentar estudar a História se dando: como a História se dá? Assim, você tem várias entradas para ver como ela se dá mesmo.

Uma dessas entradas é reconhecer, de um lado, como a vida material se modifica e, de outro, como a vida política também se modifica, acho que são as duas coisas. Porque se o estudo vira o material isoladamente, caio no pessimismo e acabo não acreditando que há mudança possível. Se apenas estudo a vida política, corro o risco de cair no voluntarismo, numa análise puramente ideológica. Creio que haveria de se olhar as duas coisas juntas.

A chamada ‘globalização’ – um nome que é dado nesse fim de século – resulta, de um lado, da produção da Ciência e da Técnica, de uma certa quantidade de possibilidades novas para a história material do homem e, de outro, da produção de certas condições de realização política. As duas coisas juntas deram isso que se chama ‘globalização’.

Antes mesmo disso é que aparece o “Muro de Berlim”, que é apenas um episódio. Quando me fixo apenas no “Muro de Berlim”, estou fixado em uma coisa, num episódio; por conse-

guinte, estou matando a possibilidade de uma análise dinâmica. Porque está dito, Hegel primeiro, outros depois, que é o processo que permite a aproximação do que é verdadeiro. Então com o “Muro de Berlim” suprimo o processo e me fixo no objeto: o muro.

A mesma coisa quando a gente ouve repetirem: “O socialismo acabou!”... É um pouco isso. Na realidade, o que aconteceu é que as condições materiais criadas para vida no planeta e as condições políticas que se instalaram sobre isso, levaram àquilo que estava sendo uma tendência. E o fim da União Soviética não significou que o socialismo teve uma morte definitiva.

Sem contar com outro aspecto da análise histórica que é a diferença indispensável entre o chamado *real* e o chamado *possível*. Dizer que o socialismo acabou – aí se fala do *socialismo real* – é imaginar que a impossibilidade atual de ter países socialistas, exceto alguns que continuam sendo socialistas, significa que o socialismo deixou de ser uma possibilidade sobre a face da Terra. Acho que essa posição filosófica de princípio é central quando a gente quer discutir a produção da História. Porque estamos discutindo, no fundo, a produção da História, o futuro e não o presente. E aquela posição é muito pouco como matéria de discussão.

Como a vida humana adquire essa dinâmica que é um pouco elemento dessa globalização, em que se tem essa quantidade de informação?

Milton Santos – Queremos uma globalização, mas não esta – fundada em dois grandes esteios, ambos violentos. Um é a violência do dinheiro e o outro é a violência da informação, que apenas foram possíveis no fim do século XX. Não era possível a violência do dinheiro nos anos 80. A outra coisa é a violência da informação.

Enquanto se fala em aldeia global, na realidade, somos cada vez menos informados. A informação é objeto de uma concentração extraordinária na mão de um pequeno número de empresas, que são as mesmas que também presidem a indústria do livro no mundo. Então você tem a produção universitária comandada por um pequeno número de empresas e a produção de notícias comandada pelas mesmas – nas duas, a produção das coisas é excludente.

Quero dizer com isso que hoje, no mundo, você pode produzir tudo, você escolhe o que produzir. Então se produzem algumas coisas, algumas relações, introduzem-se algumas idéias e você joga no mercado. Essas coisas, relações e idéias, o discurso único tem como base – essa produção excludente de idéias, de coisas e de relações. Isso tudo feito na base de um imaginário extremamente poderoso.

Acho que o capitalismo, ao longo deste século, criou e vive de criar necessidades e de multiplicar tal criação de necessidades. Com a relação última da Ciência e da Técnica a serviço de um mercado global, essa produção de necessidades foi acelerada. Há uma produção ilimitada de necessidades e não de respostas. Essas necessidades criadas são cada vez mais exclusivas, quer dizer, há uma escolha das necessidades que vão ser jogadas e, por conseguinte, de idéias também.

E que perspectivas podemos esperar – já que estamos falando sobre o mundo – dos próximos tempos em relação ao futuro do capitalismo?

Milton Santos – O Capitalismo não tem possibilidade de permanecer, porque estamos nos encaminhando para uma outra era histórica. Na era atual, a da globalização – que eu prefiro chamar de científico-técnica, porque ela é fundada na Ciência e na Técnica – a espe-

rança dos grandes universalistas foi frustrada. Estamos começando a viver uma era que estou chamando de era *demográfico-popular*. As condições técnicas que estamos usando para engrossar o capitalismo não são adequadas a ele. Ao contrário, o progresso técnico que alcançamos nesse fim de século é adequado ao mundo onde as pessoas vão voltar a ser gente e a gente vai voltar a ser pessoa. Porém, não me pergunte em quantos anos isso vai se dar!

Essa era que estou vislumbrando vai começar dos lugares, primeiro, e vai se estender aos estados. Então haverá criações nacionais, formas de democracias e invenções próprias. Na medida em que o mundo não vá renejar o progresso técnico, isto é, que a intercomunicação entre os homens vai se tornar indispensável, isso já está se dando sob o capitalismo – ela será maior quando este capitalismo for enterrado. Então vamos encontrar alguns princípios gerais a estabelecer, mas a partir dos estados nacionais que vão se reconstituir.

O senhor está falando de contradição básica com relação a toda propaganda que se faz hoje do fim do Estado nacional. Hoje em dia se fala ‘globalização’ como se fosse uma lei natural que se impõe.

Milton Santos – É que as pessoas não estão trabalhando com a noção de História, estão trabalhando com a noção de Técnica, é diferente. Porque todo o discurso atual é da Técnica, o próprio vocabulário é da Técnica. Até mesmo nas relações interpessoais estamos sucumbindo ao império da Técnica e não da História e do homem. Estou me referindo ao mundo pleno de humanismo, que é o que vai se instalar.

A partir dessa base técnica?

Milton Santos – A partir da atual base técnica.

Então é possível diagnosticar que hoje se tem com esse movimento de globalização um movimento contrário a ele – que há no mundo um movimento dando indícios de uma saída?

Milton Santos – Creio que sim. Que você tem duas formas de trabalhar isso. Acho que você tem dois caminhos: um filosófico e outro empírico. O caminho empírico você tem através de como a Humanidade está se comportando em lugares e não no mundo como um todo. Primeiro, você tem um fator que nunca houve: uma mistura extraordinária de povos, de cores, raças, cheiros, gostos... Nunca houve isso tão intensamente na Humanidade e nessa escala. Todo mundo se mexe, todo mundo se move.

Segundo, essas pessoas, a Humanidade, se reúnem em poucos lugares. Se pegarmos a população do mundo e a população urbana, você vê que nos últimos 30, 40 anos se tem a Cidade, a aglomeração, que tem um papel extraordinário na produção da cultura e das idéias. Essa aglomeração está se dando sobre uma base de carências – como nunca existiram antes – e o conhecimento dessas carências. As populações sabem o que lhes falta por causa da própria mídia: a mídia promete, mas a população descobre que não vai ter nunca. Isso leva as pessoas a uma interpretação do mundo, em primeiro lugar, e seu lugar no mundo. Isso nunca houve antes. Quer dizer que a informação, enviada como ela é, oferece a contradição às pessoas – uma dialética na própria existência humana.

Outra coisa importante é que as filosofias estão cedendo lugar no mundo inteiro. Você tem a invasão de outras filosofias: chega nos Estados Unidos, na Europa – já nem falo daqui – e vê a chegada de outras filosofias, vê o povo fazendo política, quer dizer, o povo não dá importância aos políticos e os trata como objetos. O povo trata o

político como o político o trata, quer dizer: “Vocês querem que eu receba coisas, eu recebo”. Mas o povo em sua luta cotidiana cria uma outra visão. A Universidade não sabe disso, porque ela não se interessa pelos pobres, pois só se interessa pelas classes médias.

Então, isso acontece do ponto de vista empírico, essa Filosofia produzida a partir da vida cotidiana das pessoas. Tem uma coisa – que quem escreveu não foi um filósofo e por isso não é difundida – que nós chegamos a uma *empirização da totalidade*. Isso foi escrito por mim há mais de 10 anos. A totalidade se tornou empírica. Você tinha a totalidade dos filósofos, a totalidade do papel. A totalidade que temos, hoje, graças a essa expressão da Técnica, graças às multinacionais, graças a essa informação globalizada, se tornou empírica. Então posso entender a História, o que me dá o trabalho. Em qualquer que seja o lugar, o sujeito mais ignorante, sabe que o trabalho dele é valorizado no mundo e não no lugar.

Essa coisa que nós intelectuais temos de nos segurar para entender o mundo, esse novo entendimento do mundo é que vai permitir que a gente não seja apenas intuitivo, entende? Isso vai ser resultado do despreendimento da Filosofia das mãos dos filósofos. Cada um de nós, na sua área produz uma filosofia a partir da História que está se dando, a História concreta. Senão fico lá produzindo filosofias a partir de outros filósofos. Isso é que acho que permite vislumbrar a produção de um outro mundo. Isso é muito importante porque a Política se faz em torno de idéias, a Política não se faz apenas em torno do que é dito real, do que é coisa. Ela se faz a partir de idéias pioneiras que vão ganhando o terreno lentamente e que passam a ser um guia para as pessoas, porque as idéias centrais

não são abraçadas por maiorias.

A literatura burguesa é esvaziada de toda a experiência e o homem passa a ser visto como um ser isolado dentro de uma fragmentação, num isolamento pleno. Não tem mais acesso a essa experiência total, à vida, ao mundo, ao capitalismo. Então, dentro dessa sua idéia há uma possibilidade nova de se recompor essa experiência?

Milton Santos – É um outro mundo, em outras condições, de se pegar o mundo da informação e torná-lo da comunicação. O povo seqüestra a informação e produz outra coisa, que não temos capacidade para apreender porque somos professores, universitários. Então nós queremos citar autores distantes e deixamos de ver o que é mais importante. As idéias que a mídia oferece o povo já começa a interpretar. O povo não tem acesso a jornais, mas tem acesso à rádio, televisão e reinterpreta tudo isso. Quer dizer, é uma reconstrução intelectual do mundo a partir da experiência.

A América Latina procura desenvolver um pensamento próprio...

Milton Santos – Esse aí conhece os meus fracos... (risos)

Nós intelectuais latino-americanos, falamos com os europeus. Quer dizer que, às vezes, descobrimos as coisas, mas nosso discurso é referido àqueles que nos dão prestígio. Isso reduz a força de nossas idéias porque as envolvemos num envelope estranho. Acho que, digamos, a precoce organização da vida intelectual na América Latina constitui um obstáculo à livre explosão de formas de interpretação do mundo e da própria América Latina em cada um de nossos países. Mas isso seria uma coisa mais longa para se falar...

A gente está acostumado a pensar

o Brasil como um país ocidental...

Milton Santos – É, somos todos brancos!... (risos)

O que é o Brasil?

Milton Santos – É um país como qualquer outro e, também, um grande país, uma grande cultura. E nós, contraditoriamente, admitimos que só há grandes culturas no Norte.

Quais elementos têm o Brasil e a América Latina que serviriam de indícios para desenvolvermos uma alternativa a essa “globalização”?

Milton Santos – O que temos de forte na América Latina e no Brasil, em particular, é a idéia de futuro. E é justamente esse sentido de futuro que falta à Europa. Os europeus – os filósofos – falam muito em futuro, mas não crêem nele o bastante, porque é um continente que necessita ter medo todos os dias. Quando não tem medo, inventa. Há um século, a Europa é assim. E a América Latina é o contrário – é o continente do arrojo, do bandeirismo, da disposição de abrir novos caminhos. Creio que é por aí.

Outro dado importante é o fato de fazermos várias revoluções ao mesmo tempo, o que não é incorporado, ainda, pela epistemologia das Ciências Sociais. No caso da América Latina, fizemos ao mesmo tempo a revolução demográfica, a revolução urbana, a revolução industrial, a revolução sexual. Todas concomitantemente. E os parâmetros que utilizamos são os europeus, onde tudo é devagar, tudo é lento e onde, por isso mesmo, as organizações têm um peso forte, porque elas são capazes de comandar de alguma forma a evolução. No nosso caso, as organizações são menos capazes desse comando da evolução – exatamente por essa soma, essa superposição de revoluções na vida social. Como a organização é

incapaz de comandar pacificamente, pelo consenso, então você tem sempre a brutalidade no governo. No caso do Brasil foi a brutalidade do regime militar e, agora, a brutalidade deste regime civil. Quer dizer, temos uma brutalidade sucedendo a outra. A brutalidade é sempre presente, porque não se leva em conta essa dinâmica da sociedade e não se busca uma forma de organização da vida política que acompanhe tal dinâmica social.

Fazemos várias revoluções, mas não conseguimos completar uma revolução democrática. Temos o passado convivendo (e até atrapalhando) com os que querem o futuro.

Milton Santos – Creio que sim. E isso tem a ver com o caráter das nossas classes médias. Apenas quem quer as mudanças são os pobres, pois a classe média quer se manter com seus privilégios. Os direitos não interessam à classe média – a classe média não pede direitos, porque ela prefere ir pelo canal dos privilégios.

É difícil não perceber, dentro dessas contradições sociais, uma contradição racial. A questão do negro é uma questão de raça ou de classe?

Milton Santos – São as duas coisas. Eu tendo a pensar que é mais uma questão de raça mesmo...

O Brasil é um país racista, não?

Milton Santos – É, também é isso. Mas além de ser racista, a sociedade se organizou na base do escravismo e de sua memória. A idéia do outro como uma coisa, que era uma idéia oficial, continua vigente no Brasil atual, onde os negros ainda são coisas. Não importa se eles tenham uma melhoria financeira, econômica ou cultural.

E a relação dos intelectuais brasileiros com um projeto nacional?

Milton Santos – Vou dizer uma coisa que é autobiográfica, mas na minha idade a gente pode se permitir algumas considerações. O programa de televisão (Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo) que me deu evidência no país – e que acabou impedindo as pessoas de lerem o que escrevi (as pessoas me ouviram e estão contentes apenas com isso) – estimulou muitas pessoas a me dizerem que tenho coragem. Isso é horrível porque se o intelectual não tiver coragem... A coragem deve fazer parte de seu cotidiano! Não pode haver intelectual que tem coragem e intelectual que não tem. O que é ter coragem? É pensar? É dizer o que pensa? Se você não tiver quem se disponha a pensar, acreditando no que pensou difundir, não se tem a possibilidade de construção de um projeto nacional. Porque não haverá projeto nacional sem um certo número (não precisa muitos) de intelectuais oferecendo o resultado de sua investigação e de seu trabalho. Esse preconceito que temos contra os intelectuais teria de ser diminuído, afastado, porque no Brasil há um grande preconceito contra os intelectuais e muita gente tem vergonha de dizer que é intelectual por esse motivo.

Imaginar que a solução está no chamado “povo”, acho que é uma simplificação. Porque os homens do povo sentem melhor do que nós e somos quase insensíveis, exceto quando somos empurrados pelo povo. Mas os homens do povo não têm como organizar o pensamento num tom complexo. Essa é tarefa nossa, dos que fomos treinados para isso, e a gente tem medo de dizer isso. É uma forma de populismo barato de recusar nosso desafio – que tem de ser feito com coragem, com disposição e com muito trabalho.

Hoje ninguém discute muito porque é considerado grosseiro dizer-se que o outro tem uma idéia da qual

você não concorda. A coisa virou tão consensual dentro da academia, tão corporativo, que você só quer trocar gentilezas. Creio que no mundo atual o papel do intelectual é extraordinário. Num país como o Brasil ele pode ter um grande papel. É preciso que os partidos, os sindicatos, as associações populares não tirem a nata do que os intelectuais podem oferecer, que não tornem aguadas as suas mensagens. O intelectual tem sido usado apenas quando é interessante.

Durante certo tempo se falou em identidade cultural e que temos de construir a Identidade do país. O Brasil é um país complexo, continental, com características culturais particulares muito diferenciadas. O que o senhor acha da possibilidade de uma construção de identidade nacional?

Milton Santos – Por que não? Na verdade, se ela não está pronta, está a caminho. É que a gente talvez não considere Gilberto Gil, Milton Nascimento, Chico Buarque, Fafá de Belém... como intelectuais – intelectuais são só os professores da USP! (risos). Então a gente fica um pouco desiludido com o que vê dos professores universitários. Mas no Brasil inteiro se canta, se repete: esses boia-deiros, esses meninos do rap... que são intérpretes da sociedade brasileira no seu presente e futuro. Acho que é isso que faz um intelectual: essa capacidade de olhar para o futuro – e que os grandes compositores têm.

Talvez isso seja uma expressão do que está acontecendo na base da sociedade brasileira, em que há constante movimentação?

Milton Santos – É enorme e é uma beleza, não é? Aquilo que fizemos em São Paulo: nós, os baianos, viemos para cá para fazer disso uma Cidade –

porque ainda era apenas um aglomerado de gente. A chegada dos baianos ofereceu uma linguagem aos paulistas e São Paulo se tornou uma metrópole, principalmente, a partir daí. É a nova fase de São Paulo, digamos, a partir dessa modificação cultural feita pelos baianos e que foi fundamental. Mais adiante os paulistas vão começar a gostar de monumentos, vão construir uma cidade bonita, olhando para o futuro – o que não foi possível ainda.

E a nossa ocidentalização?

Milton Santos – Há a questão de poder envolvida porque, para se ocidentalizar você tem de poder fazê-lo. Nem todo mundo pode se *ocidentalizar* completamente, porque precisa ter os meios financeiros ou culturais para tanto. A salvação do Brasil é seu grande número de pobres. O fato de que a gente não pôde fazer desse um país onde todo mundo fosse classe média é que permite pensar que a solução ainda é possível.

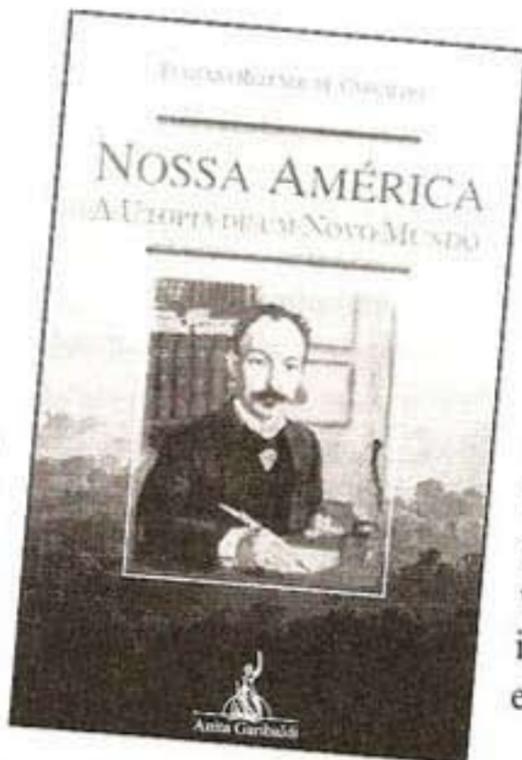
Você conhece Sartre, tem uma idéia que ele chama de *contra-finalidade*. As idéias, objetos e relações que você introjeta fazem parte de seu “eu” e comandam sua vida. Os pobres introjetam menos que os ricos e a classe média. Todos estamos subordinados a essa influência do consumo, mas não estamos igualmente prisioneiros da *contra-finalidade*. Porque a vida é uma contradição – a vida social, a individual... Como é que você dá um passo à frente ou para trás com essa contradição? No Brasil, a classe média foi ajudada a dar o passo para trás politicamente. Você tem então a combinação entre os partidos organizados e a classe média, que é uma coisa só – a mesma lógica. Os pobres têm lampejos em que descobrem o mundo e geram aquela rebelião provocada pela necessidade diária de encarar a sobrevivência, e que são mal representados pelos partidos. 

A obra de José Martí

Nossa América: a utopia de um novo mundo, Eugênio Rezende de Carvalho, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2001, 104 pp., R\$ 15,00

Lançar-se ao meticuloso estudo de obra do cubano José Martí, um dos mais importantes intelectuais hispano-americanos do século XIX, definitivamente não é tarefa fácil. A magnitude de tal empresa se revela especialmente pelas dificuldades verificadas na tentativa de se penetrar no complexo emaranhado de figuras literárias e de metáforas presentes em sua narrativa.

Martí foi um magnífico escritor que logrou transcender os rígidos regulamentos da escrita da língua espanhola peninsular, ao introduzir neologismos, estilos, palavras e expressões procedentes da híbrida realidade hispano-americana. Tornou-se um dos precursores do movimento modernista, precisamente por mostrar a originalidade e a autoctonia da língua his-



pano-americana, potencializando-a na busca da compreensão da realidade social, política e cultural da nossa América.

Nossa América: a utopia de um novo mundo é o primeiro livro publicado no Brasil sobre José Martí. Com um caráter essencial de divulgação, esta publicação visa a suprir, ainda que tardiamente, a injustificada ausência da obra desse autor em língua portuguesa.

O autor, Eugênio Rezende de Carvalho, historiador latino-americanista com vários anos dedicados ao estudo da obra martiana, decidiu correr todos os riscos e dificuldades. E com notável êxito conseguiu oferecer ao leitor brasileiro uma obra original, que constitui uma rica síntese das imagens americanas de Martí e, sobretudo, de seu projeto visando a uma sociedade alternativa: a utopia de um Novo Mundo.

Olga Cabrera

livraria portuguesa

LIVROS - JORNAIS - REVISTAS - MÚSICA
ESPECIALIZADA EM EDIÇÕES PORTUGUESAS

Divulgando a cultura portuguesa no Brasil

Campanha de assinaturas

Cód. Publicações portuguesas:

01	Jornal <i>Avante</i> (PCP) semanal (1/2 ano = 24 edições)	R\$ 80,00
02	Revista <i>O Militante</i> (PCP) bimestral (1 ano = 6 edições)	R\$ 24,00
03	<i>Le Monde Diplomatique</i> (em português) (1 ano = 12 edições)	R\$ 120,00

Cód. Revistas cubanas:

04	<i>Cuba Internacional</i> (1 ano = 6 edições)	R\$ 30,00
05	<i>Prisma</i> (1 ano = 6 edições)	R\$ 30,00
06	<i>Avances Médicos</i> (1 ano = 4 edições)	R\$ 45,00
07	<i>TRicontinental</i> (1 ano = 4 edições)	R\$ 30,00

Preencha o cupom abaixo, escolha as publicações que desejar e remeta-o para um dos nossos endereços com o cheque correspondente ao valor total do pedido:

Nome _____
 Endereço _____
 Bairro _____ CEP _____
 Cidade _____ Estado _____
 Fone _____ Profissão _____ e-mail _____
 Código(s) da(s) publicação(ões) _____ valor R\$ _____

Rio de Janeiro

R. Senador Dantas, 80 s/
Lojas 103/104
fonefax: (21) 2292-8903/
2532-6787
e-mail: livport.rj@uol.com.br

Brasília

SIG Quadra 08 - lote 2345
cep: 70610-400 Brasília - DF
fonefax: (61) 343-2492
e-mail: livropo@terra.com.br

São Paulo

R. Ministro Godoy, 976
cep: 05015-000 - São Paulo
fonefax: (11) 3673-8406 /
3868-2492
e-mail: liv.portp@bol.com.br

São Paulo - Centro

R. Genebra, 165
cep: 01316-010 - São Paulo
fonefax: (11) 3104-1748/
3104-0128
e-mail: liv.port@uol.com.br

A revista chegou

“Temos a grata satisfação em acusarmos o recebimento da revista teórica, política e de informação, *Princípios*; ao mesmo tempo em que nos colocamos ao seu dispor e parabenizamos todos integrantes deste veículo de comunicação.”

Vereador Fernando Jorge
Goiânia/GO

Literatura brasileira

“Tenho acompanhado edições de *Princípios* e a vejo como uma revista de qualidade exemplar. Os artigos literários estão entre os que muito me agradam, uma vez que adoro a nossa literatura bem brasileira. (...)”

Maria José Bezerra de Arimatéia Souza
Bezerros/PE

Mais cultura para o cidadão

“Queremos parabenizar a publicação da revista *Princípios*. A cultura é parte essencial na vida do cidadão. (...) São índios, negros, brancos, enfim toda uma sociedade renegada do acesso direto e gratuito à cultura brasileira. As campanhas pela preservação dos patrimônios históricos deveriam ser intensificadas. (...) Pela educação e cultura!”

Carlos Biask (Associart-RJ)
Rio de Janeiro/RJ

Analfabetismo biológico

“(...) É de suma importância distinguir as diferentes faces da engenharia genética. Essa tarefa é difícil, porque a ciência (e a tecnologia) é vista como a maior maravilha do mundo e a dona da verdade; e também porque a mídia costuma envolver o tema numa aura de salvação mundial. Existem muitas informações sobre as descobertas; o que falta são abordagens sensatas e debates abertos para esclarecer a população acerca dos diversos aspectos envolvidos na questão.

A idéia da ciência neutra, e do cientista como um romântico altruísta, abnegado e dedicado ao bem da humanidade, não faz mais sentido. Os cientistas são pessoas comuns e integram a engrenagem social. Sofrem as pressões institucionais e as políticas de governos, locais ou globalizadas, e de certa forma vivem a proletarização imposta pelo mercado de trabalho. Enquanto muitos são atraídos para as indústrias multinacionais, outros estão desempregados. Esse cientista é também um produto e vive num mundo onde impera o afã alucinado de transformar tudo em mercadoria. Por isso, suas descobertas e inventos, às vezes, não apenas perdem a função social como qualquer vestígio de humanismo. (...)”

Geraldo Mendes dos Santos
Manaus/AM



Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editores: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes - e-mail: princip@ruralsp.com.br

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Marília Rodela de Oliveira

Fotolitos: Digitexto

PRINCIPIOS é uma publicação da
Editora Anita Garibaldi
R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e
3266-4312
E-mail: anita.garibaldi@uol.com.br

A revista PRINCIPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Barreira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação, Rua Manoel Galá, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madureira), ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins II, 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS); CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226; FLO-RIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro, RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Pená, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181; GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera, NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário, VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311; RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonetax 465-5919, Shopping Tacaruna, fonetax 421-6460 e Shopping Guararapes, fonetax 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Polyvros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodiler - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 484 - R. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonetax 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins - Pátio de São Pedro, 25, fone 424-1366; Portugal: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.

O que você espera de um governo é que suas prestações de contas sejam feitas às claras.

Neste momento de risco de apagões, o Governo do Estado do Rio de Janeiro está apoiando, com incentivos fiscais, o aporte de R\$ 10 bilhões, o maior programa de investimento em energia elétrica da história do Rio, garantindo a infra-estrutura do Estado. Já estão em construção três termelétricas com capacidade para produzir mais de 2.000 megawatts. E até 2005 serão construídas, pelo menos, mais cinco. Com essas ações, nosso Estado será auto-suficiente em energia elétrica e ainda exportaremos 2.000 megawatts. É o Governo do Estado do Rio de Janeiro fazendo nosso povo mais feliz.

SECRETARIA DE ENERGIA, DA INDÚSTRIA NAVAL E DO PETRÓLEO.

www.governo.rj.gov.br



JORGE AMADO

(1912-2001)

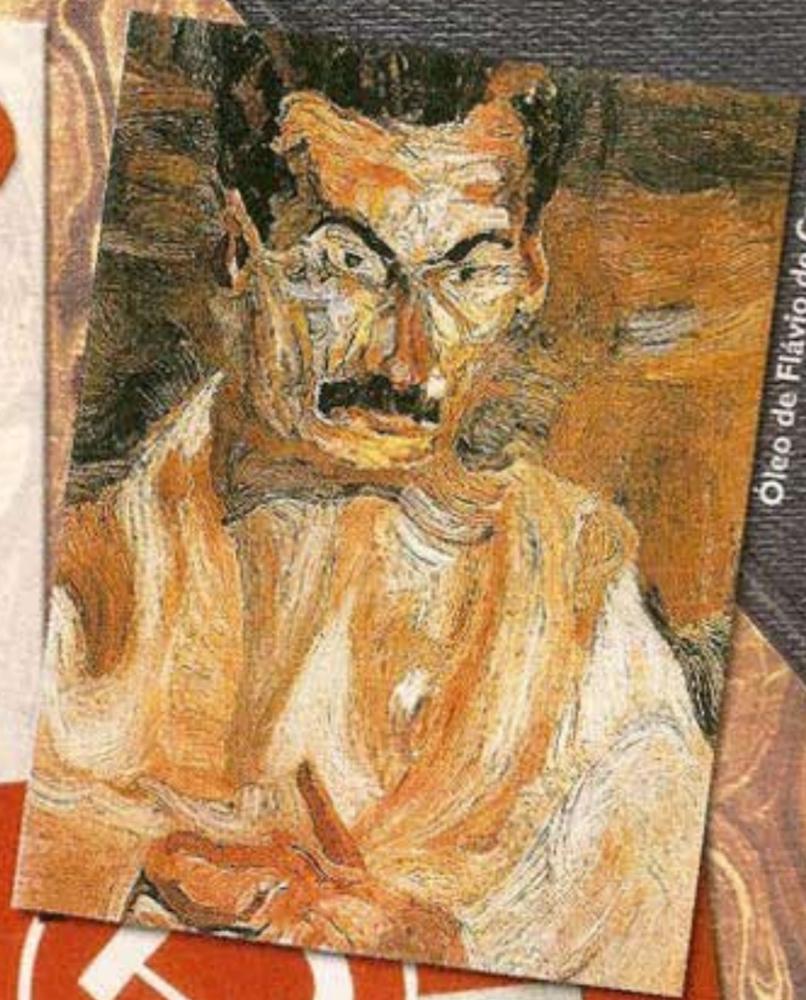
A obra de Jorge Amado não tem paralelo no cenário intelectual brasileiro, tanto que as elites governantes do país foram intolerantes com o escritor e homem. Em 1936 Jorge Amado foi preso pela primeira vez por motivos políticos.

Com a conquista da legalidade do Partido Comunista do Brasil em 1945, foi um dos 14 deputados constituintes eleitos pelo Partido. Em 1948 seu mandato na Câmara Federal foi cassado, juntamente com o da bancada comunista que integrava. As perseguições contra os comunistas voltaram, e Jorge Amado novamente se exilou. Viveu no Uruguai, na França e na Tchecoslováquia. Retornou ao Brasil em 1954, ano em que publicou *Os Subterrâneos da Liberdade*, em que abordou as lutas contra a ditadura estadonovista.

Reafirmou, até o fim da vida: "Acho que o socialismo é o futuro". Seus livros continuarão fonte de prazer, de conhecimento da realidade e de reflexão sobre as condições e aspirações de vida dos brasileiros.



Anita Garibaldi



Óleo de Flávio de Carvalho



PARA DEPUTADO FEDERAL

JORGE AMADO

ROMANCISTA DO POVO

AUTOR DE: *Terras do Sem Fim* - *S. Jorge dos Ilheos* - *Jubiabá* - *Mar Morto* - *Capitães da Arcia* - *Cacau* - *Suor* - *Paiz do Carnaval* - *A. B. C. de Castro Alves* - *Bahia de Todos os Santos* e *VIDA DE LUIZ CARLOS PRESTES*

EDIÇÕES DA LIVRARIA MARTINS EDITORA